



KLS

Economía Política

Economia Política

Andréia Moreira da Fonseca Boechat
Leandro Ramos Pereira

© 2019 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Emiliano Cesar de Almeida

Raquel Muniz de Oliveira

Vaine Fermoseli Vilga

Editorial

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Boechat, Andréia Moreira da Fonseca
B669e Economia política / Andréia Moreira da Fonseca Boechat,
Leandro Ramos Pereira. – Londrina : Editora e Distribuidora
Educacional S.A., 2019.
160 p.

ISBN 978-85-522-1378-9

1. Economia. 2. Política. 3. Processo de geração de
riqueza. I. Boechat, Andréia Moreira da Fonseca. II. Pereira
Leandro Ramos. III. Título.

CDD 330

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2019

Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza

CEP: 86041-100 — Londrina — PR

e-mail: editora.educacional@kroton.com.br

Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1	
Fundamentos de economia política	7
Seção 1.1	
Economia como objeto de estudo	8
Seção 1.2	
O modo de produção capitalista.....	20
Seção 1.3	
Os primórdios da teoria econômica: mercantilistas e fisiocratas.....	30
Unidade 2	
Escola Clássica	42
Seção 2.1	
A Escola Clássica	43
Seção 2.2	
As ideias pioneiras de Adam Smith.....	53
Seção 2.3	
A economia de Adam Smith.....	63
Unidade 3	
A teoria clássica de David Ricardo e a crítica da economia política de Karl Marx	74
Seção 3.1	
Os dogmas econômicos de David Ricardo.....	75
Seção 3.2	
A crítica da economia política de Karl Marx	88
Seção 3.3	
O pensamento Marxista	98
Unidade 4	
Economia política contemporânea	109
Seção 4.1	
A Escola Keynesiana	112
Seção 4.2	
O pensamento econômico da América Latina	125
Seção 4.3	
Neoliberalismo	139

Palavras do autor

Olá, aluno!

S seja muito bem-vindo à fascinante disciplina de Economia Política, cujo objetivo é discutir os fundamentos da economia política ao longo dos anos, sendo, por isso, de suma importância demonstrar a forma como o pensamento político foi formado, e como tais ideias ainda estão presentes na atualidade, em menor ou maior proporção.

Para nossa caminhada, nosso material está dividido em quatro unidades. Na primeira delas, serão apresentados os fundamentos da economia política, na qual discutiremos a economia como objeto de estudo, o modo de produção capitalista e as duas escolas que deram a base para a formação da teoria econômica: as Escolas Mercantilista e Fisiocrata. Na segunda unidade, conheceremos a primeira escola a formalizar o pensamento econômico enquanto teoria: a Escola Clássica. Ao discutir os clássicos, precisaremos compreender o contexto histórico da formação dessa escola, seus principais postulados e Adam Smith, o precursor das ideias clássicas, discutidas na atualidade, mesmo após séculos das suas formulações. Na unidade três, teremos dois momentos distintos, mas complementares: no primeiro, conheceremos outro teórico da Escola Clássica, David Ricardo, e suas ideias e, na sequência, compreenderemos a crítica de Karl Marx à economia política e como seus pensamentos foram fundamentados. E, para finalizar nossas discussões, chegaremos ao século XX com uma revolução teórica da economia política em decorrência de fatos que a Escola Clássica não conseguiu explicar sobre a Grande Depressão. Neste contexto, surgem John Keynes e a Escola Keynesiana, o pensamento econômico da América Latina e o tão discutido neoliberalismo.

Acreditamos que você esteja animado para nossa caminhada. Mas, antes, lembre-se de se preparar, antecipadamente, para cada aula e estudar o material com muito carinho. Ao longo de cada seção, procure refletir sobre como cada uma das teorias e pensadores que vamos trabalhar ainda têm suas ideias presentes. Vamos iniciar?

Excelente estudo!

Unidade 1

Fundamentos de economia política

Convite ao estudo

Olá, aluno!

Estamos iniciando a primeira unidade da disciplina de Economia Política, na qual aprenderemos a respeito dos fundamentos da economia política. Por mais que, inicialmente, possam parecer temas antigos e sem relevância para a atualidade, saiba que, para entendermos o mundo moderno e os problemas que vivemos hoje, é preciso conhecer o passado. Por este motivo resgataremos a base da formação do pensamento da economia política, começando, assim, nossa caminhada na Europa Ocidental por volta do século XVI.

Para dar início a essa jornada econômica, vamos acompanhar a trajetória da aluna Margarida, futura professora e monitora da disciplina Economia Política, que ajudará o professor a sanar as dúvidas dos alunos de diversos cursos de graduação, entre eles, Sociologia e Serviço Social, oferecidos por uma grande universidade brasileira. Apaixonada por sua futura profissão, suas aulas de dúvidas são sempre preparadas com muito carinho, mas Margarida tem percebido que, no último semestre, muitos alunos não têm se interessado por economia, considerando complexos os temas discutidos, com muitos dados estatísticos e teorias distintas que discutem as mesmas variáveis de forma tão diferente e que não chegam a um consenso.

Procurando amenizar esta situação, Margarida explicou para os colegas o significado de economia, e que, de fato, as teorias econômicas muitas vezes vão de encontro umas com as outras. Mas, ressaltamos, é preciso considerar o contexto histórico em que cada uma das escolas do pensamento econômico surgiu.

Diante deste cenário, vamos acompanhar a jornada da Margarida e suas aulas, nas quais ela responderá, junto com o professor da disciplina, as dúvidas de alunos relativas à economia política.

Para esse acompanhamento, começemos entendendo a economia como objeto de estudo, com o olhar voltado para o conceito de economia e para o nascimento da economia política. Na sequência, o modo de produção capitalista será discutido, e, para finalizar a unidade, conheceremos o contexto histórico no qual as Escolas Mercantilista e Fisiocrata surgiram, assim como suas principais teorias e contribuições para a formação do pensamento econômico.

Vamos aos estudos?

Economia como objeto de estudo

Diálogo aberto

Caro aluno, nesta seção você conhecerá os fundamentos da economia como a que compreendemos hoje e, apesar de o senso comum afirmar que ela é uma ciência exata que estuda as melhores maneiras de guardar dinheiro, você verá que esta não é a realidade. A economia vai muito além disso: ela se preocupa em encontrar formas de satisfazer as necessidades da população para gerar bem-estar social. Porém, para atingir o objetivo principal, teorias econômicas são utilizadas, sendo que cada modelo e seus respectivos pressupostos procuram explicar um determinado cenário. Neste sentido, conhecer a história da economia e seus princípios básicos se torna importante.

Você certamente já ouviu falar que, anualmente, o salário mínimo é reajustado (ou seja, como é calculada essa correção). Mas, será que o valor do salário mínimo e o seu reajuste são justos, isto é, são feitos como deveriam? Para responder estas e outras questões pertinentes ao nosso dia a dia, conheceremos, nessa primeira aula, o significado de economia e a diferença entre economia positiva e economia normativa, o que vai esclarecer os motivos que fazem com que, muitas vezes, os economistas não tenham a mesma visão sobre os mesmos assuntos. Além disto, compreenderemos a economia política como economia normativa e estudaremos o nascimento da economia política, sendo que, neste caso, o foco da análise estará na interação entre Estado e mercado, ou seja, no conflito entre interesses individuais e coletivos.

Para que seja possível atingir nosso objetivo, teremos a ajuda da Margarida, que, logo na primeira aula de monitoria, explicou como a economia está presente na vida de todas as pessoas, falou sobre a importância do estudo da economia política na formação de profissionais das áreas de humanas e sociais e finalizou discutindo o nascimento da economia política. No entanto, um dos alunos, que dizia adorar economia, reclamou que não conseguia entender os motivos pelos quais ele deveria ser obrigado a estudar alguns pensadores econômicos, já que desejava entender como a sociedade funciona, para ajudar as pessoas. A monitora, muito paciente, procurou explicar os motivos da importância do estudo da economia política para os profissionais que vão trabalhar com o desenvolvimento da sociedade, seja em organizações públicas e privadas ou na docência. Quais argumentos Margarida pode utilizar para convencer o estudante da importância do conhecimento sobre economia política?

Começaremos o estudo da economia política na época das Grandes Navegações, que tiveram início na Europa, mais especificamente na Espanha e em Portugal, entre os séculos XV e XVI. Este período foi delimitado não porque as políticas econômicas europeias eram as únicas pioneiras ou principais do mundo, mas sim pelo fato da economia e suas teorias (como conhecemos hoje) terem sido difundidas e desenvolvidas a partir de então.

Mesmo com essa delimitação temporal, para você ter uma ideia, os primeiros estudos sobre economia tiveram início na Antiguidade, quando surgiu a palavra *oeconomicus*, que significa gerenciamento das questões domésticas. Brue (2013) afirma que, ainda na Grécia Antiga, Aristóteles (384-322 a.C.), ao organizar suas ideias preliminares sobre o pensamento econômico, distinguiu as atividades econômicas em artes naturais de aquisição, que são atividades como agricultura, pesca e caça que produzem bens para as necessidades humanas, e em não naturais de aquisição, que envolvem a obtenção de bens acima das necessidades básicas da vida. Já Platão (427-347 a.C.) escreveu sobre os benefícios da especialização humana – que hoje conhecemos como divisão do trabalho – dentro do que ele chamou de cidade-estado ideal. Ainda com relação às primeiras noções sobre conceitos econômicos, na Idade Média surgiu a ideia de preço justo – o preço que nem o comprador e nem o vendedor levam vantagens sobre o outro – foi originada por Tomás de Aquino (1225-1274).

Segundo Brue (2013), o período anterior a 1500 d.C. é muito diferente dos seus anos subsequentes (até os dias hoje), pois antes havia pouco comércio e a maior parte dos bens era produzido para a subsistência. Apesar de já existirem, o dinheiro e o crédito não eram muito utilizados, os Estados nacionais soberanos (países) e as economias nacionais não eram completamente desenvolvidos, conseqüentemente não havia escolas do pensamento econômico formadas. Entretanto, após os anos 1500, os mercados e o comércio europeu expandiram-se rapidamente e as grandes explorações geográficas foram resultado desse processo. Com isto, a consolidação das monarquias europeias e a ampliação das rotas internacionais de comércio trouxeram um cenário mundial diferente. Neste sentido, Brue (2013) ainda afirma que os Estados nacionais que apresentavam economia unificada tornaram-se forças dominantes. E foi neste contexto que as escolas do pensamento econômico surgiram, dando início à era da economia política em parte da Europa e nas novas terras descobertas, principalmente nas Américas, substituindo aos poucos a era da filosofia moral. Claro que esta “substituição” não ocorreu da noite para o dia, e nem todos os aspectos sociais, políticos e econômicos antigos foram deixados de lado para dar lugar ao novo pensamento, sendo este um processo gradual que contribuiu para a construção de um pensamento econômico mais sólido.



Refleta

Atualmente, quais potências econômicas podemos inferir que tiveram suas economias unificadas após 1500, quando os mercados e o comércio se expandiram? Houve alguma alteração nas forças dominantes?

Obviamente o foco do pensamento econômico é a economia, mas como podemos entender o que ela é? Economia faz parte do nosso dia a dia! Tomamos decisões econômicas a todo o momento, além disto, existe uma linha tênue entre economia e outras ciências sociais. Só com essa afirmação você pode perceber que a Economia é uma ciência social que se ocupa dos diferentes aspectos do comportamento humano, assim como a Ciência Política, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, o Direito, entre outros. Então, assim como outros ramos da ciência social, a Economia não é fechada, ou seja, por estudar a sociedade, esta ciência alicerça seus princípios, conceitos e modelos teóricos não apenas na sua própria coerência, consistência e aderência à realidade, mas no desenvolvimento das demais ciências. Além disso, por outro lado, influência nos questionamentos dos princípios e das aquisições conceituais das outras áreas do conhecimento (ROSSETTI, 2003).

Como a economia sofre influência de distintas concepções político-ideológicas, muitas vezes conflitantes, você percebeu que não temos como formular uma única definição para a economia. Então, cada escola do pensamento econômico, em sua época, compreende a realidade sob distintas perspectivas, formulando seus modelos (sem falar que ao longo dos anos as instituições se modificam e surgem novas preocupações).

Agora que você conheceu um pouco da história e do significado da economia, perguntamos a você: e por que é tão importante estudarmos a história do pensamento econômico? Para lhe responder, recorreremos a Brue (2013) que explica que tal estudo aprimora o entendimento do pensamento econômico contemporâneo, já que a teoria contemporânea tem cicatrizes dos problemas e dos erros do passado, agora resolvidos e corrigidos, não podendo, então, ser completamente entendida, exceto com o legado do passado (BRUE, 2013).

Além disso, o mesmo autor afirma que as vastas quantidades de análise e evidências que os economistas geraram fornecem uma verificação mais próxima sobre generalizações irresponsáveis, ou seja, teoricamente as decisões equivocadas do passado deveriam evitar que cometêssemos os mesmos erros. E acima de tudo, o estudo da história do pensamento econômico fornece perspectivas e entendimento sobre o nosso passado, sobre ideias e dificuldades passadas, ajudando, assim, na solução de problemas presentes.



Pesquise mais

Para ter mais informações sobre cada escola do pensamento econômico, leia o artigo *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*, do autor Pêrsio Arida.

ARIDA, Pêrsio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: REGO, José Marcio (Org.). **Retórica na Economia**. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 11-46.

Mesmo sendo conceituada de distintas maneiras, podemos ainda definir Economia como uma ciência social que trata do estudo da alocação dos recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços para a satisfação das necessidades ou desejos humanos. Vasconcellos (2015) define economia como uma ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar **recursos produtivos escassos** na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los para as pessoas com o objetivo de satisfazer as necessidades humanas. Como você viu, o termo recursos produtivos escassos está em **negrito**, isto porque a economia existe em razão das necessidades humanas serem ilimitadas fazendo com que os recursos sejam escassos. Assim, podemos afirmar que os problemas econômicos existem em função da escassez dos recursos.



Assimile

A Economia é uma ciência social que trata da alocação dos recursos escassos na produção de bens e serviços para satisfação das necessidades humanas ilimitadas.

Na sua origem, o termo economia era adjetivado, sendo muito comum ser escrito como “economia política”. Embora os pensadores da Grécia Antiga e da Idade Média tenham explorado temas econômicos, como já discutimos, foi somente a partir do século XVII que a expressão “economia política” firmou-se de uma maneira próxima àquela que usamos hoje em dia. Isso aconteceu devido ao desenvolvimento dos novos Estados-Nação, como Espanha, Portugal, Inglaterra, França e Alemanha, momento em que as questões econômicas tornaram-se complexas, e em que a economia foi definida como parte do conhecimento voltado à administração do Estado, com o objetivo principal de fortalecê-lo (por este motivo, a economia era chamada de economia política) (ROSSETI, 2003).

No século XVIII novas concepções surgiram, e a preocupação principal deixou de ser o fortalecimento do Estado e passou a ser a riqueza das nações (ROSSETTI, 2003).

Assim, a Economia Política é a ciência que estuda as relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens materiais, definindo as leis que regem tais relações (SANDRONI, 1999). Além disso, analisa o caráter das leis econômicas, sua especificidade, natureza e relações mútuas, sendo, portanto, a ciência fundamentalmente teórica que utiliza dados da economia descritiva e da história econômica (SANDRONI, 1999). Neste sentido, a economia política apela para as categorias que formam os instrumentos teóricos e para a metodologia que leva o pesquisador a um conhecimento objetivo do processo produtivo e das suas leis, utilizando abstrações baseadas na observação comparativa com o passado. Neste ponto é que a economia política procura estabelecer aspectos gerais dos problemas econômicos, de modo que formula teorias econômicas capazes de definir a posição individual ou coletiva das pessoas em diferentes épocas e sobre distintos fatos econômicos (esse é um ponto fundamental).

Após feitas essas discussões, podemos afirmar que a economia política é um campo de estudo que analisa a interação entre Estado e mercado, interação esta que se dá por meio dos conflitos dos interesses individuais e os da sociedade. Neste sentido, Arbex (2009) acrescenta que a economia política estuda a relação entre o mercado, no qual os indivíduos desenvolvem suas atividades e buscam seus próprios interesses movidos pela competição, e o Estado, no qual os indivíduos desenvolvem atividades de interesse comum a outras pessoas, ou seja, coletivas. Assim, mercado e Estado são sistemas de organização social que estão presentes em uma sociedade maior.

Portanto, o conflito de interesses entre indivíduos e Estado é grande, já que, por um lado, o mercado deseja benefícios individuais (lucro da “minha” empresa, aumento do “meu” salário), mesmo tendo que tomar decisões que afetem negativamente os demais indivíduos; e, por outro lado, o Estado visa defender o interesse de todos e não de um pequeno grupo (ARBEX, 2009). Porém, como afirma Arbex (2009), o Estado pode ser manipulado pelo interesse privado da elite, assim, mudanças na gestão (poder) do Estado afetam as pessoas, já que seu poder de controle do mercado e da acumulação de riquezas mudam conforme se altera o poder político. Diante das nossas discussões, é importante observar que o conflito de interesses entre mercado e Estado é uma situação do cotidiano e parte central da economia política.



Pesquise mais

A economia política estuda as relações sociais que dizem respeito à produção e distribuição de bens e serviços que têm como foco atender

às necessidades ilimitadas das pessoas, e estuda também a forma como as leis econômicas regem essas relações. Portanto, para entender um pouco mais sobre economia política, leia a seção dois do texto de Bresser Pereira intitulado *Economia e Administração: mercado e poder*.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *Economia e Administração: mercado e poder*. **Rev. Adm. Emp.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, out/dez. 1979.

Agora que você já conhece mais sobre a economia, você sabia que, por ser uma ciência social e apesar de ter teorias bem definidas, a Economia possui relação direta com outras ciências? Por exemplo, a Economia está relacionada com a História, já que, ao analisarmos a economia de algum estado, município, país ou região, fatalmente trataremos de questões relacionadas à própria história daquele objeto de análise. Por exemplo, apesar dos negros serem mais de 50% da população brasileira, menos de 20% deles estão entre os brasileiros mais ricos (VIEIRA, 2016). Certamente, parte dessa discrepância econômica entre brancos e negros pode ser explicada pela história, ao olharmos como a mão de obra escrava (negra) foi utilizada por muitos anos na produção de café no Brasil, até a abolição, em 1888, de modo que para estudarmos a economia de uma nação, precisamos conhecer sua história.

Na economia há também diversas áreas que estão diretamente ligadas à geografia, como o estudo da economia regional, a economia urbana, o estudo de *clusters* (concentração de empresas que possuem características semelhantes e que procuram estar próximas geograficamente, estimulando um processo de interação entre elas que viabiliza o aumento da eficiência produtiva dos agentes participantes desse arranjo) e outros. Ao estudar a economia em si sempre precisamos recorrer a dados populacionais, faixa etária da população, localização, etc., não é mesmo?

Além disso, a Economia está relacionada, também, à Física e à Biologia. Nesse momento, você pode estar se perguntando: mas economia tem alguma relação com física e biologia? Sim, tem! Essas ciências nos emprestaram diversos termos que utilizamos cotidianamente na economia como circulação, fluxo circular da renda, órgão, etc., que são expressões emprestadas da biologia; enquanto outros termos estão mais relacionados à física como aceleração, estática, (inflação) inercial, entre outros.

Apesar de sempre enfocar que economia é uma ciência social e não exata, ela necessita de uma forte interação com fórmulas matemáticas e estatísticas que são utilizadas como ferramenta de pesquisa da ciência econômica. Por exemplo, costumamos utilizar a função demanda: $Q_d = f(P)$, através da qual dizemos que a quantidade demandada depende do preço. Ademais, a

Estatística é bastante utilizada na economia para se fazer previsões relacionadas à tendência do PIB, por exemplo, ou a qualquer outra variável.

E por último, e não menos importante, economia e política são áreas diretamente relacionadas. Sabemos que a política determina muitas das regras sob as quais vivemos e, dessa forma, ela determina o ambiente em que a economia existirá e a quais regras terá que atender. Em outros casos, a política precisa se adaptar às questões econômicas. Por exemplo, grandes oligopólios possuem poder inegável, e a política precisa lidar com isso; o mesmo ocorre com os monopólios, com grandes redes de empresas e outros. Quer saber (de forma bem simplista) como a política trata dessas questões? Bem, uma das maneiras é por meio da lei de defesa da concorrência, que procura assegurar a livre competição, ao reduzir o poder dos monopólios e oligopólios.

Depois de todas as nossas discussões, você já deve ter se perguntado sobre o motivo pelo qual, muitas vezes, a economia não consegue ser estabilizada, ou por quê um problema econômico não consegue ser rapidamente solucionado, ou seja, no que consiste a dificuldade que os economistas têm em acertar as previsões feitas. Em outras palavras, pede-se que os economistas expliquem, de forma consensual, as causas dos acontecimentos econômicos, como os motivos do desemprego entre adolescentes ser maior do que as pessoas mais velhas, já que alguns economistas vão recomendar políticas públicas para melhorar o resultado da economia, enquanto outros vão procurar alguma teoria para explicar as causas desse desemprego. Parece coisa de maluco, não é mesmo? Como pessoas com a mesma formação técnica têm respostas tão diferentes para um mesmo problema?

Em outra situação, vamos imaginar duas pessoas formadas em Economia, Norma e Paulo, que estão discutindo o salário mínimo. Paulo afirma que a elevação do salário mínimo vai trazer um aumento da dívida governamental, devido aos pagamentos de funcionários públicos e dos benefícios sociais como a aposentadoria. Enquanto isso, Norma diz que o salário mínimo deveria ser ampliado para diminuir as desigualdades sociais no país. Diante desse cenário você deve ter pensado que, definitivamente, economistas não se entendem, certo? Bem, independentemente de você concordar com um ou com outro, o fato é que a declaração de Paulo é sobre a forma como o mundo funciona (a prática, o mundo real), enquanto a declaração de Norma está relacionada com a maneira como o mundo deveria ser.

Costa (2011) acrescenta que existem economistas que se limitam a dizer “o que é”, denunciando uma determinada situação, sem propor para ela quaisquer soluções, enquanto outros, com posição contrária, usam o termo “que deveria ser”, tendo sempre a “solução” para todos os problemas (solução esta

que, muitas vezes, não explica a realidade). Isto ocorre porque existem dois tipos de argumentos na economia: os **argumentos positivos** e os **normativos**. Vamos a eles?

Os argumentos **positivos** são descritivos, tratam do mundo real, de como ele é. Em outras palavras, procuram entender e explicar os fenômenos econômicos como realmente são, não importando se quem está argumentando aprova ou não aprova aquela ideia. Voltando ao nosso exemplo, Paulo utiliza argumentos positivos, pois diz a realidade, podendo provar por meio de dados e estatísticas que o aumento do salário mínimo ampliaria a dívida pública. Já os argumentos **normativos** são prescritivos, mostram o que deveria ser e não o que de fato é. Estes argumentos sofrem influência externas, como fatores filosóficos, sociais e culturais e dependerão da forma como cada pessoa entende o que é certo e errado. No nosso exemplo, Norma utilizou argumentos normativos ao dizer que haveria uma diminuição na desigualdade social, caso o salário mínimo fosse elevado. Normalmente, a economia normativa traz uma posição ética em relação à realidade, sendo que, muitas vezes, pretende atingir um determinado padrão de riqueza.



Exemplificando

Vamos imaginar duas manchetes de jornais:

1. O preço da gasolina subiu, fazendo com que as pessoas comprassem menos desse combustível; e
2. O preço da gasolina não deveria subir, pois isso traz aumento da inflação.

A primeira manchete está relacionada ao argumento positivo, já a segunda ao argumento normativo. Portanto, a teoria normativa preocupa-se em fazer um julgamento sobre alguma situação ou ação, enquanto a teoria positiva procura entender e explicar os fenômenos econômicos como eles realmente são.

Portanto, as declarações positivas e normativas são fundamentalmente diferentes, mas estão frequentemente interligadas no conjunto de crenças de um indivíduo. Uma visão positiva do mundo afeta a visão normativa sobre quais políticas são necessárias. Convém ressaltar que, quando ouvir economistas fazendo declarações normativas, você saberá que falam como consultores políticos, não como cientistas.

Provavelmente você deve ter se questionado se existem economistas positivos e normativos, certo? Na prática não, pois a análise econômica positiva e a normativa estão intimamente relacionadas. Os economistas

raramente conseguem adotar uma postura somente positiva ou somente normativa, pois as realidades social, econômica, política e cultural existem e são a base para a formação das teorias econômicas, que, por consequência, procuram explicar tais realidades. Ou seja, normalmente, primeiro os economistas procuram entender como a economia é (visão positiva), para depois propor como ela deveria ser (visão normativa).

Então por que os economistas divergem? Porque podem discordar quanto à validade das teorias positivas (sobre o funcionamento do mundo real), além de poderem ter valores diferentes, portanto, visões normativas distintas sobre quais políticas públicas deveriam ser implementadas. Será, por exemplo, que capitalistas e socialistas têm a mesma visão de como a sociedade deveria ser? Ou ainda, será que liberais e intervencionistas gostariam que a economia convergisse para o mesmo ponto?



Refleta

Se a análise da economia normativa é influenciada por valores, ideologias, etc., será que o momento histórico em que é feita a análise vai sugerir a maneira que o economista propõe como o mundo deveria ser? Será que isso pode ser percebido ao longo da história do pensamento econômico?

Conforme nossas discussões até aqui, perguntamos a você: a economia política utiliza argumentos positivos ou normativos? Certamente, você vai responder que a economia política é normativa, pois percebeu que quando falamos em economia política, estamos nos referindo a diferentes teorias que procuraram criar argumentos, pressupostos, dogmas, modelos, entre outros instrumentos, com o objetivo de explicar os acontecimentos, o que seria o mundo ideal.

Então, à medida que você for estudando economia política, tenha em mente que existe uma distinção entre os argumentos positivos e os normativos, assim, você conseguirá manter o foco e a motivação no estudo das escolas econômicas.



Assimile

Argumentos positivos tentam descrever o mundo como ele é, e argumentos normativos como deveria ser.

Após nossas discussões você conseguiu aprender a respeito dos fundamentos da economia política? Esperamos que sim, pois os conteúdos trabalhados nesta seção vão auxiliar a futura professora Margarida a argumentar com um dos seus alunos, que, após ter ouvido a explicação de como a economia faz parte da vida das pessoas, e como é importante os alunos das áreas de humanas e sociais estudarem economia política, reclamou de ter que estudar a disciplina, achando que é mais importante para a formação profissional compreender a atualidade e não teorias antigas.

Para os argumentos, lembre-se de que a economia política é a ciência que estuda as relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens materiais que visam atender as necessidades humanas, identificando as leis que regem tais relações. E, para que isto seja possível, é preciso compreender o pensamento econômico contemporâneo, o que é feito por meio do conhecimento do caminho percorrido para se chegar até a atualidade. Em outras palavras, as análises e evidências que os economistas criaram ao longo dos anos fornecem uma verificação do que foi feito no passado para que não sejam cometidos os mesmos erros. Além disso, o estudo da economia política ajuda a apreciar o fato de que nenhum grupo tem o monopólio sobre a verdade e que pessoas contribuem para a riqueza e a diversidade intelectual, cultural e material.

Economistas não se entendem

Descrição da situação-problema

Todos os dias você almoça com seus colegas de trabalho e conversa com eles sobre os mais diversos assuntos, sendo que, em um dia qualquer, o tema foi eleição presidencial. Você afirmou que, na hora de escolher um candidato, se preocupa em analisar o plano econômico do futuro governo e quem está sendo indicado para Ministro da Fazenda, já que a forma como a economia é gerida afeta a sociedade como um todo, principalmente as camadas menos favorecidas. Um de seus colegas não concordou com sua opinião e disse que não leva em consideração o plano econômico, já que os economistas nunca conseguem se entender e sempre erram as previsões. Portanto, independentemente da equipe econômica, a economia não mudará. Depois dessa declaração, como você poderia explicar ao seu colega os motivos que fazem com que os economistas discordem entre si e muitas vezes errem as previsões econômicas?

Resolução da situação-problema

Lembre-se de que na economia existem dois tipos de argumentos, os normativos e os positivos, os quais, apesar de não serem excludentes, na prática completam-se, fazendo com que cada economista tenha uma interpretação diferente da realidade. Portanto, é preciso levar em consideração a validade das teorias positivas, que mostram o funcionamento do mundo real, por meio de dados estatísticos; diferente dos argumentos normativos que levam em consideração, a visão, os valores, etc. de cada pessoa. Portanto, os argumentos normativos fundamentam-se em como a economia deveria ser e não como de fato ela é (como é visto na economia positiva). Por este motivo é que, em muitas situações, os economistas não chegam a uma mesma conclusão.

Faça valer a pena

1. A economia política é a ciência que estuda as relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens materiais que visam atender as necessidades humanas, identificando as leis que regem tais relações. No que diz respeito à economia política, analise as assertivas a seguir:

- I. Ela analisa a interação entre Estado e mercado.
- II. Ela vê o conflito de interesses como uma exceção na sociedade.
- III. Ela tem o conflito de interesses individual e coletivo como objeto de estudo.
- IV. Ela percebe que o Estado, muitas vezes, pode sofrer manipulação de um grupo.

Após analisar as assertivas apresentadas, quais delas estão corretas?

- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

2. Na economia são utilizadas duas análises, uma positiva, que tem como foco explicar os fatos reais, usando mais dados estatísticos e fatos, e uma análise normativa, na qual o juízo de valor está mais implícito. Em relação ao exposto, analise as assertivas a seguir:

- I. O combate ao desemprego deveria ser prioridade para o governo.
- II. São Paulo é o primeiro estado na produção industrial brasileira.
- III. Deve-se reduzir o IPI dos automóveis populares para aumentar o PIB.
- IV. Para diminuir a dívida pública, a taxa de juros do país deveria ser reduzida.

Após analisar as assertivas apresentadas, quais delas utilizam argumentos normativos?

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

3. A economia e seus temas de estudo são complexos, envolvem dados, números, teorias, estatísticas, índices, entre outros instrumentos, que fazem com que, muitas vezes, não exista consenso entre os economistas, ainda que com temas da mesma natureza e no mesmo contexto histórico.

Como a situação apresentada pode ser explicada? Marque a única alternativa correta:

- a) As interpretações são diferentes, pois os índices apresentados nem sempre estão corretos.
- b) Como envolve juízo de valor, abre espaço para diversas interpretações.
- c) Os erros de previsão e divergências são oriundos de dados equivocados.
- d) A conjuntura econômica altera o tempo inteiro, assim como as interpretações dela.
- e) Economia está ligada diretamente à política e aos desejos dos governantes.

O modo de produção capitalista

Diálogo aberto

Olá, aluno, seja bem-vindo a mais uma seção de autoestudo! Após nossas discussões sobre a economia como objeto de estudo, vamos compreender o modo de produção do sistema capitalista, ou, em outras palavras, como ocorre a produção e quais são os fatores envolvidos neste polêmico sistema. Para atingir tal objetivo, discutiremos, inicialmente, os sistemas de produção, com foco na produção capitalista, como acontece a divisão do trabalho e o salário pago pela mão de obra. Além disso, quando estudamos o capitalismo, não podemos deixar de compreender a variável que incentiva os capitalistas, e que recebe tantas críticas dos seus opositores: o lucro.

Para que sejam possíveis as nossas discussões, voltaremos à aluna Margarida, futura professora e monitora da disciplina Economia Política, que vai tirar as dúvidas dos alunos relacionadas às aulas.

Certo dia Margarida chegou à sala de aula para acompanhar seu professor em mais um tema relacionado à Economia Política e eles se depararam com uma discussão acalorada entre outros dois alunos, no qual um deles defendia o sistema econômico socialista e criticava fortemente o modo de produção capitalista, pois na opinião que defendia, a divisão do trabalho é injusta, o salário pago aos trabalhadores é baixo e o lucro do capitalista é alto, o que gera pobreza e violência na sociedade; e o outro aluno não concordava com esta visão e afirmava que o capitalismo é justo. Diante desta discussão, o professor solicitou que Margarida, conceitualmente, resolvesse este impasse. Quais argumentos a futura professora pode utilizar?

Para ajudar Margarida na elaboração dos argumentos, vamos estudar os sistemas de produção socialista e capitalista, a divisão do trabalho, salário e lucro, e a motivação do capitalismo para o lucro. Esses temas são de suma importância para você compreender o sistema capitalista, de forma a relacioná-lo com as escolas do pensamento econômico que iremos conhecer ao longo da disciplina. Vamos aos estudos?

Não pode faltar

O sistema econômico adotado no Brasil, assim como na grande maioria dos países, é o capitalista. Mas, você sabe dizer o que é um sistema econômico?

Sandroni (2005) define sistema econômico como a forma organizada que a estrutura econômica de uma sociedade assume, englobando o tipo de propriedade, a gestão da economia, os processos de circulação das mercadorias, o consumo e os níveis de desenvolvimento tecnológico e de divisão do trabalho.

Passos e Nogami (2012) acrescentam que o sistema econômico está relacionado à forma como uma sociedade está organizada em termos políticos, econômicos e sociais para desenvolver as atividades econômicas de produção, troca e consumo de bens e serviços. Portanto, todas as leis, regulamentos, costumes e práticas tomadas em conjunto, e suas relações com os agentes econômicos (família/consumidor, empresa e governo) fazem parte do sistema econômico.



Assimile

De forma simplista, um sistema econômico pode ser definido como a estrutura política, econômica e social de uma sociedade, ou seja, é a maneira como uma sociedade, como a brasileira, é administrada (para quem, como e o que essa economia produz).

Não há uma única definição de sistema econômico, pois isso varia conforme a corrente de pensamento econômico. Além disso, os sistemas econômicos foram evoluindo ao longo dos anos, o que traz algumas divergências conceituais sobre o assunto. Na obra de Swedberg (2003) *apud* Sandroni (2005), os sistemas econômicos podem ser classificados de acordo com quatro tipos de economia na Europa Ocidental (a partir da Alta Idade Média) em: fechado, urbano, nacional e internacional. Já Sombart (1911) *apud* Sandroni (2005) classificou os sistemas econômicos em cinco: economia fechada, economia artesanal, economia capitalista, economia coletivista e economia corporativa. Por outro lado, na obra de Karl Marx, sistema econômico é utilizado em alguns momentos como sinônimo de modo de produção e por isso também podemos chamá-lo de sistema de produção (SANDRONI, 2005).

Neste sentido, Sandroni (2005) observa que Marx, Swedberg e Sombart compreendiam os sistemas econômicos como historicamente situados, enquanto economistas marginalistas deixam de lado o contexto histórico e estudam por meio de fórmulas matemáticas os sistemas econômicos.



Pesquise mais

Para conhecer a evolução dos sistemas econômicos, desde a Revolução Industrial até as economias em desenvolvimento do Terceiro Mundo, leia a resenha bibliográfica do artigo *Sistemas econômicos e sociedade: capitalismo, comunismo e Terceiro Mundo*, do autor George Dalton.

Atualmente, estão em vigor dois sistemas econômicos principais: o socialismo e o capitalismo. O primeiro (o socialismo) Bobbio *et al.* (1998) definem como sendo um programa político das classes trabalhadoras que foram se formando durante a Revolução Industrial e que se opuseram ao sistema de produção capitalista. E apesar de ter múltiplas vertentes, o socialismo, **não** tem como base a propriedade privada dos meios de produção e troca, e sim forte participação do Estado na economia. Porém, em outro momento deste material discutiremos o socialismo, pois nesta aula nosso foco é o sistema capitalista.

Já sobre o capitalismo, os mesmos autores observam que há duas conotações para o termo. A primeira acepção designa capitalismo como uma forma específica de agir economicamente, um modo de produção em sentido estrito ou subsistema econômico. Esse subsistema ao qual os autores se referem, é considerado parte de um sistema social e político mais amplo e complexo. A segunda acepção de capitalismo atinge a sociedade no seu todo como formação social, historicamente qualificada de forma determinante pelo seu modo de produção. capitalismo, nesta acepção, designa, portanto, uma "relação social" geral.

E qual é a acepção aceita atualmente? Não existe uma única verdade, como afirmam Bobbio *et al.* (1998), pois a própria história do conceito de capitalismo oscila entre as duas acepções. Porém, não se trata de uma controvérsia nominalista, solúvel por meio de acordos entre estudiosos, e sim de uma questão de identificação do mundo contemporâneo, questão esta que envolve a identidade e a ideologia de grupos sociais.

Para sermos mais práticos, o capitalismo se distingue do socialismo e dos outros sistemas de produção em função de suas características. Você sabe dizer quais são as principais características do sistema de produção capitalista? Vamos conhecê-las?

Os fatores de produção (que são a terra, o capital e o trabalho), os bens de consumo (casas, carros, entre outros) e o dinheiro são de propriedade privada; o controle do funcionamento da economia é realizado pelo sistema de preços, que determina a seleção de bens a serem produzidos, e suas quantidades, a combinação e a distribuição dos fatores de produção, as técnicas de produção e os métodos das organizações das unidades produtoras, a distribuição dos bens entre as pessoas; o incentivo à produção é o lucro, sendo, portanto, o grande impulsionador para a ação dos agentes econômicos, a competição entre as empresas. O papel do governo é limitado, ou seja, o governo participa da economia até um certo ponto (MENDES, 2009).

Portanto, o capitalismo depende das forças de demanda (consumidores) e de oferta (produtores) para determinar preços, alocar recursos produtivos

e distribuir a renda e a produção, ao passo que o governo pouco se envolve na tomada de decisões. Determinados a obter lucros cada vez maiores, os proprietários dos fatores de produção – ou recursos produtivos (os fatores de produção ou recursos produtivos são de propriedade privada) – tomam as decisões de produção.

Destaca-se que os lucros e prejuízos, que porventura ocorram, são resultados das referidas decisões. Tais decisões tendem a afetar, diretamente consumidores e produtores, ao passo que os consumidores – dado seu nível de renda – buscam maximizar suas satisfações, e os produtores – dados os seus fatores de produção ou recursos produtivos – buscam maximizar seus lucros.

Nesse ínterim, os preços de mercado são os responsáveis por nortear as decisões das empresas e das famílias no quesito produção, distribuição e consumo. Contudo, vale ressaltar que, neste tipo de sistema econômico, em todos os tipos de atividades e segmentos, a concorrência é extremamente acirrada, sendo que muitos consideram-na desleal.

Em função da sua estrutura, o sistema capitalista é fortemente criticado. Segundo Mendes (2009), estudiosos do assunto apontam o “a) antagonismo entre o capital e o trabalho; b) a presença de elementos monopolísticos e c) a não solução da justiça social” (MENDES, 2009, p. 18-19) como as mais relevantes falhas do sistema. Em contrapartida, apontam a alocação dos fatores de produção de modo eficiente como a mais relevante qualidade do sistema em questão, ao passo que promove ganhos de produção. A eficiência na alocação dos recursos produtivos é consequência da constante busca pelo aperfeiçoamento, em função da acirrada competição existente e da incitação ao lucro.

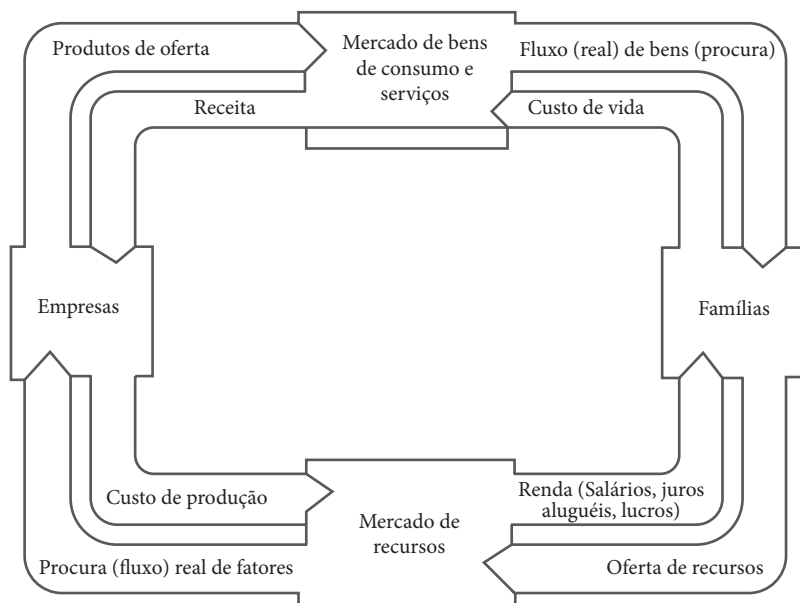


Refleta

O sistema de produção capitalista é fortemente criticado, principalmente em função do antagonismo entre capital e trabalho. Diante do exposto, como podemos relacionar a realidade social brasileira com as críticas feitas ao sistema capitalista?

O funcionamento da atividade econômica no sistema capitalista pode ser analisado na Figura 1.1, que demonstra o chamado fluxo circular de renda simples, que não considera a participação do governo e nem relações com o setor externo. Certamente, você deve estar pensando o motivo de estudar o fluxo de renda simples, se no “mundo real” um sistema econômico capitalista é composto pelo governo e pelo setor externo, não é mesmo? Simples! Este fluxo é a base para a compreensão da atividade econômica, e se você conseguir entender a integração entre famílias/consumidores e empresa, você compreenderá o capitalismo.

Figura 1.1 | Fluxo de integração entre famílias e empresas



Fonte: Mendes (2009, p. 15).

Conforme podemos visualizar na Figura 1.1, as duas principais unidades econômicas envolvidas no sistema capitalista são as famílias e as empresas. As famílias englobam todas as pessoas da economia, ou seja, os consumidores de bens e serviços, enquanto as empresas produzem bens e serviços. Para que seja possível a produção de mercadorias, as empresas compram os recursos produtivos, entre eles o trabalho das famílias.



Assimile

Os fatores de produção, também chamados de recursos produtivos, são os elementos essenciais ao processo produtivo e podem ser classificados em: recursos naturais ou terra (local onde é feita a produção de um bem), trabalho (esforço físico e mental empregado na produção de um bem/serviço) e capital (máquinas e equipamentos).

Em economia, **todos** os fatores de produção são de propriedade das famílias (pessoas). Por exemplo, as máquinas de uma empresa qualquer são de propriedade do dono da empresa (que é uma pessoa), já que ele é quem tem a posse da máquina e não a empresa em si.

As famílias e empresas interagem em dois mercados, o mercado de bens de consumo e serviços (no qual há troca de dinheiro por mercadorias), e o mercado de recursos produtivos (no qual há a troca dos fatores de produção (trabalho, capital e terra) por renda (salário, lucros e juros, e aluguel, respectivamente). Nesse esquema percebe-se que a classe trabalhadora vende a sua mão de obra às empresas, que, em troca, pagam um salário para que produzam as mercadorias. As famílias, com o salário recebido, compram os bens e serviços produzidos nas empresas, pagando por eles, com o salário recebido pela venda do seu esforço físico e mental para as empresas.

Esse salário recebido pelas famílias no sistema de produção capitalista é uma expressão simbólica do valor pago ao trabalhador pela força de trabalho dele, relativo aos meios de subsistência das pessoas. Como o salário é o preço do trabalho, teoricamente, se há uma demanda maior do que a oferta por trabalho, o preço do salário reduz, caso contrário, se a demanda por trabalho for menor do que a oferta de trabalho, o salário aumenta.



Refleta

Será que o salário recebido pelos trabalhadores é equivalente ao preço das mercadorias que são produzidas por eles? Reflita sobre o assunto!

Porém, a fixação de salários no sistema capitalista é feita de várias formas, seja determinada pelos empregadores ou por acordos bilaterais entre o empregador e o empregado (as chamadas negociações). Assim, muitos trabalhadores empregados têm algum poder de barganha, e esse nível do poder de barganha de um trabalhador depende claramente de dois fatores: do tipo de trabalho que a pessoa está desempenhando e das condições do trabalho.

Neste sentido, a relação entre trabalhadores e empresas (capitalistas) pode ser considerada: 1. abusiva, já que as empresas exploram o trabalhador para terem aumento nos lucros, como dizia Karl Marx, ou 2. um meio de funcionamento normal do capitalismo, essencial para a eficiência defendida por outras escolas econômicas (estudaremos mais sobre isso em aulas posteriores).

Portanto, no capitalismo, a economia é baseada na separação/divisão entre duas classes sociais: a grande maioria das pessoas detém apenas a propriedade do fator de produção trabalho (ou seja, elas não são proprietárias dos fatores de produção capital (máquinas e equipamentos) e terra), sendo chamadas de trabalhadores, que são juridicamente livres e vendem esta força (trabalho) aos capitalistas em troca de salário; enquanto, de outro lado, está a classe composta de uma minoria de pessoas, os capitalistas, que são os proprietários do fator de produção capital e contratam os trabalhadores

para que eles produzam as mercadorias que serão vendidas no mercado, conforme vimos na Figura 1.1.

Portanto, a produção (feita pela classe trabalhadora) é vendida para que o capitalista obtenha lucro, sendo que esse (o lucro gerado pelo trabalhador) é o principal motivo de críticas do modo de produção capitalista: a exploração do trabalho.



Exemplificando

João da Silva é auxiliar de serviços gerais da empresa de telefonia Cell e trabalha 44 horas por semana em troca de um salário mínimo por mês, com o qual sustenta sua esposa e três filhos. A empresa Cell tem cerca de mil funcionários e oferece serviços de telefonia móvel, tendo um lucro líquido médio mensal de R\$ 384 milhões. Portanto, os capitalistas obtêm lucro às custas do trabalhador, conforme podemos entender na relação entre João e a empresa Cell.

Para ampliar a quantidade produzida pela classe trabalhadora, foi estruturado um novo jeito de se produzir baseado na divisão do trabalho. No capitalismo, a divisão do trabalho (termo que pode ser encontrado em estudos das mais diversas áreas do conhecimento, incluindo economia e sociologia), refere-se às distintas formas das pessoas produzirem. A divisão do trabalho é de suma importância para o capitalismo, pois está relacionada à especialização de tarefas específicas com o objetivo de dinamizar e otimizar a produção, fazendo com que se produza com mais eficiência e rapidez. Assim, o trabalhador repete a mesma tarefa, de forma que consegue produzir cada vez mais rápido e com quantidades maiores, gerando lucros cada vez maiores para os capitalistas.



Pesquise mais

Para conhecer um pouco mais sobre a divisão do trabalho no sistema capitalista, leia o dossiê intitulado *A divisão capitalista do trabalho*, organizado por Helena Hirata. Apesar de o texto ser antigo, de 1989, traz uma discussão interessante sobre a formação da divisão do trabalho.

HIRATA, Helena. Divisão capitalista do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 73-103, 1989.

Porém, apesar de todas as nossas discussões e da caracterização do capitalismo, de acordo com Bobbio *et al.* (1998), não é possível estabelecer

uma ordem de prioridade entre os elementos que caracterizam o capitalismo, já que constituem uma constelação de fatores, lógica e geneticamente relacionados entre eles, que podem gerar modelos interpretativos divergentes, de acordo com a ordem de peso e valor com que são estruturados.

Neste sentido, existem modelos que dão valor à relação trabalho assalariado-capital, da Escola Marxista, e outros modelos que são construídos sobre a prioridade dos processos de racionalização do agir. Independente do modelo a ser seguido, nenhum modelo ou sistema de mercado pode existir sem fatores contextuais extra econômicos, sejam estes imputáveis a puras relações de força de poder ou a pressupostos culturais mais profundos (BOBBIO *et al.*, 1998).

Sem medo de errar

Caro, aluno, com as nossas discussões você conseguiu compreender o funcionamento do sistema capitalista? Esperamos que sim, pois os conteúdos trabalhados nesta seção vão auxiliar Margarida, a futura professora e monitora da disciplina Economia Política, a argumentar com os dois alunos que discutiam sobre o assunto. Enquanto um deles criticava o modo de produção capitalista, o outro afirmava que o capitalismo é justo.

Para os argumentos, lembre-se de que o sistema capitalista tem como características o papel do governo limitado, a grande competição entre empresas, o lucro como incentivo para produção, a propriedade privada e o sistema de preços controlando o funcionamento da economia. Dessa forma, como a propriedade é privada, os donos do fator de produção capital (os capitalistas) pagam salários de subsistência aos trabalhadores. Dadas estas características, a divisão do trabalho no capitalismo é diferente de outros sistemas econômicos, e, muitas vezes, o salário pago ao trabalhador não é o desejável ou merecido (o que gera diversas críticas ao sistema capitalista, como as que foram feitas por um dos alunos que discutiam durante a monitoria de Margarida. Esses críticos do capitalismo argumentam que os capitalistas exploram o trabalhador para terem aumento nos lucros, como dizia Karl Marx). Por outro lado, os defensores do capitalismo (como o outro aluno que estava presente na monitoria de Margarida) enxergam a relação entre trabalhadores como um meio de funcionamento normal, essencial para a eficiência da economia.

O funcionamento da economia

Descrição da situação-problema

Alberto é aluno de um curso superior de uma universidade brasileira. Ele trabalha durante o dia e estuda à noite, como tantos outros universitários. Com seu salário baixo consegue pagar a mensalidade da universidade para, futuramente, ter uma vida melhor. Alberto nunca tinha parado para pensar sobre o funcionamento da economia, mas, após uma conversa com um colega de turma, começou a refletir sobre a relação dele com a empresa na qual trabalha e com a faculdade. E pensou: “qual é o meu papel no funcionamento do sistema econômico capitalista?”. Quais elementos teóricos você mobilizaria para responder à pergunta do Alberto?

Resolução da situação-problema

Para ajudar na reflexão de Alberto, lembre-se de que na economia capitalista, os trabalhadores vendem sua força de trabalho para os donos do fator de produção capital (que são os capitalistas), em troca do recebimento de salários. Ao venderem essa força de trabalho, são produzidos bens/serviços que as empresas vendem ao mercado em troca de dinheiro (parte do salário dos trabalhadores). Essa venda dos bens e serviços é feita ao preço mais alto possível, para, assim, os capitalistas terem lucro. Dessa relação surge uma discrepância entre os recebimentos dos trabalhadores e os dos capitalistas.

Faça valer a pena

1. Um sistema econômico engloba todos os métodos pelos quais os recursos são alocados e os bens e serviços distribuídos. Atualmente, existem dois sistemas econômicos dominantes que podemos enxergar no mundo: o capitalismo e o socialismo. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir quanto ao sistema capitalista.

- I. Existe grande competição entre empresas.
- II. O incentivo para as empresas produzirem é o lucro.
- III. O governo toma todas as decisões econômicas.
- IV. O papel do governo é limitado.

Estão corretas somente as assertivas:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) I, II, III e IV.

2. João e Maria são amigos de faculdade e estão conversando sobre o sistema capitalista. João é estudante da área de exatas, e não teve disciplina relacionada à economia e áreas afins, diferente de Maria, que estudou as teorias e críticas ao sistema capitalista. Neste sentido, João quis saber os motivos de o capitalismo ser tão criticado.

Marque a única alternativa correta que traz um argumento que Maria pode utilizar:

- a) O capitalismo não consegue solucionar as injustiças sociais.
- b) O capitalismo tem competição acirrada, o que gera lucro exagerado.
- c) O capitalismo não tem influência do governo.
- d) O capitalismo exerce desvantagens competitivas.
- e) O capitalismo atual não sofre mais críticas como antigamente.

3. A economia é uma ciência que está presente na vida de todas as pessoas, independentemente da idade, gênero, classe social e nível educacional. Em outras palavras, quase todas as ações que tomamos diariamente são, direta ou indiretamente, econômicas. Assim, vamos supor que você consuma pão francês todos os dias no café da manhã. Neste caso, o consumo do pão estará ajudando a “girar” a economia. Sobre esse assunto, analise as assertivas a seguir:

- I. O padeiro vende sua força de trabalho para o dono da padaria em troca de um salário.
- II. O salário recebido pelo padeiro é utilizado para que ele compre bens e serviços que foram produzidos nas empresas.
- III. Em economia, as máquinas e os equipamentos são de propriedade da padaria, compondo o fator de produção chamado de capital.
- IV. A expressão “o consumo do pão está ajudando a ‘girar’ a economia” está relacionada com o fluxo circular de renda.

Estão corretas somente as assertivas:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I, II e IV.

Os primórdios da teoria econômica: mercantilistas e fisiocratas

Diálogo aberto

Olá, aluno! Seja bem-vindo à Seção 1.3 de Economia Política.

Após nossas discussões sobre o modo de produção com foco no capitalismo, vamos conhecer os primórdios da teoria econômica, ou seja, as duas escolas que deram início ao pensamento econômico (tendo a economia política como foco de análise), que foram as mercantilistas e as fisiocratas.

Para que sejam possíveis as nossas discussões, voltaremos à futura professora e monitora da disciplina de Economia Política, Margarida.

O professor desta disciplina, ao ministrar aula sobre os mercantilistas, trouxe duas reportagens sobre a economia brasileira. A primeira delas dizia que o Brasil depende muito do transporte rodoviário para distribuir as mercadorias dentro do país ou para levá-las até os portos e aeroportos para serem exportadas, mas que o pedágio cobrado nessas rodovias no estado de São Paulo é um dos mais caros do mundo (VIER, 2010). Já a segunda reportagem focava em uma informação sobre a Balança Comercial Brasileira (resultado dos valores das exportações menos os valores das importações de mercadorias), que em 2017 atingiu um resultado positivo recorde (MARTELLO, 2018). Os alunos precisavam associar as duas reportagens com a teoria mercantilista, mas, como tiveram dificuldade, buscaram o auxílio de Margarida, a monitora da disciplina. Como ela poderia ajudar os alunos a relacionarem essas notícias com a teoria mercantilista? O resultado da balança comercial brasileira apresentado na segunda reportagem seria comemorado pelos defensores do mercantilismo?

Para termos o entendimento desses assuntos, nesta seção, estudaremos o cenário histórico do surgimento das Escolas Mercantilista e Fisiocrata, e as principais contribuições da Escola Mercantilista com foco em Mun, Malynes, Davenant, Colbert e Petty, assim como as principais contribuições de Quesnay e Turgot da Escola Fisiocrata. Ótimo estudo!

Não pode faltar

Agora que você já sabe como funciona o modo de produção capitalista, vamos compreender como se iniciou o pensamento econômico fundamentado

na análise da economia política (antes desse momento, as discussões sobre alguns aspectos econômicos eram meramente filosóficas?). Para isso, começaremos pela teoria econômica conhecida como **mercantilismo**, que perdurou na Europa ocidental entre aproximadamente 1500 e 1776.

Nessa época, o sistema capitalista comercial, aos poucos, estava sendo desenvolvido. As cidades que já vinham crescendo desde a Idade Média, ganhavam cada vez mais importância econômica e social. Com isso, o comércio prosperava dentro dos países e entre eles, sendo facilitado (ainda mais) pela descoberta do ouro no ocidente.

Com as Grandes Navegações, a busca por novas terras ampliava ainda mais o comércio, já que novos mercados consumidores surgiam. Apesar de a produção ser em pequena escala, os produtores e consumidores estavam cada vez mais integrados. Entretanto, apesar dos capitalistas estarem se tornando figuras centrais nos negócios, os comerciantes (negociantes), também conhecidos como mercadores, ainda não eram bem vistos pelos senhores feudais, que eram dos donos das terras.

No entanto, pouco a pouco, o comércio foi se desenvolvendo, e os Estados Nacionais surgiram, concentrando o poder nas mãos do rei e enfraquecendo o poder dos senhores feudais. Entre os Estados Nacionais, aqueles que eram mais poderosos, como Espanha e Portugal, estavam conquistando colônias, o que aumentava a rivalidade entre as nações.

Assim, um conjunto de doutrinas foi sendo criada, evoluiu e, aos poucos, foi superando os pressupostos aceitos até então. Essas ideias superaram os conceitos feudais, promovendo as ideias de proteção da economia nacional, nacionalismo, aumento da importância do mercador e de políticas de expansão econômica e militar (BRUE, 2013). Este conjunto de doutrinas tornou-se a chamada **Escola Mercantilista**.

Para os mercantilistas, a riqueza de uma nação dependia do acúmulo de metais preciosos, principalmente ouro e prata. Em outras palavras, quanto maior fosse a quantidade de ouro e prata que uma nação possuísse, mais rica ela seria. Para você ter uma ideia, até mesmo em guerra, se o inimigo pagasse os produtos em barras de ouro, poderia haver exportações para os “adversários”. Portanto, para os mercantilistas, somente os metais preciosos geravam riqueza.



Assimile

A principal ideia da Escola Mercantilista está relacionada à riqueza de uma nação, sendo que um país rico era aquele que acumulava grandes quantidades de ouro e prata.

Para aumentar ainda mais as suas riquezas, os países não poderiam importar mais do que exportavam, porque os metais preciosos eram utilizados para o pagamento dessas importações, o que, na visão mercantilista, empobrecia a nação. Então, os mercantilistas defendiam que cada país deveria promover as suas exportações e acumular a riqueza dos outros países, ou seja, para eles, existia uma quantidade fixa de recursos no mundo, e somente aquela nação que dominasse rotas comerciais, vencesse guerras e conquistasse colônias (onde pudesse haver a extração desses minérios) seria poderosa. E como fazer isto? Era preciso “tirar” os recursos (ouro e prata) dos vizinhos/inimigos.



Pesquise mais

Para aprofundar seus conhecimentos sobre riqueza e mercantilismo, pesquise mais em:

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Moeda, tesouro e riqueza: uma anatomia conceitual do mercantilismo britânico do início do século 17. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 3, 2009.

Portanto, os países deveriam importar o mínimo possível (somente os produtos que não eram produzidos internamente) e os bens manufaturados e matérias-primas produzidos dentro do país deveriam ser protegidos. Por exemplo, em 1565/66, na Inglaterra, houve uma lei que proibia a exportação de ovelha viva, sendo que, quem exportasse esse produto seria punido, poderia ter a sua propriedade confiscada, receberia um ano de prisão e teria sua mão esquerda cortada. Mas, você saberia dizer o motivo dessa lei? Bem, as restrições de exportações das matérias-primas aconteciam para que essas mercadorias fossem usadas na produção de produtos acabados dentro do próprio país, para que esses bens fossem exportados a preços competitivos.

Talvez, nesse ponto, você possa estar pensando: “então o comércio interno era livre?”. Não, ele não era totalmente livre, no sentido de deixar as pessoas fazerem qualquer tipo de comércio que quisessem! No entanto, havia uma forte oposição dos mercantilistas à cobrança de pedágios, impostos e outras restrições internas que poderiam dificultar as transações econômicas dentro do próprio país (freando o crescimento do mercado interno), pois isso tornava as exportações menos competitivas no mercado internacional.

Como já foi dito, os capitalistas mercadores eram a favor da colonização, porém, as colônias deveriam ser dependentes do país colonizador. Para que esta dependência fosse possível, as importações para as colônias eram proibidas ou restritas, não poderia haver fábricas e os produtos vendidos

pelas colônias passavam sempre no país colonizador (se, nesse ponto, você pensou no que acontecia no Brasil quando éramos colônia de Portugal, isso não é mera coincidência). Porém, é importante observar que, na prática, nem sempre o comércio funcionava desta forma, pois, em muitas situações os produtos não passavam pela metrópole, e, neste caso, o Pacto Colonial funcionava na teoria (lei), mas não na prática.

Para que as ideias mercantilistas fossem colocadas em prática, era preciso um forte controle governamental. E isto era feito! Por exemplo, o Governo concedia privilégios de monopólio para as empresas envolvidas no comércio exterior. As atividades agrícolas, minerais e industriais eram promovidas com subsídios e havia ampla restrição às importações, via cobrança de tarifas. O governo também regulava os processos de produção para garantir a qualidade dos produtos e para não dificultar as exportações com bens de má qualidade (BRUE, 2013).



Refleta

De acordo com Rodrik (2013), o grande crescimento da economia chinesa dos últimos anos foi causado tanto pelo estímulo do governo chinês aos empresários instalados no país, como pelos incentivos cambiais trazidos aos exportadores. Essa política econômica chinesa tem alguma relação com a teoria mercantilista? Reflita sobre o assunto!

Dado o contexto apresentado até então, você já deve imaginar a importância, para os mercantilistas, do país ter uma população numerosa. Mas, por qual motivo isso acontece? Nações com grande número de pessoas poderiam fornecer soldados para as guerras, caso necessário, além da disponibilização, em abundância, de mão de obra (o que forçava os salários para baixo). O baixo salário permitia a redução dos preços dos bens para a exportação, aumentando a entrada de ouro (preço mais baixo traz a possibilidade de uma maior quantidade exportada).

Depois de todas as nossas discussões, você saberia dizer quem foram os precursores do mercantilismo? Os primeiros mercantilistas foram: Thomas Mun, Gerard Malynes, Charles Davenant, Jean Baptiste Colbert e Sir William Petty. Vamos conhecê-los?

Thomas Mun (1571-1641) foi um negociante que, em 1621, publicou um tratado intitulado *A discourse of trade from England unto the East Indies*, no qual defendeu que a saída de moeda de uma nação, em função do comércio, não importava, caso o total de exportações fosse maior do que das importações.

Poucos anos depois, em 1630, Mun escreveu um artigo afirmando que uma nação, para se tornar mais rica, precisaria aumentar a produção, e as mercadorias deveriam ser vendidas para outros países (exportadas) e, com isso, haveria aumento do ouro, já que essas mercadorias seriam pagas com metais preciosos. Somente conhecendo algumas ideias de Mun você já conseguiu perceber como o mercantilismo nasceu, correto? Vamos, agora, conhecer os outros teóricos mercantilistas.

Gerard Malynes (1586 – 1641) nasceu na Bélgica e se tornou um fracassado negociante no comércio exterior na Inglaterra. Apesar disso, foi conselheiro do governo sobre as questões comerciais. Em 1622, publicou o artigo *Lex mercatoria: or, the anciente law-Merchant*, no qual defendeu o comércio como fonte de riqueza de uma nação e tutelou que o governo deveria regular a produção dos bens para garantir exportações de qualidade, já que a exportação de mercadorias de qualidade faria com que houvesse menos reclamações e aumentaria o preço delas.

Outro conhecido mercantilista foi Charles Davenant (1656-1714), um funcionário do governo que tinha experiência com impostos, importações e exportações. Ele defendeu que uma nação poderia alcançar os benefícios do produto exportado (ou seja, o recebimento de ouro/prata) se esse produto fosse feito com matéria-prima nacional. Caso contrário, se as matérias-primas fossem importadas, o lucro (recebimento do ouro/prata) líquido seria menor.



Exemplificando

Vamos supor que o Brasil exporte farinha de trigo. Se o trigo (matéria-prima) fosse nacional (produzido dentro do país), o lucro líquido da exportação da farinha de trigo seria total; agora, se o trigo fosse comprado da Argentina, o lucro líquido seria menor. Para entender isso, imagine que a farinha de trigo exportada pelo Brasil é vendida por US\$ 5,00 (cinco dólares) o quilo. Se o trigo é nacional, o lucro líquido são cinco dólares. Agora, se o trigo custa US\$ 3,00 e é importado, o lucro líquido da farinha de trigo é de US\$ 2,00 por quilo (US\$ 5,00 – US\$ 3,00).

É importante observar que, apesar de Davenant ser um adepto do mercantilismo, ele dizia que a riqueza de um país não era medida pelo ouro/prata que acumulava, mas por aquilo que a nação produzia de mercadorias. Diferente dos demais teóricos, não?

O principal expoente do mercantilismo foi o ministro da fazenda francês, Jean Baptiste Colbert (1619-1683). Para ele, a força de um Estado dependia

das finanças, o que era feito via coleta de impostos. Porém, para que o governo arrecadasse mais, era preciso ter mais dinheiro em circulação, o que poderia ser feito por meio das exportações, da redução das importações e da proibição da saída de ouro e prata do país. Portanto, Colbert defendia o comércio como meio de aumentar a riqueza.

Colbert acreditava que as colônias eram importantes (como mercados consumidores para os bens franceses e como fornecedoras de matéria-prima), e que uma grande marinha, tanto de guerra quanto mercante, era fundamental, pois, para ele, o enriquecimento de uma nação dependia do empobrecimento de outra, pois, segundo Colbert, o volume de comércio, o número de navios e a produção em si eram fixos, assim, somente retirando riqueza de um país que o outro poderia enriquecer, ou, em outras palavras, o comércio internacional era uma “guerra” entre nações.

Esse importante mercantilista era a favor da facilitação do comércio interno (fazendo oposição aos pedágios e aos excessivos impostos locais), mas pregava uma forte regulamentação governamental (para garantir a qualidade e reputação das mercadorias produzidas na França), com a defesa de monopólios e da distribuição de subsídios às empresas. Além disso, ele defendeu que a França deveria ter uma população grande para que ela trabalhasse por baixos salários (crianças, inclusive, deveriam trabalhar).

Por fim, o último precursor do mercantilismo e que deu a base para a formação da Escola Clássica (que será discutida na próxima unidade) foi Sir William Petty (1623-1687), que, diferentemente dos demais, defendia o comércio exterior mais livre, já que, para ele, menos rigor no comércio faria reduzir o contrabando. Apesar disso, os bens importados deveriam ser taxados, de forma que ficassem mais caros do que os nacionais, sendo, portanto, uma forma de incentivar o consumo interno. Porém, para que a produção interna fosse possível, muitas vezes, as matérias-primas deveriam ser importadas, fazendo com que os insumos fossem taxados de forma mais branda do que os produtos acabados.



Refleta

Quando estudamos a evolução do pensamento econômico, nos deparamos com intelectuais e teorias que procuraram explicar determinados fatos econômicos. Em todas as nações temos pessoas que se beneficiam e outras que são prejudicadas pela forma como as relações econômicas são realizadas. Em se tratando dos mercantilistas, quais foram os grupos que mais se beneficiaram?

Apesar de, inicialmente, os dogmas da Escola Mercantilista parecerem não ter sido duradouros, os mercantilistas contribuíram com a formação do pensamento econômico, principalmente ao enfatizar a importância do comércio internacional, desenvolvendo o que hoje chamamos de Balanço de Pagamentos (conta em que há o registro de todas as transações econômicas [comerciais, financeiras, etc.] de um país com o resto do mundo). Além disso, a importância do mercador surgiu durante o cenário histórico dessa escola do pensamento econômico, já que, antes dela, eles eram considerados pessoas desprezíveis, e, com ela, passaram a ser vistos como pessoas que enriquecem a si e ao reino, desde que as atividades que realizassem fossem reguladas/canalizadas pelo governo (BRUE, 2013).

Como reação (oposição) ao mercantilismo e às características feudais, surge na França, em 1756, a Escola Fisiocrática, quando François Quesnay (1694-1774) publicou o seu primeiro artigo sobre economia na Grande *Encyclopédie* (1756). Os fisiocratas discordavam da excessiva regulamentação do governo sobre a produção, que chegou a definir o número exato de fios necessários por metro de tecidos, o que poderia até garantir a qualidade do produto, mas aumentava, consideravelmente, o preço dos bens, além de não permitir mudanças dos métodos de produção ou na preferência dos consumidores (BRUE, 2013).



Pesquise mais

Para conhecer um pouco mais sobre a Escola Fisiocrata, leia o artigo *Fundamentos teóricos e morais dos fisiocratas* a seguir:

CAVALLI, I. *et al.* Fundamentos teóricos e morais dos fisiocratas. In: SEMINÁRIO DE JOVENS PESQUISADORES EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, 4., 2017, Santa Maria. **Anais do SJPE&D**. Santa Maria: UFSM, 2017. 4v.

Apesar do comércio e da concorrência estarem aumentando, a indústria francesa não se desenvolvia no mesmo ritmo, em função do governo, que impunha pedágios, impostos e tarifas internas. A agricultura francesa também sofreu, já que os camponeses eram submetidos a impostos que variavam de um ano para outro, sobre a terra e os lucros da lavoura, sendo que, por outro lado, a nobreza e o clero não pagavam tais impostos.

O comércio de grãos na França foi altamente regulamentado, diferente de outros tipos de comércio. A exportação de grãos era proibida, comprovando que as autoridades estavam mais interessadas em manter o fornecimento equilibrado do que promover os interesses da agricultura, com exceção

apenas nos anos de fartura, quando permissões especiais eram emitidas (e eram definidas a quantidade, o tipo de grão que seria exportado e o destino).

Outro ponto no qual a agricultura foi prejudicada foi a proibição da venda de grão e farinha entre províncias, sem permissão. Para você ter uma ideia, mesmo que em uma área houvesse excedentes e na província ao lado houvesse escassez, não era viável, em função dos pedágios cobrados, fazer a transferência do grão de um local para o outro, mesmo que pessoas morressem de fome.

Como resposta a esse ambiente em que viviam, os fisiocratas introduziram a chamada “ordem natural” ao pensamento econômico, no qual as leis da natureza governam as sociedades humanas, ou seja, todas as atividades deveriam ser harmônicas com as leis da natureza, como por exemplo, as pessoas teriam o direito de usufruir os benefícios do seu trabalho. Neste sentido, foi criada a expressão *laissez-faire, laissez-passer*, que significa: deixe as pessoas fazerem o que quiserem (sem a interferência do governo). Em outras palavras, os fisiocratas defendiam a mínima intervenção do governo na economia.

Os fisiocratas também davam ênfase à **agricultura** e diziam que a indústria, o comércio e as profissões eram úteis apenas para reproduzir e distribuir as mercadorias. Assim, apenas a agricultura era produtiva (toda a riqueza era proveniente da agricultura), já que produzia excedente líquido (valor acima dos recursos utilizados na produção). Como a agricultura era a única fonte de riquezas do país, deveria haver um único imposto, pago pelos proprietários de terra, livrando o restante da sociedade de grandes quantidades de tributos (COSTA, [s.d.]).

Com as nossas discussões sobre a Escola Fisiocrata, você deve ter percebido que os maiores beneficiados seriam os camponeses (trabalhadores rurais), que teriam se tornado trabalhadores assalariados em grandes fazendas. Porém, a escola não durou muito e terminou em 1776, quando Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781), ministro das Finanças da França, implementou as ideias fisiocráticas na economia francesa (defendendo uma reforma econômica com menor participação do governo na economia), que foram combatidas pelo clero, pela nobreza e pela burguesia, que viam alguns de seus privilégios serem retirados de suas mãos, já que Turgot pregava diminuição das extravagâncias dos membros da corte do rei, aumento de impostos aos proprietários de terras e diminuição do poder dos monopólios comerciais. Dessa forma, ele perdeu seu alto posto no governo francês e Adam Smith publicou o *Welth of nations*, dando início à Escola Clássica que veremos na próxima unidade.

Apesar de não ter se desenvolvido na prática e apresentar algumas ideias equivocadas (principalmente quanto à ideia de que os fazendeiros

eram a figura mais importante e que a indústria e o comércio não criavam excedentes), os fisiocratas contribuíram para o pensamento econômico ao estabelecer a economia como uma ciência social e ao criar o diagrama do fluxo econômico e a contabilidade da renda nacional. Outras contribuições estão relacionadas à discussão sobre o papel do Estado na economia e à análise da alteração e incidência de impostos, que, até hoje, são uma parte fundamental da microeconomia (BRUE, 2013).



Refleta

Os pensadores fisiocratas se opuseram às ideias mercantilistas, pois, dentre outras coisas, não concordavam com o excesso de intervenção governamental na economia.

Hoje em dia temos visto em muitos locais do mundo (inclusive no Brasil), partidos políticos discordarem sobre o nível de interferência estatal na economia. Quais as vantagens e desvantagens da intervenção do governo na economia de um país? Reflita sobre o assunto, pois ele será muito discutido até o final desta disciplina.

Sem medo de errar

Olá, aluno! Conseguiu compreender o cenário histórico do surgimento das Escolas Mercantilista e Fisiocrata e os seus principais pressupostos? Espero que sim, pois os conteúdos discutidos na seção vão nos ajudar a sanar as dúvidas dos alunos da disciplina Economia Política, em que o professor trouxe para a aula duas reportagens atuais sobre a economia brasileira (uma sobre os altos pedágios cobrados nas estradas paulistas e outra sobre o ótimo resultado da Balança Comercial brasileira em 2017), para que os alunos as comparassem, com a ajuda da monitora Margarida, com a teoria mercantilista.

Para Margarida ajudar com a dúvida dos alunos, ela deve lembrá-los de que os mercantilistas associavam a riqueza de um país com o acúmulo de ouro e prata. No mercantilismo, o comércio era o setor da economia que possibilitava o acúmulo desses metais, via transações internacionais. Dessa forma, os países não poderiam importar mais do que exportavam, porque os metais preciosos eram utilizados para o pagamento dessas importações, o que, na visão mercantilista, empobrecia a nação (ou seja, os mercantilistas como Mun, Malynes, Davenant e Colbert, por exemplo, defendiam que cada país deveria promover as suas exportações e acumular a riqueza dos outros países). Tudo girava em torno dessa ideia de que as exportações deveriam ser maiores do que as importações (tanto que os mercantilistas defendiam que a população deveria ser numerosa para que houvesse um grande contingente

de trabalhadores que forçava os salários para baixo, o que ajudaria as mercadorias produzidas dentro do país ficarem competitivas no mercado externo), o que nos leva a concluir que essa corrente econômica comemoraria o resultado recorde apresentado pela Balança Comercial brasileira, na reportagem trazida pelo professor da disciplina Economia Política.

Com relação à reportagem sobre o alto preço dos pedágios, Margarida deveria levar os alunos a se lembrarem das ideias de Colbert, pois ele criticava a cobrança de pedágios na França, uma vez que ela encarecia as mercadorias produzidas naquele país, o que dificultava as exportações destas a preços competitivos. Por isso, se Colbert vivesse no Estado de São Paulo nos dias de hoje, ele certamente seria um crítico dos altos valores pagos nos pedágios das rodovias paulistas, conforme reportagem apresentada pelo professor.

Faça valer a pena

1. O mercantilismo é uma doutrina econômica que teve início, aproximadamente, em 1500 quando a comunidade feudal já estava autossuficiente, as cidades cresciam e ganhavam cada vez mais importância, e, ao mesmo tempo, o comércio prosperava dentro dos países e entre eles. Além disso, o comércio foi facilitado ainda mais com a descoberta do ouro no ocidente.

Assinale a única alternativa correta que apresenta um fato histórico que impactou positivamente no aumento do comércio mundial:

- a) A Revolução Bolchevique.
- b) As Grandes Navegações.
- c) A Revolta Camponesa.
- d) A Revolução Francesa.
- e) A Revolução Industrial.

2. A Escola Fisiocrata durou de 1756 a 1776, e teve como ideias principais: a ordem natural, a defesa da mínima intervenção do governo (por meio da expressão *laissez-faire, laissez-passer*) e a ênfase à agricultura (porque os fisiocratas acreditavam que ela era a única atividade que gerava excedente líquido).

Marque a única alternativa correta que mostra como se iniciou a Escola Fisiocrática:

- a) Começou em função das Grandes Navegações.
- b) Começou pela descoberta de metais preciosos no ocidente.
- c) Começou como resposta contrária às ideias mercantilistas.
- d) Começou como uma reação dos senhores feudais frente aos abusos dos donos de terras.
- e) Começou em função da pobreza, que só aumentava na Europa.

3. O mercantilismo pode ser definido como sendo um conjunto de práticas econômicas desenvolvidas na Europa, na Idade Moderna, entre o século XV e o final do século XVIII. Ele é composto por certas características, entre elas:

- I. Expansão territorial.
- III. Protecionismo econômico.
- III. Intervenção governamental.
- IV. Ênfase na agricultura.

Quais assertivas estão corretas?

- a) Apenas as assertivas I, II e III.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV.
- c) Apenas as assertivas I e II.
- d) Apenas as assertivas III e IV.
- e) Apenas as assertivas II e III.

- ARBEX, M. A. **Economia política: serviço social**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- BOBBIO, N. *et al.* **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: UnB, 1998.
- BRUE, S. L. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Cengage, 2013.
- COSTA, F. N. Economia positiva e economia normativa. **Texto para discussão**, IE/Unicamp, Campinas, n. 190, 2011. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?iwid=3093&tp=a. Acesso em: 11 set. 2018.
- COSTA, K. R. Fisiocracia. **Brasil Escola**, [S.l., s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/economia/fisiocracia.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.
- COUTINHO, M. C. **Lições de economia política**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- GUIMARÃES, A. Q. John Locke e o surgimento da economia política. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, n. 16, p. 155-168, 1995.
- HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- MARTELLO, A. Com superávit de US\$ 67 bilhões, balança comercial registra em 2017 o melhor resultado em 29 anos. **G1**, Brasília, 2 jan. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/balanca-comercial-tem-superavit-us-67-bilhoes-em-2017-o-maior-em--29-anos.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2018.
- MENDES, J. T. G. **Economia: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Pearson, 2009.
- PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. São Paulo: Cengage, 2012.
- RODRIG, D. A vitória do mercantilismo na economia global. **Jornal GGN**, [S.l.], 11 jan. 2013. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/blog/luisnassif/a-vitoria-do-mercantilismo-na-economia-global>. Acesso em: 22 out. 2018.
- ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2003.
- SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.
- SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2005.
- SOMBART, W. **The jews and modern capitalism**. New York: Collier Books, 1911.
- SWEDBERG, R. **Principles of economic sociology**. New Jersey: Princeton University Press, 2003.
- VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia: micro e macro**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- VIEIRA, I. IBGE: negros são 17% dos mais ricos e três quartos da população mais pobre. **Agência Brasil – EBC**, [S.l.], 2 dez. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-negros-sao-17-dos-mais-ricos-e-tres-quartos-da-populacao-mais-pobre>. Acesso em: 4 set. 2018.
- VIER, S. Pedágios de SP aumentam custos de alimentos e materiais de construção. **Rede Brasil Atual**, [S.l.], 16 abr. 2010. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2010/04/pedagio-aumenta-custo-de-alimentos-e-materiais-de-construcao>. Acesso em: 15 out. 2018.

Unidade 2

Escola Clássica

Convite ao estudo

Olá, aluno!

Agora que você já conhece os primórdios da economia política, daremos início à segunda unidade desta disciplina com os estudos sobre a primeira escola do pensamento econômico que elaborou as mais completas e complexas teorias, com diversos pontos de vista acerca dos acontecimentos da época e de como a economia deveria ser: a Escola Clássica. Você já ouviu falar nela? Certamente sim, ou pelo menos já ouviu falar em um dos seus principais expoentes, que foi Adam Smith, e na defesa do livre mercado, ideia que, nos dias atuais, suscita uma discussão bastante presente: o governo deve ou não intervir na economia?

Para nos acompanhar nessa jornada com a Escola Clássica contaremos com a ajuda do candidato à presidência da república, Silva, um político adepto do liberalismo econômico que defende, entre outros temas, a mínima intenção do Estado na economia. Silva chegou ao segundo turno, disputando com um adversário que critica fortemente o liberalismo e que defende maior participação do Estado na economia. Eles participarão de um debate e Silva precisa estar muito bem preparado para as inúmeras questões que surgirão. Você trabalha como assessor de Silva e, para ajudá-lo a montar seu programa de governo e a responder as questões que serão feitas no debate, terá que usar, na prática, os postulados da teoria econômica clássica, com ênfase nos ensinamentos de Adam Smith. Para isso, iremos compreender o contexto histórico do surgimento do pensamento clássico e as ideais de Adam Smith. Vamos aos estudos?

A Escola Clássica

Diálogo aberto

Olá, aluno! Após nossas discussões sobre os primórdios da economia política, conheceremos, nesta aula, o início do pensamento econômico enquanto teoria. Em outras palavras, apesar de os mercantilistas e fisiocratas terem procurado explicar o cenário econômico da época, suas ideias não eram mais válidas para o contexto da Revolução Científica, iniciada no século XVI, e da Revolução Industrial, que estava apenas começando no final do século XVIII, na Inglaterra. Assim, surge a Escola Clássica e seus primeiros teóricos, que foram Sir Dudley North, Richard Cantillon e David Hume.

Para nos ajudar a entender esses conceitos, teremos a história de Silva, um candidato à presidência da República adepto do liberalismo econômico (você é assessor dele), que está participando de um debate e tem como adversário um crítico das ideias liberais. Durante o debate do segundo turno, é sorteado o tema “crescimento econômico”, e Silva tem três minutos para responder o que será feito para o Brasil crescer durante seu mandato como novo presidente. Como assessor de Silva, sabendo que ele é adepto do liberalismo econômico, que tipo de argumentos você deve preparar para que ele possa utilizar no discurso sobre o tema sorteado?

Assim, para conseguir trazer argumentos sólidos sobre o liberalismo econômico, nesta seção discutiremos o cenário histórico do surgimento da Escola Clássica, os postulados clássicos e as principais contribuições para o pensamento econômico, e conhecermos os primeiros teóricos clássicos. Vamos às nossas discussões? Desejo um excelente estudo!

Não pode faltar

Com o fim do feudalismo e com a superação do período mercantilista, você saberia me dizer o que aconteceu com o modelo de produção capitalista? Isso mesmo, o modelo de produção atingiu seu apogeu e transpareceram suas características socioeconômicas durante a Revolução Industrial ocorrida, inicialmente, na Inglaterra nas últimas décadas do século XVIII e que foi difundida para os demais países europeus no século seguinte (XIX).

Para você ter uma ideia, segundo Hunt e Lautzenheiser (2013), entre 1700 e 1770, os mercados externos que compravam os produtos ingleses cresceram bem mais do que o mercado interno, ou seja, nas cinco primeiras décadas do

século XVIII a produção das indústrias internas aumentou 7% enquanto as exportações aumentaram 76%; já, entre 1750 e 1770, o aumento foi de 7% e 80% respectivamente. Somente por esses dados podemos perceber que as mercadorias fabricadas na Inglaterra tinham como destino os demais países, ou seja, o mercado interno inglês não estava crescendo suficientemente para absorver a produção, mas o mercado externo estava conseguindo. Assim, o crescimento rápido da demanda pelas mercadorias industrializadas inglesas acarretou a chamada **Revolução Industrial**, que alterou profundamente a economia e a sociedade da época.



Refleta

A Revolução Industrial foi um processo de grandes e profundas transformações econômicas e sociais, que teve início, na Inglaterra, no século XVIII, sendo que o modo de produção industrial inglês se espalhou por grande parte dos países durante o século XIX e início do século XX.

Como você percebeu, o mercado inglês naquela época era bem desenvolvido, e o modo tradicional de produção e comércio davam lugar ao mercado capitalista. Assim, segundo Hunt e Lautzenheiser (2013) para a Inglaterra, maiores quantidades de produtos industrializados, mesmo a preços mais baixos, significavam lucros cada vez maiores. A junção da busca pelo lucro com a crescente demanda externa acabou estimulando a mecanização da indústria, fazendo com que houvesse uma explosão de inovações tecnológicas já no fim do século XVIII e início do século XIX.

Nesse contexto, uma indústria se destacou: a têxtil. E um ponto fundamental para que isso fosse possível foi a proibição de importação de xitas (um tipo de tecido de baixo custo) da Índia, em 1700, o que protegeu o mercado interno inglês e estimulou o aumento da produção desse bem para atender uma crescente demanda, o que naturalmente levou o setor a buscar por inovações no modo de produzir, aumentando ainda mais a demanda pelos produtos.

Com base no exemplo citado por Brue (2013), a roda de fiar (utilizada até então) não era mais tão produtiva, principalmente após a invenção da lançadeira móvel, na década de 1730, que tornou o processo de tecelagem bem mais rápido. Além disso, foram inventadas as fiadeiras, na década de 1760 (nas quais uma pessoa tecia vários fios ao mesmo tempo), e, na sequência, o filatório contínuo (fundamental para o aperfeiçoamento da fiação em que os rolos trabalhavam com velocidades diferentes) e a fiadeira automática (uma junção das duas invenções anteriores, mas que aproveitava a energia a vapor). Com isto, o número de fábricas aumentou consideravelmente, e cada

uma empregava entre 150 e 600 pessoas, fazendo a produção, que antes era artesanal, tornar-se uma indústria fabril.

Além da indústria têxtil, qual outra indústria foi essencial para a Revolução Industrial? A outra indústria que exerceu papel fundamental para o início da Revolução Industrial foi a metalúrgica, principalmente por ter dado a base para o desenvolvimento da produção fabril mecanizada. Mas como isso aconteceu? O ferro, que até então era usado para a produção de ferramentas, pregos e armas, foi sendo um material amplamente utilizado na construção de máquinas a vapor, locomotivas e ferrovias (a partir do momento em que, naquela época, a ciência descobriu a utilidade do carvão como fonte motriz (de energia) para essas inovações). Dessa forma, as máquinas a vapor revolucionaram o setor têxtil que, antes da Revolução Industrial, era desenvolvido de forma artesanal.



Refleta

De que forma a invenção do motor a vapor (utilizado nas locomotivas e embarcações) colaborou com o aumento da troca de mercadorias entre as nações? Reflita sobre isso para entender como a revolução dos transportes contribuiu para o crescimento do processo de industrialização.

Com isso, as cidades industriais cresceram consideravelmente, a produção manufatureira quase duplicou na segunda metade do século XVIII e aumentou ainda mais no início do século XIX. Em 1801, praticamente 30% da mão de obra estava na indústria e na mineração, percentual que passou para 40% em apenas três décadas (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013).

Com o crescimento da população urbana, houve aumento da força de trabalho que era livre e vigorosa, mas mal paga. Essa situação permaneceu mesmo com o governo tendo regulado as condições de trabalho por determinado período, sendo que os maiores beneficiados desse processo foram os empresários. Para você compreender um pouco melhor, saiba que os juizes das províncias, que até então regulavam os salários impondo tetos salariais (ou seja, valores máximos para os salários), acabaram com essa lei, em 1762, fazendo com que os salários fossem bruscamente reduzidos (devido às condições de oferta e demanda por trabalho).

Na época, outra lei aprovada pelo parlamento foi a de delimitação das terras (BRUE, 2013), que autorizava o uso de cercas, cercas vivas e paredes para delimitar as terras comuns e os campos abertos sem cerca onde os camponeses cultivavam a terra, criavam gado ou porco e extraíam combustível, protegendo a propriedade privada. Você consegue dimensionar o

impacto dessa lei? Bem, ela incentivou a propriedade privada, sendo que isso trouxe o estímulo à agricultura de larga escala (e mais intensiva de capital), elevando a produtividade da mão de obra agrícola e da terra, tornando a mão de obra camponesa em assalariada, ou seja, os antigos camponeses passaram a ter de procurar emprego com os donos de terras, mercadores e fabricantes.

Essa situação se agravava ainda mais conforme as fábricas iam se desenvolvendo (o que prejudicava a competitividade dos artesãos), aumentando ainda mais o número de novos trabalhadores (assalariados) no mercado à procura de emprego. Com a taxa de mortalidade em queda e a de natalidade em alta, o número de pessoas aumentou ainda mais. A partir daí, o governo que, até então procurava manter os salários baixos, não precisava mais se preocupar com isso, já que com o aumento na oferta de mão de obra, o salário, que é o preço do fator de produção trabalho, reduzia automaticamente. Assim, sem a intervenção do governo no mercado de trabalho, a ideia do *laissez-faire* (mínima intervenção do Estado na economia) se tornava cada vez mais forte.

Dessa forma,

“A economia [...] promoveu uma força de trabalho urbana. Os fazendeiros de subsistência consumiriam muito de seus próprios produtos ao comprar pouco no mercado. Os trabalhadores urbanos do final do século XVIII, em comparação, compravam seus alimentos no mercado. Assim, a agricultura entrou mais diretamente no setor monetário da economia, e o mercador e fabricante encontrou um nicho entre o fazendeiro e o consumidor. (BRUE, 2013, p. 50)

Resumindo, com a Revolução Industrial, a Inglaterra se tornou a maior potência econômica e política do século XIX, com grandes centros urbanos industriais e com um sistema fabril dominante de alta produtividade, no qual, diferentemente dos mercantilistas (que enfatizavam o comércio) e dos fisiocratas (que enfatizavam a agricultura), todos os setores da economia eram importantes.

Diante desse cenário, em 1776, Adam Smith publica o trabalho *A Riqueza das Nações*, introduzindo a Escola Clássica que contribuiu fortemente para o pensamento econômico ao concentrar sua análise em leis e teorias econômicas explícitas, o que jamais tinha sido efeito até então (tais leis ainda hoje são ensinadas como princípios econômicos). A doutrina clássica é chamada por alguns de liberalismo econômico, tendo como base a liberdade pessoal, a propriedade privada, a iniciativa individual, a empresa privada e a interferência mínima do governo (BRUE, 2013).

É importante observar que o termo liberalismo está diretamente ligado com o contexto histórico discutido anteriormente, pois as ideias clássicas estão em contraste com as restrições impostas pelos senhores feudais e pelos mercantilistas.



Pesquise mais

Liberalismo é um fato histórico, isto é, um conjunto de ações e de pensamentos, ocorridos em um determinado momento da história europeia e americana. Todavia é possível encontrar diversas definições históricas para o vocábulo. Para aprofundar seus conhecimentos sobre o termo liberalismo, leia as páginas de 686 a 705 da obra a seguir:

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

Mas, quais são as principais características da Escola Clássica? Segundo Brue (2013), o primeiro princípio dessa corrente do pensamento econômico é a mínima intervenção do governo na economia, ou seja, para os clássicos, as forças de um mercado livre guiam as atividades econômicas (como a produção, a troca e a distribuição) de forma mais eficiente e a economia, como é autoajustável, tenderia ao equilíbrio. Então, para os clássicos, o governo não deve intervir na economia? Para eles, o governo deveria intervir somente na aplicação dos direitos de propriedade, fornecimento da defesa nacional e da educação pública.



Assimile

Direitos de propriedade estão relacionados ao direito que os agentes econômicos (empresas e pessoas) têm de controlar o acesso aos recursos, ativos e propriedades individuais.

Outro dogma da Escola Clássica está relacionado com a defesa do comportamento econômico de autointeresse, sendo este interesse, um comportamento básico da natureza humana. Mas, o que isso significa? Significa dizer que cada indivíduo ou empresa busca, com seus atos, alcançar os seus próprios interesses: cada empresa, por exemplo, procura atingir o seu próprio lucro (e é isso que faz os bens e serviços serem ofertados), enquanto cada trabalhador só oferece seu trabalho para receber um salário que o permita

satisfazer seus próprios desejos. Neste sentido, podemos chegar ao terceiro princípio clássico, que é a harmonia de interesses: ao agir de forma a buscar seus interesses individuais, os agentes econômicos conseguem atender aos melhores interesses da sociedade (somente David Ricardo não concordava com esta ideia, como você verá na próxima unidade).



Exemplificando

Uma empresa fornecedora de internet banda larga deseja lucro, enquanto as pessoas desejam ter acesso à internet. Então, as pessoas trabalharão e as empresas venderão a internet (cada lado sempre pensando em atingir, individualmente, os seus próprios objetivos), assim, todo mundo (empresa e indivíduos) satisfazem seus desejos.

Conforme vimos no cenário econômico da Inglaterra durante a Revolução Industrial, para os clássicos, todos os recursos produtivos (terra ou recursos naturais, mão de obra e capital) e as atividades econômicas (agricultura, produção, comércio internacional e nacional) eram importantes e contribuíam para a riqueza das nações.

Além de ter trazido esses dogmas, a Escola Clássica contribuiu (e muito) para a formação das leis econômicas, pois procurou analisar a economia por meio de teorias econômicas explícitas, o que os mercantilistas e fisiocratas não fizeram. Assim, diversas leis econômicas foram criadas, como a lei das vantagens comparativas, a teoria da população de Malthus, a lei dos mercados de Say, entre outras que estudaremos em outras aulas.



Pesquise mais

Para aprofundar seus conhecimentos sobre a Escola Clássica, leia as páginas 212 e 213, no material a seguir:

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

Portanto, foram os economistas clássicos que deram a base para a formação da economia como ciência. Nesse ponto, você pode estar pensando quem foram os primeiros clássicos, correto? Bem, os precursores da Escola Clássica (antes ainda de Adam Smith) foram: Sir Dudley North, Richard Cantillon e David Hume. Vamos conhecê-los?

Sir Dudley North (1641-1691), apesar de ter vivido no período do auge do mercantilismo, foi um mercador rico no comércio turco e, posteriormente, funcionário do tesouro, sendo um grade defensor do livre comércio. O único trabalho publicado por North, e o foi de forma anônima, foi o tratado *Discourses upon trade*, de 1691. Você saberia dizer o motivo da publicação ter sido anônima? Como você percebeu, North, apesar de ser funcionário do governo, não concordava com as ideias mercantilistas e defendia a não intervenção do governo na economia, o que ia contra os pressupostos da época. Nesse trabalho North enfatizou que o comércio seria vantajoso para ambos os países envolvidos, e não unilateral como se defendia na época. Essa vantagem era oriunda da troca de excedentes, e a divisão do trabalho e o comércio internacional geravam riqueza, mesmo sem ouro e prata envolvidos. E, para atingir o ganho máximo de riqueza por meio do comércio interno e externo, era preciso que o governo não interviesse diretamente na economia (North dizia que não competia à lei fixar os preços do comércio porque o seu montante teria que se fixar por si mesmo (NUNES, [s. d.])), e que não houvesse guerras, pois, caso contrário, todo o dinheiro adquirido seria transferido para as batalhas. Além disso, North diz que o comportamento individual (egoísta) das pessoas era o que movia a economia.

Outro precursor clássico foi o banqueiro irlandês Richard Cantillon (1680-1734), que publicou um único trabalho intitulado *Essai sur la nature du commerce em general* (*Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*), em 1755 (apesar de ter sido escrito entre 1730 e 1734). A inovação econômica dele, em termos teóricos, foi a de inserir no contexto o termo empresário, enfatizando seu papel na economia. Para Cantillon, os empresários se comprometiam com pagamentos certos em ambientes incertos (pagam os salários, mas não têm certeza de que venderão suas mercadorias). Esse risco é remunerado pelo lucro, que tende a ser reduzido em razão do aumento da concorrência. Outra contribuição de Cantillon para a economia clássica diz respeito ao juro, que era considerado por ele como uma recompensa pelos riscos inseridos nos empréstimos. Assim, para Cantillon, os banqueiros criam crédito, já que, se 100 mil onças de ouro forem depositadas, até 90 mil poderão ser emprestadas, não reduzindo a habilidade dos depositantes em utilizar o valor posteriormente. Essa lógica perdura até os dias atuais.



Exemplificando

Multiplicador bancário ou multiplicador monetário corresponde à relação entre oferta de moeda e base monetária existente em determinado momento no sistema econômico. Traduz a capacidade dos bancos de ampliarem a base monetária por meio do crédito.

Assim, Maria pode depositar R\$ 100,00 em um banco comercial, sendo que o banco emprestará R\$ 80,00 (por exemplo) desse dinheiro a João. João, por exemplo, utilizará esse dinheiro para pagar uma dívida que tinha em uma loja, e esse estabelecimento comercial depositará os R\$ 80,00 recebidos de João, em um banco qualquer. Assim, percebe-se que, a partir dos R\$ 100,00 que Maria tinha, já existem R\$ 180,00 depositados no banco (R\$ 100,00 de Maria e R\$ 80,00 da loja), ou seja, houve multiplicação da base monetária.

Por fim, Cantillon (apesar de ter algumas ideias bem parecidas com os princípios mercantilistas) mostra o funcionamento do livre mercado (defendido pelos clássicos) ao dizer que:

“se os fazendeiros de um Estado semearem mais milho do que o normal, muito mais do que é necessário para o consumo do ano [...], como há uma abundância muito grande de milho e há mais vendedores do que compradores, o preço do mercado do milho necessariamente cairá abaixo do preço ou valor intrínseco. Se, ao contrário, os fazendeiros tiverem semeado menos milho do que o necessário para o consumo, haverá mais compradores do que vendedores e o preço de mercado do milho aumentará [...]. (CANTILLON, 1931 *apud* BRUE, 2013, p. 54)

Por fim, o escocês David Hume (1711-1776) é o precursor da Escola Clássica que mais se aproximou dos ideais de Adam Smith. Sua maior contribuição, segundo Brue (2013), foi o chamado mecanismo de preço-fluxo de moeda. Os mercantilistas defendiam o excedente de exportação para acumular moeda, o que era contrário ao defendido por Cantillon, já que para ele, quanto mais moeda disponível, maiores seriam os preços e as importações aumentariam e, portanto, o governo deveria proibir o excesso de dinheiro. Hume concordava com Cantillon que o excesso de moeda aumentaria os preços, mas defendia a não intervenção do governo, o *laissez-faire*, como uma forma de equilíbrio. Essa ideia de Hume se aproxima muito da visão que mostra que, sem intervenção governamental, as variações da taxa de câmbio em um país (num sistema de câmbio flutuante, portanto) causadas pelo mercado (entrada ou saída de moeda internacional do país) servem, por si só, para equilibrarem o Balanço de Pagamentos (conta onde há o registro do total de entrada e saída de moeda estrangeira do país).

Portanto, o mecanismo de preço-fluxo de moeda é o pensamento da lei natural, e origina-se da suposição de equilíbrio. Assim, mesmo depois que

a economia saísse do equilíbrio, automaticamente eventos ocorreriam para restaurarem o equilíbrio.

Sem medo de errar

Com as nossas discussões você conseguiu compreender a Escola Clássica? Esperamos que sim, pois os conteúdos trabalhados irão nos ajudar no debate de que o candidato Silva está participando e cuja rodada tem como tema o “crescimento econômico”. Como assessor de Silva, sabendo que ele é adepto do liberalismo econômico, que tipo de argumentos você deveria ter preparado para ele poder utilizar no seu discurso sobre o tema sorteado? -

Para assessorar o candidato Silva em seus argumentos, lembre-se dos pressupostos da Escola Clássica, como o envolvimento mínimo do governo na economia (essa interferência deve ser somente para garantia dos direitos de propriedade, fortalecimento da defesa nacional e da educação pública); a justificativa do comportamento de autointeresse como algo básico da natureza humana; a harmonia de interesses individuais que afeta, positivamente, os resultados coletivos; e a importância de todos os setores e atividades econômicas; e a Escola Clássica ter sido a primeira a formalizar as leis econômicas. Para encorpar o discurso de Silva, você poderia inserir as contribuições de: North (que defendeu o livre comércio e a não intervenção governamental na economia, pois o comportamento individual das pessoas era suficiente para mover a economia); Cantillon (que argumentou que não deveria haver intervenção pública na estipulação dos preços do mercado, já que as forças opostas da oferta e da demanda se encarregariam de equilibrar esse mercado de forma eficiente); e Hume que trouxe ideias próximas à defesa de um câmbio flutuante (sem intervenção do governo) para que o país alcançasse vantagens econômicas advindas das trocas internacionais.

Faça valer a pena

1. A Escola Clássica começou no final do século XVIII com a publicação do trabalho de Adam Smith, intitulado *A Riqueza nas Nações*, e tendo como cenário histórico o início da Revolução Industrial. Os princípios clássicos foram aceitos por muitos anos, e alguns são até os dias atuais. Em relação a esses princípios, analise as assertivas a seguir:

I. Mínima intervenção do governo na economia, sem do que o governo deve intervir apenas em assuntos relacionados à segurança nacional, à educação pública e em assegurar os direitos de propriedades.

II. Para os clássicos, as pessoas tomavam decisões em função do interesse coletivo. Por isso, somente para obter vantagens (lucros) é que os bens eram ofertados.

III. Todos os recursos produtivos (capital, mão de obra e terra) assim como todos os setores econômicos eram importantes para a riqueza de um país.

IV. Os clássicos foram os principais pensadores a formularem teorias completas, e inseriram os conceitos de *laissez-faire*, mão invisível.

Estão corretas somente as assertivas:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

2. A Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra, foi um conjunto de mudanças que aconteceram na Europa, entre os séculos XVIII e XIX. A principal particularidade dessa revolução foi a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado, com o uso das máquinas. Os impactos da Revolução Industrial na Inglaterra foram:

I. A Inglaterra se tornou a maior potência mundial.

II. Fez com que a indústria têxtil tivesse um papel econômico de destaque.

III. Trouxe aumento da produtividade.

IV. Aumentou a importância econômica da agropecuária.

Estão corretas somente as assertivas:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, II, III e IV.

3. O escocês David Hume (1711-1776) foi um dos precursores da Escola Clássica, sendo aquele que mais se aproximou das ideias de Adam Smith. Ele contribuiu de diversas formas para a formação da teoria econômica e para a economia de forma geral. Uma das suas maiores contribuições foi a criação do mecanismo de preço-fluxo de moeda.

Em relação a este mecanismo, marque a única alternativa correta:

- a) A economia sempre volta ao equilíbrio.
- b) A economia está sempre em desequilíbrio.
- c) O excesso de moeda traz aumento de produção no país.
- d) O governo deve intervir na economia para gerar fluxo monetário.
- e) O governo é o responsável pelo equilíbrio econômico.

As ideias pioneiras de Adam Smith

Diálogo aberto

Olá, aluno! Após nossas discussões sobre o contexto histórico, os principais dogmas e os precursores da Escola Clássica, nesta seção, conheceremos um dos teóricos mais importantes da Escola Clássica e da economia política de forma geral: Adam Smith. Você já ouviu falar dele? Acredito que sim, pois algumas de suas ideias estão presentes ainda hoje na economia.

Para assimilarmos esses conceitos introdutórios de Adam Smith, voltaremos a Silva, o candidato à presidência da república, adepto do liberalismo econômico, que está participando de um debate contra um adversário defensor de uma maior participação do Estado na economia e crítico feroz do liberalismo.

Você, como assessor político de Silva, deve ajudá-lo a formular respostas para possíveis perguntas que possam vir a ser feitas nos debates. Na segunda rodada de perguntas, Silva questionou o outro candidato sobre o que ele pretende fazer para que a economia brasileira volte a crescer. O adversário respondeu que o sistema bancário no Brasil precisa de intervenção do governo, pois visa somente o lucro, o que não poderia continuar acontecendo. Outro ponto abordado na resposta do candidato opositor era relacionado ao setor agroexportador, em que ele defendia a manutenção (e até ampliação) da concessão de subsídios, pois a agropecuária é um setor muito importante para a economia nacional. Como em todo debate, Silva tem direito à réplica, e, como defensor do liberalismo, criticará a resposta do adversário. Por ser assessor político do candidato, que dicas você poderia passar a ele para que contraponha a resposta feita pelo outro presidencial?

Para ajudá-lo na compreensão dessa questão, nesta seção, veremos o pioneirismo de Adam Smith e conheceremos sua obra mais importante intitulada *A Riqueza das Nações*. Além disso, quando estudamos Smith, é preciso que entendamos o termo *laissez-faire* e o funcionamento da economia através da chamada mão invisível. Para finalizar, conheceremos a ideia da harmonia de interesses defendida por ele. Vamos aos nossos estudos?

Não pode faltar

Você já ouviu falar em Adam Smith? Acredito que sim, pois, apesar de a Escola Clássica ter tido contribuições de diversos pensadores, tais como Sir

Dudley North, Richard Cantillon e David Hume, sobre os quais tratamos na seção anterior, e outros como Jeremy Bentham, Jean Baptiste Say e John Stuart Mill, dois teóricos clássicos se destacaram: Adam Smith e David Ricardo (sobre este último falaremos em uma seção futura). Para iniciar nossas discussões, vamos conhecer um pouco da história de Smith?

Adam Smith (1723-1790), considerado o fundador da Escola Clássica, filho de um fiscal da alfândega, nasceu na Escócia. Aos 14 anos começou a frequentar a Glasgow College e, na sequência, estudou Ciência Moral e Política, e línguas na Balliol College de Oxford. Retornou ao seu antigo colégio, onde foi professor de Lógica, em 1751, e de Filosofia Moral no ano seguinte. Em 1759, publicou a obra *The theory of moral sentiments* (BRUE, 2013), e passou a palestrar sobre temas mais relacionados à jurisprudência e à economia política do que a doutrinas éticas, sua formação inicial.

Após 12 anos lecionando Filosofia Moral, Smith abandonou o magistério e tornou-se tutor do enteado do ministro das finanças, Charles Townsend. Depois fez amizades com os fisiocratas Quesnay e Turgot (você se lembra deles?), que foram muito importantes para a formação do pensamento de Smith.

Neste sentido, Smith se identificou com o sistema fisiocrático, principalmente quanto à crítica feita ao mercantilismo e à defesa da exclusão das barreiras comerciais. Segundo Brue (2013), a partir de Quesnay e Turgot, Smith descreveu a riqueza como sendo oriunda dos bens de consumo reproduzidos pelo trabalho com a mínima intervenção do governo na economia. Além disto, inseriu o conceito do processo circular de produção e distribuição.

Outras influências de Smith foram seu instrutor na Glasgow College, Francis Hutcheson (que acreditava que as próprias pessoas tinham que descobrir o que é ético e bom para a humanidade); David Hume e o próprio clima intelectual da época, do período conhecido como Iluminismo.



Assimile

O Iluminismo foi um movimento cultural desenvolvido na Inglaterra, Holanda e França, principalmente, durante os séculos XVII e XVIII. Tinha como pilar a habilidade de raciocínio das pessoas e o conceito de ordem natural.

O primeiro livro escrito por Adam Smith foi *A Teoria dos Sentimentos Morais* (tradução livre), publicado pela primeira vez em 1759. O texto discutia as forças morais que restringiam o egoísmo e uniam as pessoas em uma sociedade trabalhista. Smith, portanto, confere papel central ao sentimento da empatia, o que pode ser visto no primeiro capítulo, quando ele discute a solidariedade e afirma que ela supera o egoísmo, já que esse sentimento de companheirismo faz com que

desejemos o sucesso do outro, apesar de não recebermos nada em troca quando ele o alcança. O sofrimento e a alegria das pessoas estimulam nossos sentimentos e nos fazem colocarmo-nos no lugar delas.

Para Smith o homem é uma criatura dotada de um conjunto de propensões básicas que ele chama de paixões, as quais podem ser sociais ou não sociais (egoístas). O ódio e o ressentimento são não sociais, diferentemente da bondade e do carinho que são sociais. As paixões acabam se contrapondo e equilibrando-se internamente em cada pessoa. Esse equilíbrio das paixões internas transparece no plano social, gerando o princípio da solidariedade.



Exemplificando

Maria é estudante e, durante a aula, foi mal-educada com seu professor. Os colegas reprovaram sua conduta, e sentimentos ruins surgiram em Maria, que mudou seu modo de agir na aula para ter a aprovação de todos.

Como as pessoas se identificam mais com as alegrias do que com as tristezas, nós exibimos as riquezas e escondemos a pobreza, ou seja, mostramos para a sociedade o que consideramos bom e deixamos escondido o que consideramos ruim. Neste sentido, Smith ainda observa que muito do nosso trabalho é responsável não por suprir as nossas necessidades básicas, mas por satisfazer nossa vaidade, pois somente assim seremos notados com simpatia e aprovação.

Com isto, segundo Smith, as pessoas admiram os ricos e poderosos e menosprezam os pobres, o que não é certo, já que é preciso ter ricos e pobres para se ter a distinção de classes e a ordem da sociedade, a qual é a maior e mais universal causa da corrupção dos nossos sentimentos morais. Assim, as pessoas podem, ao existir na sociedade, ser expostas a injúrias mútuas e, dessa forma, podem precisar de ajuda, que vem por meio do amor, da amizade, da estima e da gratidão, sentimentos que fazem a sociedade se desenvolver feliz.

Porém, mesmo que esses sentimentos considerados “bons” não estivessem presentes, a sociedade continuaria existindo e se desenvolvendo, mas as pessoas não estariam felizes (BRUE, 2013). E é neste ponto que, segundo Smith, a justiça é requerida. Ou seja, a justiça é necessária para que as pessoas não prejudiquem ou ofendam os demais a toda hora. Portanto, é a nossa moral que restringe o egoísmo.

Então, para Smith, apesar de as pessoas agirem de forma egoísta e para proveito próprio ou da classe a que pertencem, existem leis naturais ou da divina providência que guiam os atos (que podem causar

conflitos) em direção à harmonia. Essa lei natural Smith chamou de mão invisível, e, para ele, a economia é regulada por ela, sem a necessidade de intervenção do governo.



Pesquise mais

Para aprofundar seus conhecimentos sobre a *Teoria dos Sentimentos Morais*, leia o artigo sobre a filosofia moral de Adam Smith, do autor Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira:

CERQUEIRA, H. E. A. da G. Sobre a filosofia moral de Adam Smith. Síntese - Revista de Filosofia, Belo Horizonte, v. 35, n. 111, p. 57-86, 2008.

Contudo, a consagração de Smith não foi em razão da obra *A Teoria dos Sentimentos Morais*. Você saberia dizer por qual motivo ele ficou tão famoso?

Foi em 1776, quando publicou a obra *An inquiry into the nature and causes of wealth of nation*, ou simplesmente *A Riqueza das Nações*, que ele se consagrou como um dos maiores teóricos clássicos.

A obra é considerada o marco do enfoque científico dos fenômenos econômicos, servindo como um paradigma teórico no desenvolvimento científico da economia. Desse livro se pode extrair um modelo explicativo básico para o crescimento econômico.

A primeira edição foi publicada em março de 1776, em dois volumes, sendo que o primeiro, contendo os livros Primeiro, Segundo e Terceiro, tem 510 páginas, e o segundo, que contém os livros Quarto e Quinto, tem 587 páginas.

Somente a título de curiosidade, esse livro que se tornou um clássico para a economia, foi vendido a 1 libra e 16 xelins. A segunda edição foi publicada no início de 1778, com diferença visual da edição anterior, mas não de conteúdo (SMITH, 2003). Para a terceira edição, que foi publicada em 1784, há diferenças consideráveis, como apresentação em três volumes; nota sobre a adoção do imposto sobre casa; a correção do cálculo das possíveis taxas recolhidas nos postos de pedágio; e a referência às despesas da guerra americana. É importante observar que nenhuma dessas modificações reveste maior importância. Em 1786, uma quarta edição foi publicada, na qual não houve mudanças significativas.

Você deve estar pensando no motivo de saber detalhes sobre as diferentes edições de *A Riqueza das Nações*, certo? Bem, essas observações foram feitas para você perceber a importância da obra de Smith na formação do

pensamento da economia política. Você sabia que, ainda hoje, esse livro é um dos mais lidos no curso de Ciências Econômicas?

Em *A Riqueza das Nações*, Smith tratou exatamente sobre quais temas? Ele procurou analisar, teoricamente, o funcionamento das sociedades comerciais e os problemas agregados à divisão do trabalho, valor, distribuição da renda e acumulação de capital. A obra foi dividida em cinco livros/partes, cada uma tratando de um tema distinto.

Na primeira parte são discutidos os problemas da divisão do trabalho e das trocas. No livro dois são discutidos os condicionantes e as características da acumulação de capital. O terceiro livro traz testes empíricos das teorias dos anteriores. O quarto é dedicado, basicamente, ao comércio internacional, e o último contém proposições sobre a receita pública e as responsabilidades do Estado.

Para iniciar nossas discussões sobre os principais temas tratados em *A Riqueza das Nações*, vamos falar sobre a harmonia dos interesses e o *laissez-faire*? Para Smith, os agentes econômicos tendem a ir atrás dos seus interesses pessoais, ou seja, um açougueiro ou um padeiro consideram o seu próprio interesse ao venderem seus produtos para as pessoas, e não vendem porque as pessoas desejam simplesmente. Esse interesse é o lucro gerado pela venda dos produtos. Assim como o consumidor procura (seu próprio interesse) por preços mais baixos e maior qualidade ao adquirir um produto, o trabalhador visa (seu próprio interesse) salário mais alto ao procurar um emprego.

Nas palavras de Smith (1776, p. 50) “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse”. Por essa afirmação de Smith podemos perceber, de forma explícita, que as trocas que acontecem no mercado são por autointeresse. Porém isso não é ruim, pois nestas relações de interesses individuais existe uma ordem natural, ou seja, uma **mão invisível** que direciona o comportamento do próprio interesse para o bem social. Em outras palavras, os indivíduos realmente trabalham para aumentar a receita da sociedade, mas não com o objetivo de promover o interesse público, e, sim, visando seu próprio interesse (ao tomar uma ação visando o seu próprio interesse, a pessoa acaba colaborando para o atingimento de benesses sociais).



Exemplificando

Régis é proprietário da empresa de cosméticos Beleza e procura investir nela para torná-la competitiva frente ao mercado internacional de produtos para beleza que é tão aquecido. Ao fazer esse investimento, Régis não está preocupado com os empregos que ele gera e sim em

manter a empresa funcionando para ter o máximo de lucro possível. Portanto, a busca de Régis pelo seu próprio interesse faz com que seus funcionários tenham emprego e renda, contribuindo para o bem social.

O ponto fundamental para a compreensão da mão invisível de Smith é o conceito de competitividade. Vamos ver como isso funciona?

Como vimos, os produtores estão buscando lucro (seus próprios interesses) e, quando o atingem, isso atrai novos empreendedores para esse mercado; com isto, novos produtores entram no mercado, aumentando a concorrência e, conseqüentemente, isso reduz tanto o preço dos bens (o que melhora as condições dos consumidores, levando a um bem social) como o lucro de cada produtor.

E os mercados consumidor e de trabalho também funcionam dessa forma? Sim, os consumidores disputam pelo direito de consumir produtos, os trabalhadores competem pelos melhores empregos e as empresas concorrem pelos trabalhadores mais capacitados para aumentar ainda mais sua produção. Essa competição faz com que os recursos sejam alocados de forma mais hábil, fazendo com que haja eficiência econômica. Além disto, os investimentos feitos pelos empresários para aumentarem seus lucros (interesse próprio) fazem com que a economia cresça. Portanto, a busca pela competitividade tende a produzir o bem social, a produção máxima e o crescimento da economia (de forma automática, como se estivesse sendo conduzida por uma mão invisível), como defendia Smith.



Refleta

Para você, a ação individual, como a busca pelo lucro, faz com que a sociedade fique em uma situação melhor ou pior?

Nesse contexto, qual seria o papel do governo nessa harmonia de interesses defendida por Adam Smith? Como existe a ordem natural (mão invisível) da harmonia dos interesses, a intervenção do governo na economia não é necessária e desejável, já que, para Smith, os governos são corruptos, ineficientes, esbanjadores e concessores de privilégios de monopólio, ações que prejudicam toda a sociedade. Portanto, as pessoas são as que estão mais aptas a julgarem seus interesses.

Neste sentido, surge a expressão *laissez-faire*, de origem francesa, que, numa tradução livre, significa “deixe fazer”. Essa expressão defende que o mercado deve funcionar livremente e o governo deve apenas proteger os direitos de propriedade, segurança e educação.

Assim como afirma Mazzucchelli (2002), ordem natural, individualismo metodológico, harmonia de interesses, automatismo da regulação mercantil, liberdade e propriedade se combinam, dessa forma, numa verdade inquestionável (ou seja, em evidências universalmente aceitas) da “mão invisível”. Portanto, o quadro defendido é o oposto ao mercantilismo, ou seja, não mais se trata de descobrir os meios para assegurar o fortalecimento do poder do Estado (como defendiam os mercantilistas), mas, sim, na investigação de como aumentar a riqueza real da sociedade.

Smith defendeu também a crença de harmonia de interesses e *laissez-faire* para o comércio internacional. Para ele, o governo não deve intervir nas transações entre países, como afirmam os mercantilistas, e as nações deveriam se especializar na produção de bens que detêm vantagens e comprar (importar) mercadorias de outros países que têm as vantagens (ou seja, nunca tentar fazer dentro do território nacional, aquilo que custará mais barato se for adquirido de outra nação).

Ainda sobre o comércio internacional, Smith era totalmente contrário à concessão de subsídios aos exportadores (ou seja, benefícios econômicos concedidos pelo governo como: impostos mais baixos ou isentos, taxa de juros mais baixas, ajudas financeiras diretas, ...), pois isso penalizava duplamente as pessoas devido aos tributos que elas precisavam pagar para o governo bancar esses subsídios; e ao aumento do preço (no mercado interno) que essa mercadoria exportada (com a ajuda dos subsídios aos exportadores) iria ter (já que ela não era vendida no mercado interno).



Pesquise mais

Para conhecer um pouco mais sobre a mão invisível de Adam Smith, pesquise mais em:

BIANCHI, A. M.; SANTOS, A. T. L. A. dos. Além do cânon: mão invisível, ordem natural e instituições. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 3, jul./set. 2007.

Sem medo de errar

Olá, aluno! Conseguiu compreender as ideias iniciais de Adam Smith? Espero que sim, pois os conteúdos trabalhados irão nos ajudar nos argumentos que o candidato à presidência da República, Silva, utilizará para responder o seu adversário político sobre o que ele pretende fazer para que a economia brasileira volte a crescer. O outro candidato disse que vai intervir no setor bancário que, segundo ele, visa apenas o seu próprio lucro e que continuará concedendo subsídios ao setor agroexportador, devido à importância dele para a economia brasileira. Como em

todo debate, Silva tem direito à réplica, e, como defensor do liberalismo, criticará a resposta do adversário. Por ser assessor político do candidato, que dicas você poderia ter passado para ele contrapor a resposta feita pelo outro presidencialível?

Para ajudar nos argumentos de Silva, lembre-se de que Adam Smith considera os governos corruptos, ineficientes, indesejáveis, esbanjadores e que concedem privilégios por natureza, já que, em vez de defenderem o interesse de todas as pessoas, eles acabam protegendo o interesse das elites. Por esse motivo é melhor que não haja intervenção do governo na economia (ou que ela seja mínima), pois o mercado é mais eficiente quando funciona sozinho ou por meio da chamada mão invisível. Essa é a ideia de *laissez-faire* defendida pela Escola Clássica (liberal). Assim, quando o governo não intervém no mercado, os empresários de todos os setores (e não apenas o bancário), fazem suas escolhas de forma que eles tenham lucros cada vez mais altos, ou seja, ao irem atrás dos seus interesses individuais, benefícios são trazidos para eles e para a sociedade em geral, já que para que os empresários tenham lucro, eles precisam ter gerado empregos e renda (isso é a chamada harmonia de interesses pregada por Adam Smith, que acontece de forma automática, como se estivesse sendo guiada por uma mão invisível).

Em relação ao fato do adversário de Silva defender que o governo deve conceder subsídios ao setor agroexportador, Silva, baseado nas ideias de Adam Smith, poderia dizer que tais subsídios não superarão as limitações, no longo prazo, do segmento beneficiado, apesar de trazerem resultados positivos (como o aumento das exportações) no curto prazo. Silva pode dizer que, de acordo com Smith, os subsídios penalizam a população duplamente: tanto porque as pessoas precisam pagar tributos para bancar os subsídios, como porque, nessa situação, os preços das mercadorias exportadas (com a ajuda do subsídio), no mercado interno tendem a aumentar.

Faça valer a pena

1. Um dos maiores nomes da Escola Econômica Clássica foi Adam Smith (1723-1790), que, até os dias atuais, é considerado um dos maiores economistas do mundo. Seu trabalho mais importante e que alterou, até aquele momento, as teorias econômicas foi o livro *A Riqueza das Nações*, no qual ele procurou explicar, dentre outros temas, os motivos que fazem alguns países serem ricos e outros não. Em relação à filosofia de Adam Smith, analise as assertivas a seguir:

- I. Os subsídios dados para as empresas exportadoras devem ser concedidos regularmente.
- II. O comércio deve ser livre para equilibrar a economia.
- III. O Estado deve intervir nas atividades econômicas.
- IV. O acúmulo de metais preciosos deve ser o objetivo principal para a riqueza das nações.

Com base nas assertivas apresentadas, qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Apenas a assertiva II está correta.
- b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

2. Em *A Riqueza das Nações* (1776), Adam Smith (1996, p. 420) afirmou que

“ com plena segurança achamos que a liberdade de comércio, sem que seja necessária nenhuma atenção especial por parte do Governo, sempre nos garantirá o vinho de que temos necessidade; com a mesma segurança podemos estar certos de que o livre comércio sempre nos assegurará o ouro e prata que tivermos condições de comprar ou empregar, seja para fazer circular as nossas mercadorias, seja para outras finalidades.

No texto apresentado, os argumentos a favor da liberdade de comércio são, também, críticas ao:

- a) Capitalismo.
- b) Colonialismo.
- c) Corporativismo.
- d) *Laissez-faire*.
- e) Mercantilismo.

3. *A Riqueza das Nações* é a obra mais famosa de Adam Smith, lançada pela primeira vez em 1776, e é composta por cinco partes que tratam dos mais diversos temas inerentes ao capitalismo do século XVIII. Apesar de antiga, a obra ainda hoje é de suma importância para o estudo da economia política. Com base no exposto, leia as assertivas a seguir, que foram supostamente tratadas no livro *A Riqueza das Nações*:

- I. Os participantes da economia tendem a ir atrás dos seus interesses pessoais.
- II. Existe uma mão invisível que vai gerir o governo, que, por sua vez, impacta nas decisões do mercado.
- III. O Estado não deve intervir nos negócios individuais e no comércio internacional.
- IV. A harmonia de interesses significa a que intromissão do governo na economia não é necessária.

Com base nas assertivas apresentadas, quais estão corretas?

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

- c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

A economia de Adam Smith

Diálogo aberto

Olá, aluno! Estamos chegando ao final da unidade sobre a Escola Clássica. Na seção anterior, você conheceu um dos maiores teóricos clássicos, Adam Smith (1723- 1790), e o contexto histórico de seu surgimento. Nesta terceira seção, continuaremos discutindo Smith, mas agora com a proposta de compreender o funcionamento da economia defendida por ele.

Para atingir esse objetivo, retornaremos ao candidato à presidência da República, Silva, um defensor das ideias liberais que está disputando o segundo turno com um candidato que tem ideias opostas às dele. Durante mais uma rodada de perguntas, é sorteado o tema “mercado de trabalho” e o adversário de Silva pergunta a ele se as mulheres devem ter um salário menor do que o dos homens, já que, no Brasil, esta discrepância, infelizmente, ainda é visualizada nas empresas brasileiras. Antes desse debate, você, assessor do candidato Silva, havia ajudado-o a formular uma resposta para essa possível pergunta, com base na teoria do valor-trabalho de Adam Smith. Assim, qual resposta o candidato Silva deve dar para essa pergunta sobre o mercado de trabalho?

Para ajudá-lo na argumentação, discutiremos a divisão e a especialização do trabalho defendidas por Adam Smith, a teoria do valor e as leis econômicas de uma economia competitiva. Vamos às nossas discussões para montar um bom debate?

Bons estudos!

Não pode faltar

Olá, aluno! Até nos dias atuais, quando falamos na Escola Clássica, imediatamente nos vem à mente Adam Smith. Mas por qual motivo Smith foi tão importante para a formação da teoria econômica? Sua importância não está ligada somente ao fato de ele ter sido um dos primeiros teóricos clássicos, mas está ligada às suas ideias, que ainda são discutidas no século XXI. Você saberia dizer quais são essas ideias?

Como você já sabe, a principal obra de Smith foi o tratado econômico intitulado *A Riqueza das Nações*, publicada em 1776, que é considerada a “bíblia” da Escola Clássica. Durante praticamente todo o século XIX, *A Riqueza das Nações* foi o ponto de partida ao estudo da Economia em diversos países.

Logo no primeiro capítulo da obra trata-se do tema “divisão do trabalho”. Para Smith (1988, p.19), “o maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho”.

Ele observa que é mais fácil compreendermos os efeitos gerados pela divisão do trabalho na economia, se considerarmos como a divisão do trabalho opera em linhas de produção específicas. Porém, o impacto da divisão do trabalho é maior em empresas menores, ou melhor, é de mais fácil visualização, já que essas empresas pequenas empregam poucos trabalhadores, e, por esse motivo, todos podem ser reunidos em uma mesma sala, diferentemente de grandes empresas que têm muitos funcionários distribuídos em espaços distintos, o que não dá a impressão de haver uma divisão do trabalho. Neste sentido, Smith (1988) observa que nas manufaturas maiores o trabalho pode ser dividido em um número de partes maior do que nas manufaturas menores; mas essa divisão do trabalho não é tão óbvia, por ser de difícil percepção (visualização) imediata.

Para melhor compreensão do assunto, vamos a um exemplo utilizado por Smith (1988) para explicar como funciona essa divisão do trabalho? Vamos imaginar uma pequena fábrica de alfinetes que possui apenas um trabalhador não instruído para fabricação de alfinetes, sendo que ele também não foi treinado para utilizar as máquinas referentes à produção desse bem. Nessas condições, suponha que ele seja capaz de produzir, com muita dedicação, um alfinete por dia. Agora, se pararmos para pensar, será que daria para dividir todo o processo de produção de alfinetes em várias etapas específicas menores? A resposta é sim! A forma como essa atividade é executada, não somente o trabalho todo, constitui uma indústria específica, pois ele está dividido em uma série de setores, dos quais a maior parte também constitui, provavelmente, um ofício especial. Assim esses ofícios específicos poderiam ser realizados por trabalhadores diferentes: uma pessoa desenrola o arame, a outra estica, o terceiro corta, o quarto aponta, o quinto afia a ponta para colocar a cabeça e assim sucessivamente, até que após dez operações diferentes o alfinete é fabricado. Desse modo, apesar dos trabalhadores não serem capacitados, juntos eles conseguem produzir doze libras (cada libra tem mais de quatro mil alfinetes) de alfinetes por dia. Cabe destacar que a fabricação de um alfinete está dividida em aproximadamente 18 operações, as quais, em algumas manufaturas, são executadas por pessoas diferentes, enquanto em outras, o mesmo operário pode executar duas ou três operações distintas (SMITH, 1988).

A partir do exemplo apresentado, qual conclusão podemos tirar? Embora não fossem muito hábeis, e, portanto, não estivessem treinados para o uso das máquinas, a divisão do trabalho permitia que os dez trabalhadores fabricassem em torno de 48 mil alfinetes por dia (pode-se considerar que cada um produzia 4.800 alfinetes diariamente), enquanto que se os trabalhadores não tivessem sido treinados e estivessem produzindo sozinhos os alfinetes, Smith (1988) afirma que cada um deles não teria conseguido fabricar 20 alfinetes por dia, e, talvez, nem mesmo um.



Refleta

Do século XX para cá, temos visto diversos segmentos econômicos demandando trabalhadores cada vez mais especializados em determinadas áreas. Neste sentido, quais áreas hoje podemos citar? Realmente, essas áreas são mais eficientes? Reflita sobre o assunto.



Assimile

A divisão do trabalho aumenta consideravelmente a produção das mercadorias, pois cada trabalhador desempenhará uma única tarefa, especializando-se nela.

Em qualquer outra atividade os efeitos da divisão do trabalho são semelhantes aos da fábrica de alfinetes, mesmo que as atividades não possam ser tão subdivididas, nem reduzidas a uma simplicidade de operações. Assim, a divisão do trabalho, quando pode ser adotada, aumenta proporcionalmente as forças produtivas do trabalho. Inclusive a diferenciação entre os empregos se dá em decorrência dessa vantagem.

E na agricultura, aluno, é possível a divisão do trabalho? Para Smith (1988), a agricultura não comporta tantas subdivisões do trabalho, nem uma diferenciação tão grande de uma atividade para outra, como ocorre nas manufaturas, sendo difícil separar, com tanta nitidez, a atividade do pastoreador da do cultivador de trigo.



Refleta

Adam Smith defende a divisão do trabalho, mas, para ele, isso só era possível nas indústrias, sendo difícil de ser aplicado na agricultura. Hoje, com tantas tecnologias no setor agrícola, esta ideia de Smith ainda é válida?

Para Adam Smith, será que apenas a especialização do trabalho (advinda da sua divisão) aumenta a quantidade produzida? A resposta é não. Segundo Smith (1988), a divisão do trabalho aumenta a quantidade de produção por três razões: 1. cada trabalhador desenvolve uma habilidade maior na realização de uma simples tarefa que é repetida diversas vezes (fazendo com que o trabalhador se torne um especialista naquela tarefa, desempenhando-a de forma muito produtiva); 2. economiza-se tempo, pois se cada trabalhador não puder ir ao trabalho, outro fará sua função, já que ele é responsável por uma pequena parte de toda a produção (e não por toda a produção, do começo ao fim); e 3. o maquinário pode ser desenvolvido para aumentar a produtividade, pois as tarefas foram simplificadas por meio da divisão do trabalho (ou seja, inventar uma máquina que desenrola, estica, corta, aponta e afia um arame é muito mais difícil do que uma máquina que só desenrole, outra que só estique,...) (BRUE, 2013). Vamos entender cada uma dessas razões?

Em primeiro lugar, o aprimoramento da destreza do operário necessariamente aumenta a quantidade de serviço que ele pode realizar. Portanto, a divisão do trabalho reduz a atividade de cada pessoa a uma operação simples, aumentando muito o treinamento do operário. Neste sentido, Smith observa que um ferreiro comum e experiente, nunca fez pregos, mas se precisar fazer, não conseguirá fabricar mais do que 300 pregos por dia (e de qualidade ruim), diferentemente de alguns rapazes sem experiência (que não são ferreiros), mas que conseguem fabricar mais do que 2.300 pregos por dia, desde que as tarefas sejam divididas e que eles a repitam continuamente.

Em segundo lugar, a divisão do trabalho reduz o tempo entre as atividades que estão sendo desempenhadas, pois cada trabalhador desempenha apenas uma função. Para entender melhor essa ideia, citando o exemplo de Smith, um tecelão do campo, que cultivava uma pequena propriedade, é obrigado a gastar bastante tempo para passar do seu tear para o campo, e do campo para o tear (em geral, uma pessoa perde a concentração ao passar de um tipo de trabalho para outro), o que não aconteceria se cada trabalhador se concentrasse em apenas uma única atividade especializada.



Exemplificando

Você está estudando a disciplina Economia Política, se o telefone toca, mesmo que seja engano, você perde a concentração e demora para voltar aos estudos, correto? É exatamente isso que Adam Smith defendia na divisão do trabalho (tarefas).

Em terceiro lugar, o trabalho é facilitado pela utilização de máquinas adequadas. Portanto, como observa Smith (1988), a invenção de todas

as máquinas facilita o trabalho e parece ter sua origem na própria divisão do trabalho.

Aluno, será que essa divisão do trabalho tem algum limitante? Se você pensou em tamanho do mercado está correto. Smith (1988) afirmava que como é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, a extensão dessa divisão é limitada pela extensão desse poder, ou seja, pelo tamanho do mercado. Mas, o que isso significa? Quando o mercado é muito pequeno, nenhum trabalhador será estimulado a se dedicar totalmente a uma única ocupação, já que não poderá permutar toda a parcela excedente de sua produção, que ultrapassa seu consumo, pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade, ou seja, se existe uma região muito afastada que conseguiria produzir 300 mil pregos por dia, mas a demanda daquela comunidade é de 10 mil pregos por dia, não adianta ter essa produção tão grande (advinda da divisão do trabalho), pois o mercado consumidor de pregos naquela área geográfica específica é muito pequeno. Portanto, alguns tipos de trabalho especializados somente podem ser executados em cidades grandes, como, por exemplo, um especialista em mercado financeiro, que não conseguirá encontrar emprego em uma cidade pequena, pois não haverá mercado para ele (o que não aconteceria em uma grande cidade, como São Paulo ou Rio de Janeiro).

Agora que você já conheceu a divisão e a especialização do trabalho, vamos compreender as leis econômicas de uma economia competitiva, de acordo com a visão de Adam Smith? É importante observar que esse termo (“leis econômicas”), você não encontrará na obra *A Riqueza das Nações*, pois Smith desenvolveu diversas ideias que, anos depois, os economistas batizaram de “as leis econômicas”. Uma dessas leis nós já discutimos, que foi a divisão do trabalho, a seguir, conheceremos outras. Vamos lá?

Agora estudaremos a teoria do valor, também chamada de teoria do valor-trabalho de Smith. Essa teoria pode ser resumida da seguinte forma: como o processo de produção pode ser dividido em diversos esforços humanos somados, o valor das mercadorias pode ser comparado pelo trabalho que foi empregado em cada um deles.

Diante dessa situação, Smith procurou definir valor, sendo que, para ele, há dois tipos de valor: um que expressa a utilidade de um objeto específico (ou seja, para que ele serve), como o valor de uma caneta (que serve para assinar um documento, por exemplo), e outro que está relacionado ao poder de compra de outros bens que a posse de um objeto confere. O primeiro tipo de valor é o chamado **valor de uso**, já o segundo é o **valor de troca**.

Para Smith (1988), as coisas que têm o mais alto valor de uso geralmente têm pouco ou nenhum valor de troca e vice-versa (os bens que têm o mais

alto valor de troca muitas vezes têm pouco ou nenhum valor de uso). Assim, a água é o bem mais útil para as pessoas, mas dificilmente se comprará alguma coisa com ela, diferentemente do diamante, que possui pouco valor de uso, mas pode ser trocado por uma grande quantidade de outros bens.

Smith, em suas análises, enfatizou o valor de troca das mercadorias, mas, antes de entender a análise que foi feita, vamos compreender o que é a troca em si? Vamos supor que uma pessoa tenha uma mercadoria em quantidade superior àquela de que precisa, enquanto outras pessoas não têm a mesma mercadoria em quantidade suficiente para satisfazer suas necessidades. A primeira pessoa poderia estar disposta a vender uma parte de seu supérfluo, enquanto a segunda poderia estar disposta a comprar. Agora, se esta segunda pessoa não possuir nenhuma mercadoria que satisfaça a primeira, não haverá troca.

Smith (1988) afirma que todo homem é rico ou pobre de acordo com a satisfação de suas necessidades. Porém, com a divisão do trabalho, são poucas as necessidades atendidas com o fruto do próprio trabalho, sendo, portanto, necessário os bens produzidos por outras pessoas para satisfazê-los.

Mas, qual é o critério ou medida real desse valor de troca? Em outras palavras, em que consiste o preço real de todas as mercadorias? Para Adam Smith, o valor de uma determinada mercadoria é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria dá condições de comprar, ou seja, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias. Portanto, o preço real de cada mercadoria é o trabalho que custa a sua aquisição, e este pagamento é feito em dinheiro oriundo do trabalho.



Exemplificando

Em uma análise preliminar de Smith (em sociedades primárias em que o trabalho era o único recurso produtivo), se o trabalho de caçar um castor demorasse duas vezes mais do que o de abater um veado, um castor deveria ser trocado por dois veados (BRUE, 2013). No entanto, em uma economia desenvolvida, que utiliza máquinas e equipamentos na produção, isso é um pouco diferente. Nela, se o cultivo de 10 libras de batatas em terras férteis, que não requerem nenhum capital para serem produzidas, e o cultivo de uma libra de fio de algodão, que requer um maquinário complexo na sua produção, demorem o mesmo tempo (por exemplo, duas horas de trabalho), elas não poderão ser trocadas uma pela outra no mercado, pois isso faria os produtores oferecerem apenas batatas, que têm um custo de produção menor (BRUE, 2013). Dessa forma, o valor real das mercadorias não poderia ser medido

apenas pelo trabalho contido nelas, mas pela quantidade de trabalho que podem, cada uma delas, comprar ou dominar, sendo que isso corresponde à soma da quantidade de trabalho (em forma do valor dos salários pagos), do lucro e dos aluguéis (ou seja, baseado em todos os custos de produção) (BRUE, 2013).

Mas, será que o custo do trabalho (salário) é igual para todos os trabalhadores? A resposta é não. Segundo Brue (2013), para Smith, além de outros fatores como agradabilidade da tarefa, regularidade do emprego, grau de confiabilidade e responsabilidade, e probabilidade de sucesso, os custos da aquisição do conhecimento e das técnicas necessárias para a realização de uma tarefa (ou seja, os diferentes graus de dificuldade e de engenho empregados nos respectivos trabalhos) influenciam o valor do salário.

Por exemplo, pode haver mais trabalho em uma tarefa dura de uma hora do que em duas horas de trabalho fácil, ou ainda, pode haver mais trabalho em uma hora de aplicação a uma ocupação que custa dez anos de trabalho para aprender, do que em um trabalho de um mês em uma ocupação comum e de fácil aprendizado.



Exemplificando

Um médico, que demora quatro horas para fazer uma cirurgia, estudou aproximadamente dez anos para conseguir realizar com destreza esse trabalho; enquanto uma faxineira demora as mesmas quatro horas para limpar um apartamento, sendo que, para realizar essa tarefa com destreza, ela precisou de alguns meses de aprendizagem. Esta é a ideia da teoria valor-trabalho de Smith: apesar de ambos os profissionais demorarem o mesmo tempo para desempenharem suas funções, o valor de cada serviço é bem diferente em função dos custos/tempo de aquisição do conhecimento de cada uma delas.



Pesquise mais

Para agregar conhecimento sobre a teoria do valor-trabalho, leia o artigo intitulado *Teoria do valor-trabalho: do ideário clássico aos postulados marxistas*, que faz uma discussão crítica da teoria do valor-trabalho nas obras dos principais autores “clássicos”, contrapondo-a com as formulações de Marx.

MATTEI, L. Teoria do valor-trabalho: do ideário clássico aos postulados marxistas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 271-294, 2003.

Ainda sobre o salário, Smith disse que ele deveria ter um valor mínimo, o qual permitiria ao trabalhador (e sua família) sobreviver e continuar oferecendo seu esforço físico e mental ao empregador. Ele também defendeu uma sociedade com livre mobilidade do trabalho, ou seja, uma sociedade onde todos devem ser livres para escolher e trocar de emprego.

Por fim, cabe reforçar que Adam Smith defendia o livre mercado (liberalismo econômico), com mínima intervenção governamental, onde o preço das mercadorias, chamado de preço de mercado, dependeria da oferta e da demanda pelo bem. Assim, por exemplo, se a demanda por canetas aumentasse, em função do início do ano letivo, o preço dela aumentaria. Por outro lado, se as empresas ofertassem mais canetas, o preço tenderia a ser reduzido.



Pesquise mais

Para conhecer mais sobre o valor para Adam Smith, leia o artigo intitulado *O valor, a riqueza e a teoria de Smith*, de Reinaldo Carcanholo, que diz que a teoria do valor não pode ser confundida com uma simples teoria dos preços relativos.

CARCANHOLO, R. A. O valor, a riqueza e a teoria de Smith. **Revista Análise Econômica**, Ano 9, n. 15, p. 183-205, 1991.

Sem medo de errar

Olá, aluno! Conseguiu entender as ideias de Adam Smith? Espero que sim, pois os temas tratados irão ajudá-lo na argumentação para o debate entre Silva, um defensor das ideias liberais, e seu adversário, na disputa, em segundo turno, pela presidência do país. Durante o debate, foi sorteado o tema “mercado de trabalho” e o adversário de Silva perguntou a ele se as mulheres devem ter um salário menor do que o dos homens.

Com base na preparação que você e o candidato Silva fizeram sobre o tema “mercado de trabalho”, o presidenciável liberal deve dizer que esse tema já havia sido discutido por diversos pensadores da economia, há bastante tempo, a partir da teoria de Adam Smith chamada de valor-trabalho, que trouxe conclusões sobre o custo do trabalho (ou seja, o salário). Essa análise clássica do salário, defendida por Silva, procurou explicar a diferença salarial dos trabalhadores. Silva deve continuar o seu discurso dizendo que para ele (seguindo os preceitos de Adam Smith), a diferença do valor dos salários não é oriunda do gênero (masculino ou feminino), mas que a estrutura do salário varia de acordo com cinco fatores: a agradabilidade do trabalho (em que o salário é mais alto quanto mais desagradável/

árido for o trabalho); a regularidade do emprego (ou seja, trabalhos regulares pagam salários mais baixos do que os irregulares, já que a maioria das pessoas preferem trabalhos estáveis); o grau de confiabilidade e responsabilidade (quanto maior a responsabilidade do trabalhador, maiores são os salários recebidos); a probabilidade de sucesso de um trabalho (quanto maior o risco de fracasso de um trabalho, maior deverá ser o salário pago por ele); e os custos da aquisição do conhecimento e das técnicas necessárias para a realização de uma tarefa.

Com essa explicação, Silva diz que não concorda com a diferença salarial que está sendo vista no Brasil, entre homens e mulheres, pois a diferença salarial é oriunda de outros fatores, e não do gênero.

Para reforçar a sua resposta, Silva pode completá-la com outro argumento elaborado por Adam Smith, dizendo que os trabalhadores devem ser livres para escolherem e trocarem de emprego quando quiserem, dizendo que o Estado deve intervir o mínimo possível nas questões relacionadas ao mercado de trabalho, reforçando, por exemplo, que um dos papéis do Estado (com relação a esse assunto) é garantir que o salário-mínimo permita ao trabalhador (e sua família) sobreviverem de forma digna.

Faça valer a pena

1. Adam Smith estudou diversos temas, entre eles, o conceito de valor, sobre o qual afirmou ter dois significados: às vezes designa a utilidade de um determinado objeto, e outras vezes o poder de compra que o referido objeto possui em relação a outras mercadorias. O primeiro se chama “valor de uso”, e o segundo, “valor de troca” (SMITH, 1988).

Quando dizemos que o valor de um smartphone é R\$ 5.000,00, de qual valor tratado por Adam Smith estamos falando?

- a) Valor de uso.
- b) Valor de troca.
- c) Valor equivalente.
- d) Valor comparativo.
- e) Valor emocional.

2.

“Compreenderemos mais facilmente os efeitos produzidos pela divisão do trabalho na economia geral da sociedade, se considerarmos de que maneira essa divisão do trabalho opera em algumas manufaturas específicas. É comum supor que a divisão

do trabalho atinge o grau máximo em algumas manufaturas muito pequenas. (SMITH, 1998, p. 19)

Marque a alternativa que explica a afirmação de Smith quanto à divisão do trabalho:

- a) Em manufaturas pequenas há menos trabalhadores que podem ser distribuídos em espaços maiores.
- b) Em manufaturas pequenas há mais espaço, mas poucos trabalhadores, o que impossibilita a divisão do trabalho.
- c) Em manufaturas pequenas não é possível a divisão do trabalho porque elas não vendem o suficiente para cobrir os custos com a folha de pagamentos.
- d) Em manufaturas pequenas há menos trabalhadores, que estão localizados no mesmo espaço, facilitando a visualização da divisão do trabalho.
- e) Em manufaturas pequenas os trabalhadores têm de executar todas as atividades, já que são poucas pessoas.

3. Na teoria do valor-trabalho para uma economia desenvolvida, Adam Smith percebeu que o crescimento de capital invalidaria uma simples teoria do valor do custo do trabalho, ou seja, mercadorias que levam o mesmo tempo para serem produzidas podem ter diferentes preços.

Em relação à teoria do valor de Smith, marque a única alternativa correta.

- a) A utilidade de um bem é chamada de valor de troca.
- b) O valor do trabalho depende do preço de troca das mercadorias.
- c) O valor das mercadorias pode ser de uso e de troca.
- d) O valor dos bens depende do valor de outros bens.
- e) O valor do trabalho depende da quantidade de bens produzidos.

BRUE, S. L. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Cengage, 2013.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. **História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MAZZUCHELLI, F. O pioneirismo de Smith. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 185-192, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Qy0mTgnIg5QJ:www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php%3Fid%3D539%26tp%3Da+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-ab>. Acesso em: 31 out. 2018.

NUNES, A. J. A. **Controvérsias sobre o mercantilismo**. [S.l., s.d.]. Disponível em: https://www.fd.uz.br/~anunes/pdfs/prefacio_10.pdf. Acesso em: 21 out. 2018.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1. (Coleção Os Economistas).

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril, 1998.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril, 2003.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2011.

Unidade 3

A teoria clássica de David Ricardo e a crítica da economia política de Karl Marx

Convite ao estudo

Olá, aluno!

Seja bem-vindo à terceira unidade da disciplina Economia Política. Após você ter compreendido o nascimento da economia enquanto teoria, os pressupostos da Escola Clássica e as principais ideias de Adam Smith, iremos, agora, conhecer dois outros importantes teóricos: David Ricardo e Karl Marx. O primeiro foi um dos fundadores da Escola Clássica, junto com Adam Smith, e trouxe fundamentais contribuições para a formação das teorias econômicas. Já Karl Marx (1818-1883) foi um pensador e revolucionário, sendo o principal nome do pensamento socialista. Marx fez críticas minuciosas ao sistema de produção capitalista e escreveu duas obras muito importantes para a Economia Política, o Manifesto Comunista e O Capital, que iremos conhecer ao longo desta unidade.

Para nos acompanhar em mais essa jornada, teremos a ajuda de dois alunos de iniciação científica, Martha e Anselmo, que resolveram escrever dois artigos para apresentar em um congresso de Economia Política no próximo ano. Porém, Anselmo é um futuro economista de cunho liberal (clássico), defensor das ideias de David Ricardo, enquanto Martha é marxista assumida. Apesar de terem opiniões, muitas vezes, conflitantes, são muito amigos e querem fazer os trabalhos juntos. Então, resolveram que os temas estariam relacionados com a teoria clássica de David Ricardo e com crítica da economia política feita por Karl Marx, mas os objetivos dos artigos ainda não tinham sido definidos.

Você já percebeu que Martha e Anselmo irão debater muito para chegar a uma conclusão. Vamos ajudá-los? Dessa forma, nosso objetivo é compreender os estudos da teoria clássica de David Ricardo e a crítica da economia política de Karl Marx; para isto, estudaremos os dogmas econômicos de David Ricardo, a crítica da economia política de Karl Marx e o pensamento marxiano. Vamos aos estudos?

Os dogmas econômicos de David Ricardo

Diálogo aberto

Nesta seção continuaremos estudando a Escola Clássica, mas, desta vez, estudaremos os dogmas econômicos de David Ricardo, que é um dos mais importantes teóricos clássicos, e como suas ideias (como a menor participação do Estado na economia) estão presentes, ainda nos dias atuais, na economia de diversos países do mundo, incluindo a brasileira.

Para nos acompanhar, teremos a ajuda dos estudantes Martha, uma marxista assumida, e Anselmo, adepto das ideias de David Ricardo, que apesar de defenderem pontos de vistas diferentes, resolveram escrever dois artigos para serem apresentados no congresso de Economia Política no próximo ano.

Sobre o primeiro artigo, os estudantes precisavam definir um objetivo para que começassem as pesquisas, e marcaram uma reunião inicial. Após as discussões, Martha observou que a economia brasileira estava saindo de uma crise, pois as taxas de desemprego estavam sendo reduzidas. Então, veio a ideia de que o artigo estivesse relacionado a este novo contexto e, por isso, Anselmo concordou com a opinião de Martha e acrescentou que a economia brasileira dependia muito do agronegócio, já que sete dos dez principais produtos da nossa pauta de exportação eram produtos primários, entre eles, soja, carnes de frango e bovina, açúcar bruto, celulose, café e farelo de soja (GLOBAL JR, 2018). Juntos, esses produtos foram responsáveis por 26,8% de um total de US\$ 217,74 bilhões que o Brasil recebeu com as exportações, no ano de 2017, de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) (GLOBAL JR, 2018). Com base nessas informações, Anselmo e Martha resolveram escrever o artigo sobre a participação expressiva do agronegócio na pauta de exportação brasileira, fundamentando o trabalho com base na visão de David Ricardo sobre o comércio internacional. A partir do que foi exposto, como Anselmo e Martha podem explicar, com base na teoria de Ricardo sobre o comércio internacional, a concentração das exportações brasileiras em produtos do agronegócio?

Para ajudar na argumentação de Anselmo, vamos conhecer o contexto histórico de David Ricardo e suas teorias, como a teoria dos rendimentos decrescentes, a teoria da Terra, e a lei das vantagens comparativas.

Desejamos a você um ótimo estudo!

Quando pensamos na Escola Clássica, logo nos vem à cabeça Adam Smith, certo? Porém, apesar de Adam Smith ter fundado a Escola Clássica, ele não foi o único teórico clássico de destaque. David Ricardo (1772-1823) também foi um importante expoente do desenvolvimento das ideias clássicas, ao demonstrar o método abstrato de raciocínio para formular as teorias econômicas (BRUE, 2013). Vamos conhecer um pouco sobre David Ricardo?

Ricardo nasceu na Inglaterra, em 1772, momento em que o país passava pela Primeira Revolução Industrial, que foi um processo combinado de avanço tecnológico e de transformações sociais. Nesta nova fase do capitalismo, o ciclo econômico tinha vindo para ficar e, de tempos em tempos, crises comerciais aconteciam, reduzindo o lucro dos empresários e trazendo o aumento do desemprego, o que piorava ainda mais as condições das massas urbanas.

Dessa maneira, os grandes temas em debate na época de Ricardo eram a miséria e o aumento da mortalidade da classe trabalhadora inglesa. A época de Ricardo também foi marcada por outra grande revolução, que resultou na Revolução Francesa, de 1789, em que a bandeira da “Igualdade, Liberdade e Fraternidade”, lema do movimento francês, tinha se enraizado fundo na mentalidade das elites europeias.

As conquistas do exército profissional montado por Napoleão em toda a Europa eram vistas com simpatia pelas elites liberais, que ali enxergavam uma luta das novas ideias constitucionalistas contra o passado absolutista e aristocrático. A extensão e a igualdade dos direitos políticos e civis eram tidas, por estas elites, como condição fundamental para a organização da vida social.

O liberalismo político, sob a forma de democracias constitucionais e parlamentares, era a forma de organização social mais adequada ao regime de livre concorrência que se inaugurava sob o capitalismo industrial, sendo que Ricardo tornou-se um dos maiores defensores do liberalismo, seja no campo da vida política, seja no campo da economia.

Durante a Revolução Industrial, Ricardo, aos quatorze anos, começou a trabalhar na corretora de ações do pai (BRUE, 2013). Sete anos depois, casou-se e largou a religião judaica, tornando-se adepto do unitarismo, uma corrente religiosa que acredita na unicidade de Deus, fazendo com que Ricardo rompesse com seu pai (BRUE, 2013). Como tinha experiência no ramo de ações e conhecia muitas pessoas, ele conseguiu empréstimos e ingressou no mercado acionário, tornando-se muito rico (BRUE, 2013).

Certamente, você deve estar pensando: o que isto tem a ver com a teoria econômica de Ricardo, certo? Bem, o desenvolvimento da teoria dele está relacionado com os seus princípios para ganhar e acumular dinheiro na Bolsa de Valores. Segundo Ricardo, todo o dinheiro que ele ganhou foi a partir da observação do comportamento das pessoas perante determinadas ações, e Ricardo procurava “prever” os comportamentos que as pessoas teriam em cada situação. Por exemplo, se a demanda por um produto estivesse aumentando, e a empresa que a produzia tivesse ações na Bolsa, Ricardo analisava que tais ações seriam valorizadas, o que o levava a comprá-las para vendê-las após essa valorização (mesmo que o lucro da venda fosse pequeno).

Apesar de não ter educação formal, em 1799, leu o livro de Adam Smith, *A riqueza das nações* (1776), e ficou impressionado. A partir dessa leitura, passou a estudar os temas econômicos com profundidade, desenvolvendo uma percepção teórica para os problemas práticos. Dez anos depois, em 1809, Ricardo fez sua primeira participação no debate público tratando de questões de economia monetária. O debate era sobre a livre conversibilidade da moeda inglesa, ou seja, a possibilidade de converter-se qualquer libra emitida pelo governo britânico em ouro, no momento em que se desejasse.

Em 1817, publicou o livro *Princípios da Economia Política e Tributação*, tendo obtido imediato reconhecimento. O método de exposição de Ricardo estabeleceu uma referência para a nova ciência, que perdura até os dias atuais: Ricardo mantinha-se em altos níveis de abstração e procurava dar aos argumentos um rigor científico próprio de um investigador que está em busca de leis gerais.

Dentre suas teorias estão **a teoria dos rendimentos decrescentes e da renda; a teoria do valor de troca e os preços relativos; a distribuição de Renda, e a Teoria das Vantagens Comparativas**. Vamos conhecer um pouco delas?

A **Teoria dos Rendimentos Decrescentes e a lei da renda** da terra foram desenvolvidas como resposta às leis dos cereais (*Corn Laws*). Você sabe me dizer o que foi esta lei? A Lei dos Cereais sobretaxava os cereais que eram importados abaixo de determinado nível de preços, com o objetivo de proteger os produtores domésticos de cereais da concorrência externa, fazendo com que os preços de importantes produtos da subsistência dos trabalhadores ingleses ficassem mais caros. Na prática, a lei separou os industriais e as populações urbanas dos produtores agrícolas e proprietários de terras. E Ricardo, como um defensor dos interesses industriais, passou a criticar as *Corn Laws*, pois, para ele, a proteção aos produtores nacionais de cereais menos eficientes (por meio daquela sobretaxa cobrada sobre os bens importados) fazia aumentar a proporção da renda da terra e dos salários em

relação aos lucros. Essa transferência de renda dos setores dinâmicos para os menos eficientes fazia diminuir a intensidade da acumulação e do crescimento da economia.



Assimile

A Lei dos Cereais (*Corn Laws*) sobretaxava os cereais importados abaixo de determinado nível de preços para proteger os produtores domésticos de cereais da concorrência externa. De acordo com Ricardo (1996, p. 8),

“a proteção aos produtores nacionais de cereais menos eficientes fazia aumentar a proporção da renda da terra e dos salários (que deveriam ser maiores em relação aos preços dos demais bens para acomodar os preços maiores dos bens da cesta básica) em relação aos lucros. Esta transferência de renda dos setores dinâmicos para os menos eficientes fazia diminuir a intensidade da acumulação e do crescimento da economia.

Assim, Ricardo se preocupou em compreender as forças que determinam as divisões do acúmulo de renda nacional, como salário, lucro e renda da terra (aluguel pago pelo uso das terras). Vamos entender alguns desses conceitos na visão ricardiana? Para Ricardo, assim como todas as mercadorias, o trabalho tem seu preço natural (o salário), que depende do preço das necessidades de vida das pessoas. Assim, se essas necessidades aumentam, os salários nominais tendem a aumentar também. Em relação ao lucro, Ricardo afirma que ele (o lucro) é influenciado pelos movimentos de preços (com preços mais altos, mantendo os custos constantes, o lucro aumenta) e esse preço controla as transações comerciais; assim, os empresários optarão pelos setores que oferecem lucros maiores.

Para Ricardo (1996), é preciso determinar as leis que regem a distribuição do produto total da terra entre as três classes: o proprietário da terra (que recebe a renda da terra), o dono do capital (que recebe o lucro por deter os equipamentos utilizados na produção) e os trabalhadores (que recebem salário) que cultivam a terra. Neste sentido, Ricardo define a renda da terra como aquela porção da produção da terra que é paga aos seus proprietários pelo uso dos poderes do solo, e essa renda surge das margens de cultivo, que podem ser extensivas ou intensivas. Você deve estar curioso para saber o que são terras de margens extensivas e intensivas, correto? Então, vamos lá!

O funcionamento da lei da renda (extensiva) da terra formulado por Ricardo é o seguinte: no início do processo de povoamento, o estoque de capital e a população ocupam-se das melhores terras (ou seja, das terras mais

férteis), fazendo com que a produção total atenda à demanda de alimentos e que os lucros sejam positivos. No entanto, quando a população aumenta, a demanda por alimentos também cresce, e isso obriga que terras menos férteis (e, muitas vezes, mais distantes do mercado consumidor) precisem ser alocadas na produção dos alimentos, fazendo com que os custos de produção sejam maiores (o que eleva o preço de venda dos alimentos, pressionando os salários de subsistência para cima). Com esse processo, as terras mais férteis (aquelas que inicialmente são utilizadas no cultivo) ficam mais valorizadas (ou seja, o valor do aluguel (renda da terra) fica mais caro, o que diminui os lucros dos donos do capital, mesmo em um cenário de preços crescentes dos alimentos). Esse fato explica a crítica de Ricardo à Lei dos Cereais, pois, para ele, a elevação do preço dos alimentos (pela proteção tarifária imposta por essa lei) faria com que os proprietários da terra fossem os mais beneficiados (que recebiam aluguel e não investiam esse dinheiro na produção agrícola ou em qualquer outro ramo) e não os produtores agrícolas, o que tenderia a desacelerar o crescimento da riqueza do país (além de mostrar a desigualdade na distribuição da renda).



Assimile

Para Ricardo, a renda da terra (na margem extensiva de cultivo) origina-se da diferenciação das produtividades entre elas.



Exemplificando

Uma nação tem três tipos de terras, A, B e C, sendo a terra do tipo A a mais fértil, e a terra do tipo C a menos fértil. Após investir R\$ 10 mil (em funcionários e equipamentos) em cada terra, qual tipo irá produzir mais? Certamente você respondeu a terra de melhor qualidade, ou seja, a do tipo A. E está correto, pois terras de qualidade melhor, produzem mais, portanto, quanto mais fértil for a terra, maior a produção e, conseqüentemente, maior a renda do proprietário dessa terra (ou seja, maior o aluguel cobrado por essa terra).

Mas, e se em vez de usar (novas) terras (menos férteis) para a produção de alimentos (com o objetivo de atender à demanda por comida daquela população que não para de crescer), os donos do capital resolvessem aumentar a produção de alimento dentro da própria propriedade que tem a terra mais fértil? Nesse caso, teríamos o aparecimento da renda (da terra) na margem intensiva de cultivo, que é diretamente afetada pela lei dos rendimentos (marginais) decrescentes. Mas, afinal, você sabe o que é essa lei?

Segundo Sandroni (1999), ela se refere ao fato de que, se um fazendeiro (dono do capital) quiser ampliar a quantidade do que produz em sua terra, contratando mais funcionários, sem alterar a quantidade de terra, por exemplo, a produção inicialmente aumentará a taxas crescentes, mas, depois, passará a aumentar as taxas decrescentes (podendo, inclusive, chegar a um ponto em que a grande quantidade de funcionários em uma mesma extensão de terra faça com que a contratação de um novo trabalhador traga diminuições na produção total daquela propriedade).



Exemplificando

A Lei dos Rendimentos Marginais Decrescentes só acontece no curto prazo, isto é, quando a quantidade de pelo menos um dos fatores de produção (normalmente o fator de produção “capital”, ou fator de produção “terra”) não pode ser ampliado. Para entender isso, imagine que o Sr. Genaro cultive beterraba dentro de sua fazenda de dois hectares. Enquanto todo o solo da sua propriedade não estiver sendo utilizado, se ele quiser aumentar a produção de beterraba, poderá contratar mais funcionários, comprar mais máquinas e plantar em novos solos da fazenda (dessa forma, os funcionários acabam colaborando um com o outro e conseguem ampliar o acréscimo de produção que cada funcionário contratado traz para a fazenda). No entanto, se o Sr. Genaro ampliar muito o cultivo de beterraba, chegará um momento em que ele ocupará todo o solo disponível para a agricultura. Nesse ponto, se ele aumentar a compra de máquinas e funcionários para ampliar a produção dentro daquela propriedade, isso pode deixar de ser vantajoso (o acréscimo de produção trazido por um novo funcionário vai diminuindo, pouco a pouco, podendo até ser negativo, ou seja, como não há solo suficiente para um novo funcionário trabalhar com o plantio de beterraba, a contratação dele acaba por contribuir cada vez menos com a produção de beterraba que já vinha sendo feita). Pronto, nesse momento, age a Lei dos Rendimentos Marginais Decrescentes!



Assimile

A Lei dos Rendimentos Decrescentes pode ser conceituada da seguinte forma: ampliando-se a quantidade de um fator variável, como a mão de obra, e permanecendo fixa a quantidade dos demais fatores de produção (que pode ser o capital ou a terra), o acréscimo de produção trazido por um novo funcionário, inicialmente, aumentará a taxas crescentes (mas isso, apenas até um certo ponto). A partir de uma determinada situação, a produção passará a aumentar as taxas decrescentes (com a contra-

tação de novos funcionários), até que, sem aumentar outro fator de produção, a produção reduzirá (SANDRONI, 1999) pelo excesso de trabalhadores atuando na mesma extensão de terra ou na mesma máquina.

De acordo com o entendimento da Lei dos Rendimentos Marginais Decrescentes (que aparece pelo uso intensivo da terra), as unidades sucessivas de mão de obra e capital são acrescentadas a um mesmo pedaço de terra, enquanto a tecnologia permanece constante, cada unidade de investimento acrescentada agregará menos resultado do que as unidades anteriores. Assim, a última unidade de mão de obra e capital deve se pagar e fornecer também uma taxa média de lucro, o que faz as unidades iniciais produzirem o retorno do excedente, que é a renda.

Nesse cenário, perceba que preços mais altos de um produto (que podem vir daquela sobretaxa cobrada sobre os alimentos importados) justificariam o uso de mais despesas com trabalhadores, mesmo que as despesas acrescentadas não aumentem o total dos resultados tanto quanto os acréscimos anteriores aumentaram (BRUE, 2013). Esse aumento do preço, segundo Brue (2013), aumentará a renda da terra.



Pesquise mais

Apesar de ter ficado mais conhecida após a formulação de David Ricardo, a Teoria da Renda da Terra é um dos temas mais discutidos da história do pensamento econômico. Para conhecer a evolução e as discussões de diferentes autores sobre renda da terra, leia o artigo *A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx*.

LENZ, Maria Heloisa. A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 13., 2008, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, SEP, 2008.

Portanto, a renda é determinada pelo preço dos produtos produzidos na terra, e como Ricardo se preocupava com os valores relativos e não com os valores absolutos, ele quis descobrir a base para a relação de troca entre as mercadorias. Para isso, na sua obra *Princípios de Economia Política e Taxação*, apresentou a **teoria do valor de troca e os preços relativos**. Vamos a ela?

Para uma mercadoria ter valor de troca, era preciso que ela tivesse valor de uso (ou seja, utilidade), que podemos relacionar com a satisfação gerada

pelo produto, que não é uma medida de permuta, embora seja essencial. Para Ricardo (1996), as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las.

Assim, algumas mercadorias têm seu valor determinado somente pela escassez, já que nenhum trabalho pode aumentar a quantidade de tais bens, e seu valor não pode ser reduzido pelo aumento da sua oferta. Dessa forma, seu valor é totalmente independente da quantidade de trabalho originalmente necessária para produzi-los, e oscila com a modificação da riqueza e das preferências daqueles que desejam possuí-los.

No entanto, essas mercadorias muito escassas (como obras de arte raras e velhas moedas colecionáveis) são uma parte muito pequena da massa de artigos diariamente trocados no mercado, já que a maioria dos bens que são demandados é produzida pelo trabalho, sendo que esses bens podem ser multiplicados não apenas num país, mas em vários, quase ilimitadamente, se estivermos dispostos a dedicar-lhes o trabalho necessário para obtê-los. Para essas mercadorias, Ricardo adotou a teoria do valor do trabalho.



Exemplificando

Uma obra de arte chega a ser vendida por milhões de dólares. Uma das obras de arte mais cara de história é a tela *Salvator Mundi*, de Leonardo da Vinci, que foi vendida por mais de US\$ 450 milhões, em 2017 (FRANCE PRESSE, 2017).

Porém, diferente de Smith, Ricardo aplicou sua teoria para uma economia desenvolvida, já que, sem capital, nenhum bem poderia ser produzido. Assim, o valor de troca de uma mercadoria depende de todo o tempo de trabalho necessário para produzi-la, ou seja, esse tempo de trabalho inclui não apenas o esforço empreendido na fabricação da própria mercadoria, mas também o trabalho incluído na matéria-prima e nos equipamentos utilizados no processo de produção dela (BRUE, 2013), processo que é conhecido como teoria do valor (trabalho) incorporado. Dessa forma, deve-se concluir que Ricardo estava preocupado em mostrar que os movimentos dos preços de uma mercadoria dependem das variações dos produtos, constituídos por seus diversos custos de produção (e não apenas das flutuações dos salários) (DENIS, 1980 *apud* ARAÚJO, 1988). Portanto, o valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho (RICARDO, 1996, p. 22).

Em 1817, Ricardo procurou explicar, também, os motivos pelos quais os países comercializam entre si por meio da teoria básica do comércio internacional, o chamado **Princípio (ou teoria) das Vantagens Comparativas**. De acordo com esta teoria, como afirma Vasconcellos (2011), cada país deve se especializar na produção do bem em que é relativamente mais eficiente (ou que o custo de oportunidade seja menor) e exportá-la. Por outro lado, esse mesmo país deve importar as mercadorias cuja produção implica um custo de oportunidade maior ou que ele seja relativamente menos eficiente, sendo que essa especialização dos países na produção de bens distintos deve ser a base do processo de troca entre as nações.

É importante observar que a teoria das vantagens comparativas de Ricardo é uma evolução de outra teoria, a das vantagens absolutas, de Adam Smith. Você a conhece? A teoria das vantagens absolutas mostra a condição em que um produto pode ser ofertado a custos menores do que dos seus concorrentes. Portanto, para Smith, o país deve se especializar na produção do bem para o qual ele tem o menor custo (exportando o seu excedente), e importar (comprar de outros países) bens cujo custo é maior para produzir (o que traria, na análise de Smith, vantagens aos dois países, havendo um estímulo ao comércio internacional).

Como dito, David Ricardo aprimorou tal teoria, ao estender a possibilidade de ganhos de comércio para países que não possuem vantagens absolutas em relação a outros, pois, para ele, não era o princípio da vantagem absoluta que determinava a direção e a possibilidade de se beneficiar do comércio, mas a vantagem comparativa. Assim, vamos entender a teoria das vantagens comparativas de Ricardo?

Ricardo baseou sua explicação da lei dos custos comparativos no número de unidades (ou horas) de trabalho (custo de produção) necessário para produzir uma quantidade específica de tecido e vinho nos dois países, conforme a Tabela 3.1. Para ficar mais fácil a compreensão, vamos imaginar que existam somente dois países, Inglaterra e Portugal; dois produtos, vinho e tecido; e um fator de produção, que é a mão de obra (medida pela quantidade de horas necessárias para produzir determinada quantidade de uma mercadoria).

Tabela 3.1 | Teoria das vantagens comparativas

País/Produto	Tecido (número de horas para produção)	Vinho (número de horas para produção)
Inglaterra	100	120
Portugal	90	80

Fonte: adaptada de Vasconcellos (2011, p. 367).

Analisando a Tabela 3.1, podemos ver que Portugal é mais eficiente na produção (gasta um número menor de horas para produzir) tanto de tecido quanto de vinho, se compararmos com a Inglaterra, pois o custo que os portugueses têm em produzir os bens é mais baixo do que os ingleses (ou seja, Portugal tem vantagem absoluta na produção de tecido e vinho, o que, na teoria de Adam Smith, inviabilizaria o comércio entre os dois países). Dessa forma, a análise deveria ser feita com base nas vantagens comparativas. Nesse ponto, você deve estar se perguntando: mas, de que forma isso é feito?

Sem o comércio internacional, na Inglaterra seriam necessárias 100 horas de trabalho para a produção de uma unidade de tecido e 120 horas para a produção de uma unidade de vinho. Desse modo, uma unidade de vinho deve custar 1,2 unidade de tecido (120/100). Por outro lado, em Portugal, essa unidade de vinho custará 0,89 unidade de tecido (80/90). Se houver comércio entre os países, a Inglaterra poderá importar uma unidade de vinho por um preço inferior a 1,2 unidade de tecido (poderá importar por 0,89), e Portugal poderá comprar mais que 0,89 unidade de tecido vendendo seu vinho (VASCONCELLOS, 2011).

Assim, por exemplo, se a relação de troca entre o vinho e o tecido for de um para um, ambos os países sairão beneficiados. A Inglaterra, produzindo autonomamente, gastaria 120 horas de trabalho para obter uma unidade de vinho; no entanto, com o comércio com Portugal, a Inglaterra poderá utilizar apenas 100 horas de trabalho produzindo uma unidade de tecido e trocá-la por uma unidade de vinho, poupando, portanto, 20 horas de trabalho, que poderiam ser utilizadas produzindo mais tecidos (obtendo, assim, maior nível de consumo). O mesmo raciocínio vale para Portugal: em vez de gastar 90 horas produzindo uma unidade de tecido, esse país poderia usar apenas 80 horas de trabalho produzindo uma unidade de vinho e trocá-la no mercado internacional (com a Inglaterra) por uma unidade de tecido, também economizando 10 horas de trabalho (VASCONCELLOS, 2011).

O que podemos concluir disso tudo? Com base nesta teoria, Portugal tem vantagem relativa na produção de vinhos e a Inglaterra na produção de tecidos. Assim, os dois países irão se beneficiar ao se especializarem na produção do bem que tenha vantagem comparativa, exportando-o e importando o outro bem.

Com isso, pela teoria de Ricardo, pode-se dizer que países que adotam o livre comércio devem optar pela produção de bens que acarretam mais benefícios a ele (como no Brasil, por exemplo, que tem vantagens relativas relacionadas aos bens agrícolas devido às condições climáticas e disponibilidades de terra e água).



Refleta

Além das características climáticas, que outras variáveis poderiam estar relacionadas com o alcance das vantagens comparativas dos países, pensadas por Ricardo? Reflita sobre o assunto.

No longo prazo, segundo Brue (2013), a economia clássica atendeu a sociedade inteira em função de que suas teorias geravam o acúmulo de capital, o crescimento econômico e estimulavam a indústria, o comércio e o lucro. Além disso, os empresários que antes não tinham status, ganharam destaque na economia a partir dos clássicos.



Pesquise mais

Para conhecer mais sobre David Ricardo e seus dogmas, leia o artigo intitulado *Notas sobre a economia ricardiana*, de Tadeu Silvestre da Silva. SILVA, Tadeu Silvestre da. *Notas sobre a economia ricardiana*. **Pensamento & Realidade**, ano VI, n. 13, p. 15-42, 2003.

Sem medo de errar

Olá, aluno! Conseguiu entender as ideias de David Ricardo? Esperamos que sim, pois os temas tratados irão te ajudar na elaboração do artigo dos estudantes Anselmo e Martha, que resolveram escrever artigos para serem apresentados em um congresso.

Para o primeiro texto, eles lembraram que a economia brasileira dependia muito do agronegócio, já que sete dos dez principais produtos da nossa pauta de exportação são produtos primários. Assim, resolveram fazer o trabalho sobre a participação expressiva do agronegócio na pauta de exportação brasileira com base na visão de David Ricardo sobre o comércio internacional. A partir do que foi exposto, como Anselmo e Martha podem explicar, com base na teoria de Ricardo sobre o comércio internacional, a concentração das exportações brasileiras em produtos do agronegócio?

Para ajudá-los na elaboração do artigo, eles precisam se recordar da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, em que o autor defendeu que cada economia deve se especializar na produção de bens que possua maiores vantagens comparativas (menor custo de oportunidade) em relação a outro de um país qualquer.

Essas vantagens comparativas determinam um padrão de produção, fazendo com que o comércio seja impulsionado pela diferença de

produtividade da mão de obra entre os diversos países, o que maximiza a produção a aumenta a eficiência desses produtos tornando-os competitivos. Desta forma, os países acabam exportando bens produzidos de maneira eficiente e competitiva, e importando bens que seriam produzidos, internamente, de maneira menos eficiente.

Assim, quando Martha e Anselmo olham a pauta de exportação brasileira, percebem que ela depende muito dos produtos oriundos do agronegócio, já que o país apresenta uma vocação natural para a produção agropecuária, pois temos terras e água disponíveis, clima favorável e expertise nesse tipo de produto, o que reduz o custo de produção e gera uma vantagem comparativa. Diante dessas características, de acordo com a teoria de Ricardo, o Brasil deveria se especializar na produção dos produtos agropecuários e comprar (importar) outros tipos de bens.

Faça valer a pena

1. Imagine a seguinte situação de comércio internacional: existem dois países, A e B, que produzem apenas dois tipos de produtos, peças para avião e peças para carros. O país A tem um custo de 100 para produzir peça para avião e de 150 para peças de carros. Já no país B, o custo para peças de avião é de 130 e para peças de carros 160. Com base na teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, cada país deverá produzir e exportar apenas um produto.

Com base na teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, marque a alternativa correta:

- a) O país A deve se especializar na produção de peças para avião e o país B na produção de peças para carros.
- b) O país A deve se especializar na produção de peças para carros e o país B na produção de peças para avião.
- c) Os países A e B devem se especializar na produção tanto de peças para carros quanto em peças para avião.
- d) Os países A e B devem se especializar na produção apenas de peças para avião, pois são mais caros no mercado internacional.
- e) Nada se pode afirmar, a especialização depende da demanda internacional por cada produto.

2. Renda da terra é uma categoria da Economia Política referente ao pagamento, por parte dos capitalistas, aos senhores de terra, pelo direito de uso da terra na produção de grãos. O conjunto de formulações dos economistas de Adam Smith a Marx, passando por David Ricardo, é conhecido como teoria de renda. Com relação à teoria

da renda da terra de Ricardo, leia as assertivas a seguir:

I. A renda da terra aparece pelos usos extensivo e intensivo da terra.

II. Na análise extensiva, as terras são divididas em tipos, de acordo com a produtividade delas.

III. Na análise extensiva, as terras de melhor qualidade e mais próximas do mercado consumidor geram renda da terra maior.

IV. Na análise extensiva, a renda da terra advém da lei dos rendimentos marginais decrescentes.

Estão corretas:

- a) Apenas as assertivas I, II e III.
- b) Apenas as assertivas I e II.
- c) Apenas as assertivas I e III.
- d) Apenas as assertivas II, III e IV.
- e) Apenas as assertivas I, II e IV.

3. Casmurro é dono de uma pequena fábrica de biscoitos localizada no interior do estado do Paraná. Ele tem três funcionários que são responsáveis por toda a produção e dois fornos para assar todos os biscoitos. Como a demanda está aumentando muito, Casmurro resolveu contratar mais um funcionário para aumentar a oferta do produto em, pelo menos, 30%.

Com base na lei dos rendimentos marginais decrescentes, o que vai acontecer com a produção de uma empresa se ela contratar mais e mais funcionários, sem ampliar a quantidade de fornos?

- a) Com novos funcionários contratados, a produção será sempre ampliada em, pelo menos, 30%.
- b) Com novos funcionários contratados, a produção sempre reduzirá.
- c) Com novos funcionários, a produção crescerá, inicialmente, e decrescerá depois.
- d) Com novos funcionários, a produção reduzirá, inicialmente, e aumentará depois.
- e) Com novos funcionários, a produção não será alterada.

A crítica da economia política de Karl Marx

Diálogo aberto

Olá, aluno. Após conhecermos as ideias de David Ricardo, é hora de mudarmos o foco. Por isso, discutiremos, nesta aula, a crítica da economia política de Karl Marx. Você sabia que o pensamento marxiano surgiu a partir das críticas feitas por Karl Marx ao sistema econômico capitalista e à Escola Clássica (apesar dele ter utilizado e reformulado algumas das ideias clássicas)?

É importante observar que Marx realizou uma crítica ao capitalismo, a qual foi bem fundamentada. Assim, pedimos que você guarde suas ideias preconcebidas sobre o socialismo marxista, tanto se é a favor quanto se é contra, e procure compreender cada um dos seus dogmas, sempre lembrando que estamos tratando do contexto histórico da Revolução Russa.

Para que nossas discussões sejam possíveis, teremos novamente a ajuda dos estudantes de iniciação científica, Martha e Anselmo, que, apesar de terem linhas distintas de pensamento econômico, resolveram escrever dois artigos para serem apresentados em um congresso de Economia Política, no próximo ano. Na primeira reunião feita para definir o tema que estudariam no primeiro artigo, Anselmo propôs que fossem trabalhadas as ideias de David Ricardo, mais exatamente a teoria das vantagens comparativas e a pauta de exportação brasileira. Depois disso, resolveram marcar uma segunda reunião para discutirem o próximo artigo, e Martha quer convencer Anselmo a escreverem algo sobre a presença das ideias marxistas na economia. Tendo em vista essa temática, Martha disse ter visto na televisão que, em um país europeu, os operários (classe trabalhadora) de uma fábrica haviam feito uma manifestação contra as condições de trabalho oferecidas pelos patrões. A partir disso, ela achou que seria interessante escrever o segundo artigo sobre a luta de classes proposta por Marx, de modo que eles terão de responder os seguintes questionamentos: como a luta de classes é importante na visão marxista? Essa polaridade (trabalhadores versus empregadores) é recente ou já acontece há muito tempo?

Para ajudar nos argumentos de Martha, discutiremos a crítica da economia política de Karl Marx, tratando de temas como: as crises periódicas inerentes ao capitalismo, a lei do movimento do capitalismo, a ascensão do pensamento socialista e o manifesto comunista de 1848. Vamos às nossas discussões?

Ótimo estudo!

A Revolução Industrial, que teve origem na Inglaterra no século XVIII, alterou a estrutura econômica, política e social da época. A estabilidade que os artesãos dos vilarejos agrícolas tinham acabou com o surgimento das fábricas. Com isto, muitas pessoas substituíram a atividade agrícola pela atividade industrial e foram morar ao lado das fábricas. Essa mudança, e consequentemente o aumento de oferta de mão de obra nas áreas urbanas, fez com que surgissem comunidades carentes ao redor das indústrias, já que mais gente estava disposta a trabalhar do que o número de vagas que eram geradas nas indústrias, fazendo com que os salários trabalhadores baixassem, e pobreza fosse gerada.

Como a pobreza, a violência, o vício e a fome só aumentavam, e, apesar de existirem sindicatos, ilegais, os direitos para os assalariados não existiam (BRUE, 2013). Por outro lado, os industriais ficavam cada vez mais ricos, e a ideia clássica da mínima intervenção do Estado na economia prevalecia. Este era o cenário histórico, e, dados os problemas, você já percebeu a necessidade de uma reforma econômica.

Com o desenvolvimento da segunda Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX, a situação social piorou ainda mais. Novas tecnologias foram criadas, trazendo condições para um novo impulso no desenvolvimento do capitalismo industrial, principalmente, após a ampliação dos achados da física, quando novos inventos foram possíveis, tais como as construções de motores, telégrafos, entre outros.

Os gastos com bens de consumo populares fizeram com que se intensificassem os investimentos em bens de capital, sacrificando ainda mais os trabalhadores (ou seja, os empresários investiam cada vez mais em máquinas, o que fazia o número de empregos diminuir, já que elas “tomavam o lugar dos trabalhadores”). As relações tradicionais foram sendo substituídas por relações de mercado, e o trabalho tornava-se cada vez mais especializado. E, qual era o objetivo dessa especialização? O objetivo era que cada trabalhador, incluindo mulheres e crianças (isto mesmo, o trabalho infantil não era proibido como é hoje) produzissem cada vez mais. Para você ter uma ideia da situação, os industriais contratavam pessoas para supervisionar o trabalho, de forma a manter uma rígida disciplina, que faria aumentar cada vez mais a produtividade.

Diante desse contexto, até o início do século XIX, surgem inúmeras revoltas de trabalhadores contra o sistema das fábricas. Mas essas revoltas foram sendo minadas, já que trabalhadores precisavam sobreviver e os industriais as contornavam por meio do emprego da força. Você deve estar

curioso para saber se nada foi feito, correto? Então, para tentar “amenizar” as revoltas contra as condições de trabalho, o governo inglês interviu nas relações sociais e revisou as leis trabalhistas que existiam.

Muitos membros da sociedade não acreditavam que as novas leis conteriam o quadro social de extrema desigualdade econômica criado pelo capitalismo industrial. Inclusive, alguns pensadores imaginavam outro tipo de sociedade com novas regras e princípios, tanto que, historicamente, a Revolução Francesa (1789) trouxe o pensamento de que os populares poderiam tomar o poder e eliminar as injustiças sociais.



Assimile

Os primeiros movimentos socialistas surgiram na França, no século XIX, oriundos das péssimas condições de vida da população em contraste com o estilo de vida dos nobres franceses.

Assim, os primeiros movimentos socialistas nascem na França no início do século XIX, oriundos das precárias condições de vida em que a maioria da população vivia e com as quais algumas pessoas não concordavam. As péssimas condições de vida eram fruto das condições de trabalho, que compreendiam uma jornada de 14 a 16 horas por dia e trabalho infantil e de mulheres, enquanto que, por outro lado, os nobres franceses aproveitavam suas vidas de luxo arcadas pelos impostos pagos pelo povo.

Diante desse cenário, alguns intelectuais imaginavam um processo transformador, em que os donos dos poderes políticos e econômicos fossem sensibilizados quanto às necessidades de oferecer condições de vida melhores aos trabalhadores. Neste sentido, Gracchus Babeuf (1760-1797) defendia o socialismo como modelo social, e a maioria dos socialistas pregavam que a transição para o novo modelo poderia ser feita pacificamente. Dessa forma, o próprio capitalismo estava criando elementos que teriam força para destruir a ele mesmo, conforme veremos mais a seguir.

Porém, foi a partir da metade do século XIX que surgiu a concepção do socialismo como algo que poderia ser alcançado por meio da revolução social, e não por reformas nas leis e empreendimentos experimentais. Em outras palavras, não existia um consenso entre os próprios socialistas do tipo de sociedade ideal, apesar de todos os tipos de socialismo terem uma base comum.

“A base comum das múltiplas variantes do Socialismo pode ser identificada na transformação substancial do ordenamento

jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca, numa organização social na qual: a) o direito de propriedade seja fortemente limitado; b) os principais recursos econômicos estejam sob o controle das classes trabalhadoras; c) a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade social (e não somente jurídica ou política), através da intervenção dos poderes públicos. (BOBBIO, 1998, p. 196-1197)

Nesse sentido, é primordial conhecermos alguns tipos de socialismo. Vamos lá?

O **socialismo utópico**, o conjunto de pensamentos de Henri Comte de Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen, foi criado no início do século XVII, época em que os trabalhadores industriais eram fracos e desorganizados, desmoralizados pelas rápidas mudanças da Revolução Industrial, desprovidos de privilégios e não cientes do seu poder (BRUE, 2013).

Os socialistas utópicos consideravam a economia de mercado competitiva, injusta e irracional, segundo a qual as organizações deveriam ser perfeitas; além disso, os capitalistas deveriam cooperar com o novo modelo, até mesmo via financiamento de projetos. Vamos conhecer um pouco das ideias principais dos socialistas utópicos?

Robert Owen (1771-1858) acreditava que deveriam ser criados empreendimentos industriais experimentais para comprovar a superioridade do novo modelo voltado para as relações de trabalho humanas. Através desses empreendimentos os trabalhadores seriam estimulados a aumentar a produtividade e, em troca, seriam bem tratados. Você acredita que a fábrica de Owen tenha dado certo? Não deu, ela só funcionou com uma rígida disciplina de trabalho, o que não era o objetivo inicial.

Já Henri de Saint-Simon (1760-1825) era conservador e um dos socialistas utópicos pioneiros. Ele acreditava que o governo deveria intervir diretamente na produção e distribuição de riquezas, a propriedade privada deveria ser utilizada para o interesse das massas e não ser abolida, e que as grandes fábricas deveriam atender o interesse público e não o privado. Em outras palavras, as empresas privadas não são um mal, mas precisam exercer sua responsabilidade social.

Charles Fourier (1772-1837) também defendeu a reforma do capitalismo, já que o considerava um sistema irracional, uma vez que poucas pessoas realizavam o trabalho útil. Então, Fourier idealizou uma comunidade organizada de forma descentralizada, destinada à produção e composta por menos de dois mil trabalhadores, que se ocupariam com aquilo para o que

tivessem vocação. Como não havia investidores para financiar este projeto, essas comunidades nunca saíram do papel.

Outro tipo de socialismo é o **anarquismo**, para o qual não é possível dar uma definição totalmente precisa, já que ela evoluiu muito nas últimas décadas. Apesar disso, o anarquismo se manifesta como algo realizado e elaborado. Para os anarquistas, a sociedade existe de forma independente e antagônica ao poder exercido pelo Estado, que pode ser considerado dispensável e até mesmo nocivo para ela. A forma de pensar anarquista considera que a sociedade tinha ordem, mas que esta era proveniente de grupos de governo autônomo por meio do esforço voluntário ou aliado. A essência das pessoas era boa, mas era o Estado e as instituições que a corrompiam. Assim, a propriedade privada deveria ser substituída pela posse coletiva de capital pelos grupos cooperativos. A sociedade anarquista é caracterizada pela compreensão mútua, cooperação e liberdade total, com a iniciativa individual encorajada.

Outro tipo de socialismo era o **socialismo de Estado**, que envolve a posse do governo e a operação de todos os setores (ou de setores específicos) da economia com o objetivo principal de atingir mais objetivos sociais gerais do que lucro. Podemos dizer que a antiga União Soviética adotou esse tipo de socialismo (BRUE, 2013).

Já o **socialismo cristão** foi desenvolvido na Inglaterra e na Alemanha, após 1848, com Charles Kingsles. Com o fracasso dos movimentos radicais nestes países, era, segundo Brue (2013), a religião o consolo dos trabalhadores, que a procuravam com a finalidade de terem o sofrimento amenizado e de encontrarem alguma esperança. No socialismo cristão, a Bíblia era o manual do líder do governo, do empregado e do trabalhador; a ordem de Deus era o amor e o companheirismo mútuo, em que a propriedade privada dos ricos era administrada em benefício de todos.

E finalmente, mas não menos importante, muito pelo contrário, chegamos ao **socialismo marxista**, também chamado de científico, que se baseia na teoria valor-trabalho a ser discutida na próxima seção. Para falarmos desse tipo de socialismo, vamos conhecer seu maior expoente, sobre quem certamente você já ouviu falar: Karl Marx.

Como você viu anteriormente, parte dos socialistas utópicos criticavam o capitalismo, os males causados por ele e defendiam uma reforma drástica. Karl Heinrich Marx (1818-1883) não concordava com esta abordagem, e procurou demonstrar que o próprio sistema capitalista tinha contradições internas que garantiriam o seu fim. Nesse sentido, a revolução socialista, para Marx, seria inevitável nos países capitalistas desenvolvidos, e, em parceria com Friedrich Engels (1820-1895), defendia que os trabalhadores deveriam

se unir para antecipar o fim do capitalismo.

Certamente você deve estar pensando, “mas, quem era Karl Marx?”

Marx nasceu na Prússia, em uma família relativamente abastada; seu pai foi jurista, de origem judaica e convertido ao cristianismo. Aos 17 anos, ingressou no curso de Direito na Universidade de Bonn, e no ano seguinte, foi enviado pelo pai à Universidade de Berlim, tida como uma instituição mais séria, onde permaneceu por quatro anos. Aos 23 anos de idade recebeu o grau de doutor em Filosofia.

Marx acabou tornando-se jornalista em Paris, onde estudou o socialismo francês e a economia política inglesa. Na França conheceu Friedrich Engels, tornaram-se amigos e parceiros, e, juntos, escreveram **O Manifesto Comunista**. Em 1867, publicou o volume um da sua obra mais conhecida, *O Capital*. Os outros dois volumes foram publicados após a sua morte por Engels. Mas, do que se trata *O Manifesto Comunista*?

O Manifesto Comunista foi escrito por Karl Marx e Friedrich Engels em 1847 e publicado no ano seguinte. A primeira frase do documento é “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 1999[1848], p. 7), ou seja, para eles, o capitalismo é composto por lutas de classes. Para comprovar essa tese, eles observaram que desde o início da história, verifica-se uma completa divisão da sociedade em classes distintas (como os patrícios, cavaleiros, plebeus e escravos na Roma Antiga, e os senhores, vassalos, mestres, companheiros e servos na Idade Média).

Marx e Engels observaram que a sociedade burguesa moderna surgiu às ruínas da sociedade feudal, e que, apesar de não ter herdado a divisão de classe feudal, novas classes surgiram, novas condições de opressão e novas lutas de classes. Essas novas classes a que Marx e Engels se referiam eram: de um lado os trabalhadores, que chamaram de proletariado, e de outro, os burgueses, que foram chamados de donos do capital (ou capitalistas).



Exemplificando

Bruna é assistente administrativo de uma empresa do ramo de produtos de higiene e limpeza, que pertence a Paulo. Na visão de Marx e Engels, Bruna faz parte do proletariado, já que trabalha na empresa, enquanto Paulo é burguês, pois é o dono do capital.

Se Marx e Engels afirmavam que as classes que surgiram com o fim do feudalismo eram novas, como elas surgiram? O modo de funcionamento

feudal não dava conta da procura que crescia com novos mercados (descoberta, por exemplo, da América). Nesse mesmo período, surgiu o vapor e a maquinaria que revolucionaram a produção industrial (Revolução Industrial). Assim, no lugar da manufatura entrou a grande indústria moderna, trazendo consigo os industriais, os burgueses modernos.

Portanto, o mercado mundial proporcionou ao comércio, à navegação e às comunicações por terra, um desenvolvimento imensurável. Este, por sua vez, reagiu sobre a extensão da indústria, e, na mesma medida em que a indústria, o comércio, a navegação e os caminhos-de-ferro se estenderam, desenvolveu-se a burguesia, multiplicaram os seus capitais e empurrou-se todas as classes transmitidas da Idade Média para segundo plano.

Diante desse contexto histórico, “vemos, pois, como a burguesia moderna é ela própria o produto de um longo curso de desenvolvimento, de uma série de revolucionamentos no modo de produção e de intercâmbio” (MARX; ENGELS, 1998[1848], p. 10). Cada um desses estágios de desenvolvimento da burguesia foi acompanhado de um correspondente progresso político.



Refleta

Após nossas discussões sobre o socialismo marxista, e principalmente as críticas feitas por Karl Marx ao sistema capitalista, podemos afirmar que atualmente a situação econômica e social é diferente do que na época de Marx?

E, com o progresso político, o capitalismo passou, e ainda passa, por crises econômicas. Vamos compreender as crises periódicas inerentes ao capitalismo?

As primeiras grandes crises capitalistas tiveram início no século XIX com o surgimento da indústria mecânica. Certamente você deve estar instigado com esta afirmação, mas há uma explicação. Segundo Marx, as crises capitalistas têm origem na superprodução, ou seja, como os capitalistas querem aumentar ainda mais seus lucros, as mercadorias são produzidas em quantidade maior do que o necessário. Portanto, o que não é vendido fica estocado. A “solução” capitalista é reduzir a produção e demitir operários, e, em muitos casos, muitas empresas vão à falência, aumentando ainda mais o desemprego, a pobreza, e tantos outros problemas sociais. Com menos produtos vendidos, o comércio sofre também, o crédito fica difícil, os preços das ações e de outros títulos caem, gerando uma crise econômica mundial, como a Grande Depressão de 1929, que estudaremos em outra aula.

Assim, as crises do sistema capitalista são originadas no próprio capitalismo, sendo esta uma contradição: de um lado temos os capitalistas que detêm os meios de produção e, de outro, temos os trabalhadores que são os produtores diretos das mercadorias, mas são privados dos meios de produção, possuindo apenas sua força de trabalho. Esse antagonismo gera uma ruptura que se manifesta nas crises de superprodução capitalistas, ou seja, de um lado temos o excesso de meios de produção, de mercadorias e de capital, e de outro lado a abundância de força de trabalho, as massas desempregadas e privadas dos meios básicos de subsistência. Assim, segundo os socialistas marxistas, enquanto o capitalismo existir, as crises de superprodução ocorrerão.

Como você sabe, o sistema capitalista é marcado pela competição e busca pelo lucro, e para que isso seja possível, os capitalistas exigem que seus trabalhadores produzam muito a salários mais baixos possíveis. Essa relação entre alta produtividade (crescimento dos meios de produção) e baixos salários faz com que, segundo o pensamento de Marx, ocorram crises econômicas.

Por enquanto, é importante entender que, de acordo com Marx, o Estado, que poderia intervir nesse mercado para reduzir esse problema, fica inerte. Por isso, na visão marxista, a classe trabalhadora deve derrubar o Estado burguês, trazendo a ascensão do proletariado ao poder, o que faria o livre-mercado e o objetivo do lucro a qualquer preço deixarem de ser as principais forças da economia. Ou seja, nessa visão, o mecanismo de deposição das antigas sociedades é o conflito de classes (BRUE, 2013).

Na próxima seção, veremos a lei do valor-trabalho, no qual detalharemos mais essa crise inerente ao capitalismo, pregada por Marx.

Sem medo de errar

Você conseguiu compreender a crítica de Karl Marx ao sistema capitalista e, principalmente, a luta de classes? Esperamos que sim, pois os temas tratados nessa aula irão ajudar Martha a convencer Anselmo a escreverem o artigo sobre a luta de classes na visão marxista.

Para isto, Martha deve lembrar que, para Marx, a luta de classes é a chave das mudanças sociais, e reflete as diferenças materiais que se instauram no meio social do sistema capitalista. Como prova disso, *O Manifesto Comunista* escrito por Marx e Engels é aberto com a seguinte frase “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 1999[1848], p. 7).

Nos seus argumentos para convencer Anselmo a escrever o artigo sobre a teoria marxista, Martha deve dizer também que Marx procurou observar na história da humanidade as formas como ocorreram as diferentes mudanças sociais nas sociedades antigas (antes do capitalismo), desde as comunidades caçadoras, até as relações feudais entre os senhores proprietários de terras e os servos que se submetiam ao seu comando, o que o levou à conclusão de que a luta de classes era algo tão antiga quanto a própria humanidade.

Marx também observou que os conflitos sociais estavam relacionados à condição econômica dessas sociedades, acreditando que, assim como os comerciantes que ascenderam durante o período feudal para derrubar o poder da nobreza, a classe proletária também poderia mudar as organizações sociais do mundo capitalista, fazendo com que a revolução do proletariado fosse algo inevitável. Assim, Marx enfatizou que a luta de classes aconteceria entre os trabalhadores, que eles chamaram de proletariado, e os burgueses, que foram chamados de donos do capital (ou capitalistas). Devido à exploração do trabalhador, às péssimas condições de trabalho e à crise inerente ao capitalismo, as revoltas dos trabalhadores aconteceriam de forma natural, levando o capitalismo ao seu fim (contrapondo-se à ideia de alguns intelectuais da época que defendiam que donos dos poderes políticos e econômicos seriam sensibilizados quanto às necessidades de oferecer condições de vida melhores aos trabalhadores, o que minimizaria a possibilidade de revoltas sociais).

Faça valer a pena

1. Após diversas revoltas dos trabalhadores contra o sistema fabril, o governo interviu nas relações sociais e alterou as poucas leis que existiam quanto ao trabalho. Apesar disto, muitos intelectuais não acreditavam nas novas regras e não concordavam com o modo de vida que os trabalhadores tinham. Por este motivo, propunham a criação de uma nova sociedade com novos princípios e regras.

Quando e onde apareceram os primeiros pensamentos que diziam que o proletariado poderia tomar o poder e eliminar as injustiças sociais?

- a) Esses pensamentos surgiram na Espanha, na época das Grandes Navegações.
- b) Esses pensamentos surgiram na França, após a Revolução Francesa.
- c) Esses pensamentos surgiram na Inglaterra, após a primeira Revolução Industrial.
- d) Esses pensamentos surgiram na Inglaterra do século XIX.
- e) Esses pensamentos surgiram em Portugal, na época das Grandes Navegações.

2. A ideia de que o socialismo deveria ser algo a ser alcançado por meio da revolução social, e não por reformas, teve origem a partir da metade do século XIX. O socia-

lismo, no entanto, pode ser dividido em diversas vertentes diferentes.
Com base nos tipos de socialismo, associe a primeira com a segunda coluna:

Coluna A

- I. Socialismo de Estado.
- II. Socialismo utópico.
- III. Socialismo Cristão.

Coluna B

- A. Considerava a economia de mercado competitiva, injusta e irracional, segundo a qual as organizações deveriam ser perfeitas; além disso, havia uma visão ilusória de que os capitalistas deveriam cooperar com o socialismo que defendiam.
- B. O objetivo principal desse tipo de socialismo era que os setores da economia deveriam atingir mais objetivos sociais gerais do que lucro.
- C. A religião proporcionava consolo e esperança aos trabalhadores.

Assinale a alternativa que associa corretamente as colunas A e B:

- a) I-A; II-B; III-C.
- b) I-B; II-A; III-C.
- c) I-C; II-A; III-B.
- d) I-C; II-B; III-A.
- e) I-A; II-C; III-B.

3. Karl Marx procurou expor a lei do movimento da economia capitalista, não traçando um esboço do socialismo, e sim analisando as forças variáveis de produção da sociedade. Em relação à lei do movimento do capitalismo, leia as assertivas a seguir:

- I. As crises capitalistas têm origem na superprodução.
- II. A falta de mão de obra para as indústrias levaria o capitalismo ao seu fim.
- III. Os trabalhadores deveriam se unir, por meio de uma luta de classes contra os capitalistas, para antecipar o fim do capitalismo.
- IV. O trabalhador recebia salário compatível com o desempenho das suas funções.

Quais assertivas estão corretas?

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

O pensamento Marxista

Diálogo aberto

Olá, aluno! Você já deve ter ouvido algumas pessoas falarem que ganham pouco e que são exploradas pelos empresários, correto? Karl Marx já compactuava com esta ideia, dizendo que o capitalista alcança lucro a partir da exploração do proletariado. Com base em tal premissa, o objetivo principal desta seção será compreender a crítica feita por Marx ao modo de produção capitalista.

Para que nossas discussões sejam possíveis e nosso objetivo seja alcançado, teremos novamente a ajuda dos estudantes de iniciação científica, Martha e Anselmo, que, apesar de terem linhas distintas de pensamento econômico, resolveram continuar escrevendo o segundo artigo para apresentarem em um congresso de Economia Política, no próximo ano. No início da construção desse trabalho, os amigos já chegaram a um acordo e discorreram sobre a luta de classes defendida por Marx. Porém, Anselmo é um defensor do liberalismo econômico, e afirma que as empresas devem competir entre si livremente (ou seja, sem a intervenção do Estado) e, como visam seus interesses particulares (ou seja, o lucro), elas sempre precisam sair na frente das concorrentes, investindo em tecnologia para aumentarem as suas produtividades. Martha, diferentemente, é uma defensora das ideias de Marx, que prega que o investimento em tecnologia levará o sistema capitalista ao colapso. A partir dessa discussão, os estudantes resolvem abordar este tema no artigo, porém Martha precisa mostrar, na visão marxista, como se dá esse colapso do capitalismo. Quais argumentos ela precisará usar para explicar essa crise inerente ao capitalismo, defendida por Marx?

Para ajudar nessa solução, precisamos compreender a famosa e polêmica teoria da mais-valia e precisamos estudar a lei do valor-trabalho de Karl Marx, sobre a qual já discutimos, mas por meio da visão da Escola Clássica. Abordaremos, também, a lei férrea dos salários e, claro, se estamos entendendo a crítica de Marx ao capitalismo, precisamos conhecer como ele define salário, lucro e preço.

Após nossas discussões, você será capaz de discernir o que são lendas, ou seja, temas irrealis criados ao longo dos anos, e o que, de fato, Karl Marx criticava no sistema capitalista. Portanto, você vai ver que, apesar de serem teorias construídas há bastante tempo, são ainda hoje válidas e estão presentes na discussão da economia contemporânea.

Vamos aos estudos?

Olá, aluno! Agora, começaremos a estudar uma das mais importantes teorias criadas por Marx, que foi o ponto de partida para a crítica ao sistema capitalista. Você já ouviu falar dessa lei, mas por outra ótica (pela Escola Clássica): a **lei do valor-trabalho** (em que Marx procura explicar o valor das mercadorias em um sistema capitalista).

Para iniciarmos nossas discussões sobre a lei do valor-trabalho, é preciso conhecer o significado de mercadoria, que é algo produzido para a obtenção do lucro e que satisfaz as necessidades das pessoas, como, por exemplo, um pão ou uma máquina, mercadorias que as pessoas adquirem e que satisfazem as suas necessidades, seja de forma direta e para a subsistência (como o pão), ou de forma indireta, como a máquina que é utilizada como um meio de produção (já que ela ajuda a produzir outras mercadorias).

Essas mercadorias têm valor, sendo que ele pode ser de uso (que é a essência para toda a riqueza), ou de troca, que chamaremos apenas de “valor”. Mas, o que determina o valor das mercadorias? Para Marx, o valor está relacionado ao trabalho dedicado à sua produção, ou seja, o valor das coisas depende do fator de produção trabalho. Para melhor compreensão dessa teoria, é preciso entender as duas variáveis que estão presentes na sua análise (trabalho e valor), e a relação entre elas.

Assim, a primeira coisa que precisa ficar clara na sua cabeça é que preço e valor são conceitos diferentes, pois, o primeiro pode ser entendido como o que se paga por uma mercadoria, enquanto o segundo se refere à representação, em dinheiro, do que se está levando. Quando o preço é igual ao valor, temos uma situação de equilíbrio, pois, nesse caso, a pessoa estará pagando exatamente a quantia equivalente à mercadoria em questão.

Para ficar mais fácil, imagine a seguinte situação: um amigo lhe pergunta se uma mercadoria (que você não sabe qual é) que custa R\$ 2,00 é barata ou cara. O que você responde? Provavelmente você falará que dois reais é um preço barato. Mas, agora, te perguntamos: tem certeza? Como você não sabe a qual mercadoria seu amigo está se referindo, se você considera dois reais barato, está pensando somente no preço. Então, ao compararmos caro com barato estamos comparando preço com valor.

Ficou complicado? Então vamos lá! Em outras palavras, uma pessoa considera barata uma mercadoria cujo preço seja menor do que o valor que essa mesma pessoa atribui ao produto. Por outro lado, se a mercadoria for considerada cara, significa que o valor atribuído a ela é menor do que o seu preço de venda. A situação ideal, de equilíbrio, é quando essa mesma pessoa considera o preço justo (valor e preço são iguais).



Assimile

Preço e valor não são sinônimos. Enquanto preço é a quantidade de dinheiro que as pessoas pagam por uma mercadoria, valor é a quantidade de dinheiro que consideramos representar o que estamos comprando. Assim, preço é o que se paga e valor é o que se leva.

A partir dessa introdução, Marx entendeu que o trabalho humano é a única forma de conferir valor ao produto ou serviço, ou seja, o valor de uma mercadoria é representado pela quantidade de trabalho empregada para produzi-la. Assim, Marx, na obra *O Capital*, definiu que o valor é a quantidade de trabalho socialmente necessário para a fabricação de uma mercadoria, considerando as condições normais de produção, a competência média e a intensidade do trabalho no tempo. Mas, o que seria esse trabalho socialmente necessário?

A expressão diz respeito a uma média de tempo dedicada pelos muitos trabalhadores envolvidos na elaboração de um determinado produto, não se referindo, portanto, ao trabalho individual, mas ao coletivo (daí vem o termo “social”). Em outras palavras, é uma média de tempo dedicada pelos trabalhadores para elaborar um bem ou serviço, sendo isso socialmente aceitável em função de ser o conjunto de trabalhadores e não apenas um. Além disso, o trabalho socialmente necessário compreende o trabalho direto na produção da mercadoria, o trabalho embutido no equipamento e na matéria-prima utilizados durante o processo de produção e o valor transferido à mercadoria durante o processo.

Essa ideia de Marx sobre o trabalho e sua relação com o valor não é algo novo para você, pois já falamos dela pela ótica de Adam Smith e David Ricardo, para os quais (assim como para Marx), o único elemento criador de valor seria, de fato, o trabalho. Portanto, Marx não começa do zero sua teoria, porém faz uma crítica à economia política clássica, conforme veremos na sequência.



Exemplificando

Suponha que o tempo de trabalho médio contido em um casaco seja de 10 horas. De acordo com Marx, o trabalho socialmente necessário determina o valor do casaco. Nesse contexto, se um trabalhador não for tão produtivo, ele pode precisar, por exemplo, de 20 horas para produzir o casaco, enquanto outro trabalhador pode produzi-lo em 5 horas. Nesses casos, não importa quantas horas, individualmente, cada trabalhador

precise para fazer um casaco, pois, o tempo médio de produção de todos os trabalhadores (ou seja, o trabalho socialmente necessário) que produzem casaco nessa sociedade foi calculado em 10 horas.

Marx defende que o trabalho é uma condição eterna do homem e que pode ser de dois tipos. O primeiro é o trabalho concreto, aquele executado pelo trabalhador para benefício próprio, não sendo, portanto, explorado pelo capitalista. Por exemplo, uma pessoa que faz faxina na própria casa ou corta a grama no quintal da própria residência está executando um trabalho sem remuneração, que beneficia apenas a ela.

O segundo tipo (que será o foco da nossa análise) é o trabalho abstrato, representado pelo consumo da energia humana, física e intelectual, no qual o trabalhador é explorado pelo capitalista, proporcionando lucro para ele (diferente do que ocorre com o trabalho concreto, em que o trabalhador produz para ele mesmo). Ou seja, o trabalho abstrato é aquele em que o funcionário produz uma mercadoria em uma empresa (para o patrão), sem se beneficiar do produto do próprio trabalho.

É esse trabalho abstrato que Marx, em sua teoria, critica. A lei do valor (expressão, aliás, que não tem aceitação unânime) trata de equiparar mercadorias de diferentes categorias a uma referência comum, que é o trabalho (igual) humano abstrato.



Pesquise mais

Para aprofundar seus conhecimentos sobre trabalho para Marx, sugerimos a leitura do texto *A concepção de trabalho na filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas*, do autor Renato Almeida de Oliveira.

OLIVEIRA, Renato Almeida de. A concepção de trabalho na filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas. *Kínesis*, v. 2, n. 3, p. 72-88, abril 2010.

Mas, de que forma Marx liga os conceitos de valor e de trabalho? Na teoria do valor-trabalho, Marx trata de igualdade entre mercadorias expressas em valores de troca, reflexo da igualdade dos trabalhos que a produzem. Assim, o valor de um produto é medido em unidades simples de trabalho médio, ou seja, a lei do valor-trabalho equipara mercadorias distintas por meio de uma referência comum: o trabalho abstrato.

Seguindo os estudos de Marx, vamos a um exemplo tradicional: as equações de troca em relação ao valor entre duas mercadorias, que são o

linho e o casaco, supondo que os trabalhos empregados nas produções de 20 metros de linho e de um casaco sejam os mesmos.

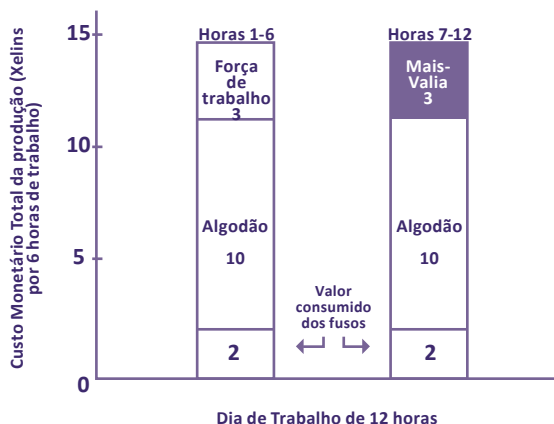
20 metros de linho = 1 casaco ou 20 metros de linho valem 1 casaco

Por meio da expressão apresentada, podemos chegar a outros conceitos expressos por Marx, que são o valor de uso e o valor de troca. O primeiro refere-se à própria mercadoria e transporta-se para a ideia de utilidade (esta utilidade não determina o valor da mercadoria). Já o valor de troca é o responsável pela determinação do valor.

A partir disso, Marx se perguntou: se todas as mercadorias são vendidas por seus respectivos valores de troca, como o capitalista obtém lucro? De acordo com Marx, o lucro é oriundo da força e do tempo de trabalho que o capitalista explora (do proletariado). Para entender um pouco melhor, pense na mão de obra como uma mercadoria, que, nesse caso, é adquirida pelo empresário. Mas, se ela é uma mercadoria que está sendo adquirida, o trabalho possui um preço, certo? Sim, e esse preço é determinado pelo trabalho socialmente necessário para a produção de bens e a fim de suprir as necessidades básicas do trabalhador. Mas como isso funciona na prática? Os empregadores, que são os detentores das máquinas e equipamentos de uma empresa, contratam funcionários, ou seja, compram o trabalho deles, e, em contrapartida, pagam salários por esse trabalho (é a mesma ideia da compra e venda de uma mercadoria qualquer, como um pão). Para o funcionário aceitar trabalhar em determinada empresa, o salário precisa ser suficiente para que ele adquira mercadorias para sua sobrevivência e a de sua família.

Agora, vamos supor que, trabalhando cinco horas por dia, o funcionário produza mercadorias suficientes para pagar o seu salário de sobrevivência (lembre-se de que o valor de uma mercadoria corresponde ao trabalho que foi empregado nessa produção), dessa forma, se o empregador contrata o funcionário para trabalhar nove horas (em lugar de cinco), por exemplo, ele continua pagando o mesmo salário de sobrevivência a esse trabalhador, se apropriando de todo o valor da mercadoria (a mais) que o trabalhador produziu nas últimas quatro horas de trabalho naquele dia. Ou seja, o dilema do capitalismo (ou, como o capitalista obtém lucro) é solucionado com o aumento de horas de trabalho do funcionário para um número além daquele que seria necessário para pagar o salário de sobrevivência dele. Por meio da Figura 3.1, temos um exemplo numérico dessa exploração do trabalhador explicada por Marx, em sua teoria da mais-valia.

Figura 3.1 | Teoria da mais-valia



Fonte: Brue (2013, p. 180).

De acordo com a Figura 3.1, a cada seis horas de trabalho (primeira coluna), o capitalista tem um custo de 12 xelins com matéria-prima (2 xelins gastos com fusos e 10 xelins gastos com algodão). Além disso, nas primeiras seis horas de trabalho, o funcionário consegue produzir mercadorias suficientes para pagar o seu salário de sobrevivência (que, na Figura 3.1, é de 3 xelins). Ou seja, se o funcionário trabalhasse “apenas” seis horas, o capitalista não teria lucro (pois teria produzido mercadorias no valor de 15 xelins, mas teria gasto os mesmos 15 xelins com matéria-prima (12) e salário (3)).

Por isso, de acordo com a Figura 3.1, o empregador contrata o funcionário para trabalhar por 12 horas (e não por seis horas), sendo que, nas últimas seis horas de trabalho (última coluna), ele tem mais 12 xelins de custo com matéria-prima, de modo que os outros 3 xelins gerados pelo trabalho do funcionário, nesse período, são apropriados pelo capitalista como lucro (ou, mais-valia), pois ele já tinha conseguido pagar o salário de sobrevivência do trabalhador, com o valor da mercadoria que o funcionário produziu nas primeiras seis horas de trabalho.



Assimile

A teoria da mais-valia é um dos conceitos mais importantes da teoria política de Karl Marx, sendo a base para sua crítica ao modo de produção capitalista, já que consiste na exploração do trabalhador e na obtenção do lucro pelo capitalista.



Pesquise mais

Para ter outra visão sobre a teoria da mais valia, leia o artigo *Valor, essência e aparência e o conceito da mais-valia extraordinária*, de Rogério Antonio Lagoeiro de Magalhães.

MAGALHÃES, R. A. L. de. Valor, essência e aparência e o conceito da mais-valia extraordinária. **EconomiA**, Niterói, v. 5, n. 1, p. 67-97, 2004.

Para aumentar essa mais-valia, o capitalista utiliza diferentes formas de “organização científica do trabalho”, como o taylorismo, forma na qual o trabalho é cronometrado e em que, caso o operário ultrapasse a meta de produção, recebe um prêmio; caso contrário, tem uma redução salarial, o que dificultaria a sua sobrevivência e a de sua família, tendo que trabalhar mais horas; e o fordismo, que detém as bases do princípio máximo de intensidade de trabalho. Esses sistemas foram utilizados durante as revoluções industriais, na qual as pessoas executavam as mesmas tarefas com o objetivo de aumentar a produção.

Portanto, um trabalhador eficiente gera aumento na quantidade de mais-valia, pois produzirá uma quantidade maior do que o trabalho socialmente necessário. Mas, como melhorar a produtividade do trabalhador? Uma das maneiras é aumentar os investimentos em máquinas e equipamentos, já que novas tecnologias fazem com que a mão de obra se torne mais produtiva. Assim, menos trabalhadores são necessários para produzir cada vez mais.

No entanto, sob essas circunstâncias, menos pessoas estarão empregadas, e, portanto, mais trabalhadores estarão oferecendo seus trabalhos no mercado, certo? Consequência disso é a redução do salário (pela lei básica da economia, quanto maior for a oferta de um bem (nesse caso, o trabalho), menor será o preço dele). Esse aumento de trabalhadores sem emprego e à procura de trabalho, Marx denominou de exército de reserva.



Exemplificando

Se a demanda por celulares de última geração for de 10 mil unidades por semana, e a oferta pelo produto for de 8 mil unidades por semana, o preço sobe, já que teremos mais pessoas querendo comprar celulares do que empresas vendendo. Por outro lado, se a demanda for de 8 mil unidades e a oferta de 10 mil unidades, o preço baixará. A mesma situação ocorre com os salários, no sistema capitalista.

Com isso, esse modo de produção capitalista entra em crise porque o trabalho, que nesse momento está menor, é a única fonte de geração da

mais-valia do empresário. Assim, o empresário consegue produzir mais, já que aumentou a produtividade da empresa com o investimento que fez em tecnologia, mas há uma quantidade menor de pessoas que está trabalhando (aumento do exército industrial de reserva de mão de obra), o que diminui a quantidade de pessoas que recebe salário para poder adquirir essa produção crescente. Aqui, temos um colapso do modo de produção capitalista, com as empresas conseguindo ter superproduções, mas com pouca gente trabalhando (e, para piorar o quadro, aquelas que trabalham recebem salários baixos). A pobreza e a miséria se proliferam e a luta de classes aparece como a única alternativa para que os proletários consigam sobreviver, fazendo emergir o socialismo marxista, onde o proletariado tomaria posse dos meios de produção, deixando-os nas mãos do Estado, que ficaria responsável por representar os direitos da coletividade. Assim, na visão de Marx, os países participantes de um sistema capitalista mundial instável se tornariam enfraquecidos e se afastariam do capitalismo.



Pesquise mais

Para aprofundar seus conhecimentos sobre a lei férrea dos salários, leia o artigo *A teoria marxiana do pauperismo e o debate com o reformismo social-democrata*, do autor Rodrigo Castelo Branco.

BRANCO, R. C. A teoria marxiana do pauperismo e o debate com o reformismo social-democrata. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS*, 5., 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: Cemarx, 2007.



Refleta

Após nossas discussões sobre o socialismo marxista, e principalmente as críticas feitas por Karl Marx ao sistema capitalista, podemos afirmar que, atualmente, a situação econômica e social é diferente daquela apresentada na época de Marx? Convidamos você a refletir sobre as mudanças (ou não) do modo de produção capitalista e do trabalhador.

A crítica de Marx à economia política que prevalecia até então influenciou diversos movimentos em vários países, que culminaram, por exemplo, na Revolução Russa, na Revolução Cubana e na Revolução Chinesa. Com esse entendimento, finalizamos essa aula e nos preparamos para novas correntes do pensamento econômico que ainda nos serão apresentadas. Por isso, continue firme nessa jornada e bons estudos!

Olá, aluno! Conseguiu compreender as teorias de Karl Marx? Esperamos que sim, pois os temas tratados ajudarão Martha a mostrar, na visão marxista, como se dá o colapso do capitalismo, assunto que será escrito no segundo artigo que ela e Anselmo farão para um congresso sobre economia política.

Martha deve dizer a Anselmo que, para Marx, o trabalho é a única fonte de criação de valor, e que, na sociedade capitalista, os funcionários são explorados pelos patrões, ou seja, eles produzem mercadorias num montante maior do que aquele suficiente para arcar com seus salários de subsistência, sendo essa mais-valia do trabalho apropriada pelos capitalistas em forma de lucro.

Para Marx, as crises econômicas são resultado da busca excessiva pelo lucro e do baixo salário, ou seja, da exploração do proletariado pela burguesia. Assim, para que haja aumento do lucro e da produtividade, os capitalistas investem em máquinas e equipamentos, gerando expansão produtiva. Porém, é preciso vender esses bens produzidos, o que é dificultado quando não há mercado consumidor suficiente, já que com o aumento da produtividade advindo das máquinas implementadas no processo de produção, menos trabalhadores são necessários. O aumento do desemprego piora as condições do proletariado, que pode se unir para reverter essa situação através de uma luta de classes, a qual terminaria com o capitalismo.

Faça valer a pena

1. Leia o trecho a seguir:

“A crise do sistema financeiro atual que o diga. A relação direta entre trabalho e salário encobre o fato de que esse trabalho deve entrar no sistema como mercadoria e que somente é produtivo de valor sob o comando do capital, na medida em que produz mais valor. (MARX, 2016, p. 101)

De acordo com a teoria marxista, o modo de produção capitalista entra em crise porque, sob certas circunstâncias:

- A mais-valia do capitalista é muito alta, pelo excesso de contratação de funcionários que são explorados por ele.
- O preço das mercadorias aumenta muito, o que dificulta os trabalhadores as adquirirem.

- c) Há a demissão de muitos trabalhadores, sendo que o trabalho é o único fator de produção capaz de gerar mais-valia.
- d) As trocas entre os países deixam de trazer vantagens comparativas para eles.
- e) As trocas entre os países deixam de trazer vantagens absolutas para eles.

2. A teoria do valor-trabalho criada por Marx procura explicar que as mercadorias são expressas em valores de troca e são reflexo da igualdade do trabalho necessário para produzi-las. Assim, o valor de um produto é medido por meio da variável “trabalho médio”. Com base na teoria valor-trabalho, leia atentamente as assertivas a seguir:

I. Os valores das mercadorias são igualados pela variável “trabalho socialmente necessário”.

II. Marx diferenciou os valores em valor de uso e valor de troca.

III. O salário é oriundo da especialização da mão de obra.

Analise as assertivas apresentadas e marque a alternativa correta:

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- d) Somente a assertiva I está correta.
- e) Somente a assertiva III está correta.

3. Marx criticou o capitalismo em diversos aspectos, entre eles a relação entre proletariado e burguesia, dando ênfase ao operário e a seu valor social.

Em relação à variável “salário”, leia as assertivas a seguir:

I. De acordo com Marx, os capitalistas pagam salários aos trabalhadores como uma contrapartida pelo trabalho cedido pelos empregados aos empregadores.

II. Marx diz que o salário é reduzido quando há aumento na oferta de mão de obra.

III. Marx diz que o capitalista obtém lucro por meio do salário pago ao trabalhador.

IV. Marx diz que os salários pagos pelos capitalistas aos empregados são mais altos do que o salário socialmente necessário, o que leva o modo de produção capitalista a uma crise.

Analise as assertivas apresentadas e marque a alternativa correta:

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
- c) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) Somente as assertivas I e III estão corretas.

Referências

ARAÚJO, C. R. V. **História do pensamento econômico**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1988.

BOBBIO, N. *et al.* **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
BRUE, S. L. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Cengage, 2013.

FRANCE PRESSE. As 10 obras de arte mais caras da história após recorde de Leonardo da Vinci. **G1**, [S.l.], 16 nov. 2017. Pop & Arte. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/as-10-obras-de-arte-mais-caras-da-historia-apos-recorde-de-leonardo-da-vinci.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2018.

GLOBAL JR. Os produtos mais exportados pelo Brasil em 2017. **Global JR** - negócios internacionais, Porto Alegre, 9 mar. 2018. Disponível em: <https://globaljr.espm.br/os-produtos-liderese-mais-exportados-pelo-brasil/>. Acesso em: 11 dez. 2018. Acesso em: 11 dez. 2018.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. **História do Pensamento Econômico**: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LOUREIRO, M. R. G. Resenha bibliográfica da teoria marxista do valor. **Rev. Adm. Empres.**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 98, dez. 1981. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901981000400014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 nov. 2018.

MARX, K. **O capital**: Livro 1 - O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 2016. v. 1 e 2. 938 p.

MARX, K.; ENGELS, F. (1848). **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. (1848). **O Manifesto Comunista**. [S.l.: s.n.], 1999.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2011.

Unidade 4

Economia política contemporânea

Convite ao estudo

Caro estudante, você já deve estar acostumado com a palavra crise, de tanto ouvir falar de crise política, crise na economia, crise internacional, etc. Certamente, você, assim como muitas outras pessoas, também não se agrada das possíveis consequências que a crise pode nos trazer: queda na produção, redução das vendas e desemprego. Tão importante quanto conhecer os efeitos da crise em nosso dia a dia é saber como solucioná-la.

Além de descrever o modo de funcionamento da economia capitalista e entender suas características e regularidades, a Economia Política Contemporânea busca, a partir disso, construir um arcabouço de medidas e proposições destinadas ou a corrigir as falhas do capitalismo, ou a potencializar as suas virtudes – ou ambos. Ela está, por conseguinte, mais próxima dos problemas econômicos cotidianos e pretende explicar, por exemplo, o nível de emprego e renda em um dado período, as diferenças estruturais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e o tipo e o grau de intervenção do Estado na economia e seus efeitos.

Pense no contexto econômico global do final da década de 2000 para frente. Você já parou para pensar por qual motivo a economia mundial entrou em crise no final de 2008? E o Brasil? Por que entramos em crise a partir de 2015? Qual o tamanho dessa crise? Quem são os responsáveis? É possível revertê-la? Estamos fadados ao desemprego? Podemos sonhar com uma sociedade que combine melhorias de renda e bem-estar social?

As diversas correntes de pensamento que abordaremos nesta unidade pretendem, à sua maneira, direcionar as políticas econômicas realizadas pelos diversos Estados Nacionais em função das questões realçadas acima. Foi exatamente em um contexto de crise econômica sem precedentes que o pensamento keynesiano emergiu. Como trataremos na Seção 4.1, John Maynard Keynes revolucionou a forma de pensar economia ao descrever o capitalismo enquanto um sistema econômico instável que não caminhava, necessariamente, para o pleno emprego. Defendia, por conseguinte, a intervenção estatal destinada não apenas a amenizar as contradições do capitalismo, mas também a potencializar suas virtudes.

Por meio da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o estruturalismo latino-americano realçou as contradições econômicas da ordem internacional – como veremos na Seção 4.2. Criticando a divisão internacional do trabalho, que relegava à periferia a produção de bens primários, Raul Prebisch consolidou uma teoria do desenvolvimento associando industrialização e soberania nacional. Para Celso Furtado, o subdesenvolvimento era o resultado dos vínculos de dependência econômica e da mimetização do modo de vida estrangeiro realizada pelas elites aculturadas.

Impulsionado pela crise do Estado de Bem-Estar observada nos anos de 1970, o pensamento neoliberal resgatou as ideias de economistas de meados do século XX, como Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, para alertar a sociedade não apenas quanto aos supostos impactos deletérios da intervenção estatal sobre a economia – inflação e estagnação –, mas também quanto ao perigo do aumento do papel do Estado sobre as liberdades individuais – como analisaremos na Seção 4.3. Milton Friedman, um dos principais expoentes desse pensamento no final do século XX, realizou um conjunto de estudos e proposições visando à restrição da participação do setor público na economia.

Quais dessas escolas de pensamento têm as melhores proposições para superar uma crise econômica? Quais delas têm as melhores ideias para a nossa sociedade? Quais nos ajudarão a desenvolver um projeto de desenvolvimento compatível com as nossas necessidades? Para facilitar nosso entendimento sobre as diferentes interpretações e proposições dessas correntes de pensamento econômico, vamos conhecer a história do casal Regina e Marcos.

A vida de Regina e Marcos não anda fácil nos últimos tempos. Durante vinte anos, Regina construiu uma vida matrimonial estável com Marcos, seu marido. Ao longo desse período, conseguiram construir uma casinha de dois cômodos no fundo da casa de seu Bento, pai de Marcos, na Vila Maria, zona norte de São Paulo. Decoraram e mobiliaram a casa, viram o bairro crescer e planejaram o nascimento de Ricardo, seu filho. Esforçaram-se para dar boas condições de vida a Ricardo, colocando-o em escolas particulares e incentivando-o a ler e apreciar diversas manifestações artísticas, como música e pintura.

Mas apesar de estável, eles nunca tiveram facilidades! Servidora pública de nível médio, Regina abdicou da formação superior e de cuidados próprios para dar boas condições de vida a Ricardo. Funcionária do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ela atende diretamente a população mais carente da cidade, frequentemente em situação de rua e com elevado grau de vulnerabilidade. Já Marcos é operário em tempo integral da indústria

nacional de calçados *Brasiltênis*, ganhando o suficiente para pagar as contas de casa e fazer as compras mensais de mercado.

Nos últimos tempos, a incerteza impera em seus locais de trabalho. Os projetos de reformas econômicas anunciados pelo novo governo podem afetar a estabilidade no emprego e suas condições de trabalho. Indecisos sobre o que fazer e não sabendo direito o que pode acontecer, Regina e Marcos estão ansiosos e impacientes, o que resulta em recorrentes discussões em casa.

Ao longo da Unidade 4, você desenvolverá o raciocínio crítico necessário para compreender em que medida as propostas e sugestões destinadas a solucionar os problemas de Regina e Marcos estão subordinadas às visões de mundo e modelos teóricos das escolas supracitadas.

Bons estudos!

A Escola Keynesiana

Diálogo aberto

Olá, aluno! Chegamos à última unidade de estudos do nosso material de “Economia Política” e espero que você tenha assimilado os conceitos que lhe foram passados até aqui. Nesta última unidade, você irá estudar as correntes de pensamento econômico mais recentes, o que irá facilitar o seu entendimento geral sobre elas. Vamos lá?

A partir de 1999, o Estado brasileiro passou a adotar um modelo econômico chamado de tripé macroeconômico, que tinha três características: câmbio flutuante, superávit fiscal (primário) e metas de inflação. Nele, a taxa de câmbio seria cotada pelo “livre mercado”, segundo a demanda e oferta por dólar realizada no mercado cambial; as receitas do governo deveriam superar suas despesas correntes para que o Estado pudesse pagar os juros da crescente dívida pública; e a meta de inflação teria como objetivo estabilizar o nível de preços por meio da manipulação da taxa de juros, uma vez que ela permite controlar a quantidade de dinheiro que circula na economia e, portanto, o nível de demanda.

Em 2015, a economia brasileira, além de sofrer uma forte retração no PIB, deixou de cumprir a meta de inflação para aquele ano. A partir de 2016, mesmo sob o contexto de crise econômica e supondo que a inflação era resultado do excesso de demanda, o **governo diminuiu os gastos públicos (ajuste fiscal)** e passou a adotar políticas monetárias mais rígidas, enxugando o dinheiro em circulação.

Inserido nesse contexto de ajuste fiscal, temos o casal Regina e Marcos. Lembra-se dele? Ela é servidora pública e ele operário de tempo integral em uma indústria nacional de calçados. Regina tem 58, é agente de proteção social de nível médio e trabalha atendendo a população carente, em situação de rua e com elevado grau de vulnerabilidade no Centro Referência de Assistência Social (CRAS) de São Paulo. O CRAS é um órgão que oferece um conjunto de direitos e proteção a famílias e indivíduos que estão próximos ou abaixo da linha da pobreza em São Paulo. Apesar de municipal, parte do orçamento destinado ao CRAS vem do Fundo Nacional de Assistência Social, o FNAS. Tais recursos federais podem ser usados para arcar com despesas como: combustível, material de expediente, material gráfico, material de construção para reparos em imóveis, material para telecomunicação e informática, material de higiene pessoal para atendimento à população em situação de rua, entre outros (FNAS, 2014). Nos últimos dias,

o governo federal anunciou que vai adotar uma política econômica austera relacionada a cortes orçamentários (diminuição de gasto público) e combate à inflação. Regina tem se preocupado com as medidas anunciadas pela nova equipe econômica, acreditando que podem afetar negativamente a situação social do país e a qualidade dos serviços públicos. Precavida, Regina vem conversando com seu esposo, Marcos, sobre as prováveis novas condições de trabalho que terá. De acordo com o modelo keynesiano, quais os possíveis impactos sobre o serviço prestado por Regina no CRAS?

Não pode faltar

Olá, aluno! Você sabia que em 24 de outubro de 1929 um grande pânico tomou conta da Bolsa de Valores de Nova York? O preço das ações das empresas, que por muito tempo tinha se elevado, começou a despencar vertiginosamente. Milhares de acionistas e investidores, que até então encontravam-se enriquecidos pela escalonada ascendente de seus ativos financeiros, viram seus capitais evaporarem em questão de algumas horas.

Ao longo das semanas seguintes, o pavor transformou-se em falência generalizada. O endividamento das empresas, as restrições do crédito bancário e a contração dos investimentos tiveram sérios impactos sobre a complexa cadeia de compras e vendas que dinamiza a economia capitalista. Sem demanda, diversas empresas ficaram sem vender. Sem a realização das vendas, os estoques de produtos cresceram substancialmente, reduzindo os seus preços, ou seja, gerando deflação (que é uma queda persistente e generalizada dos preços). Com as máquinas paralisadas pelo excesso de estoque, não fazia sentido, para as empresas, manter os trabalhadores no plantel de funcionários, culminando em demissão em massa e desemprego.



Refleta

Essas condições econômicas desfavoráveis trazidas pela Crise de 1929 te fazem lembrar dos argumentos marxistas, vistos em seções anteriores, que diziam que a crise era um elemento inerente ao próprio capitalismo? Reflita sobre o assunto!

Em pouco tempo, a crise tornou-se mundial. A restrição do comércio internacional e as medidas protecionistas realizadas pelos Estados Unidos diminuíram drasticamente a demanda internacional e restringiram os fluxos de capitais dinamizadores da economia internacional. A taxa de desemprego no Reino Unido, por exemplo, saltou de 8% para 30% entre 1929 e o final de 1930. Na Alemanha, ela atingiu 48% em 1934. O PIB mundial retraiu, entre

1929 e 1932, aproximadamente 15% (HOBSBAWN, 1995).

Diferentemente de outras crises passageiras, as duas principais características da crise de 1929 foram a sua intensidade e duração. Diversamente do que alegara o então presidente dos Estados Unidos, Herbert Hoover (um liberal convicto que, mesmo durante a crise, continuou defendendo a autorregulação do mercado, sem a necessidade da intervenção estatal), a prosperidade não estava “logo ali, depois da esquina” (BATISTA JR, 2003). Entre 1930 e 1934, a economia norte-americana incorreu em sucessivas retrações da produção, acumulando, ao longo desse período, uma queda de mais de 26,43% do PIB, enquanto a taxa de desemprego alcançou os 25% em 1933 (CAMPAGNA, 1987). A crise não só relutava em passar, como aprofundava ao longo dos anos. Ela só foi superada após a eleição de Franklin Delano Roosevelt ao comando máximo do poder estadunidense e a realização de um conjunto de reformas e medidas governamentais intervencionistas sobre a economia – o New Deal. E foi somente no início da Segunda Guerra Mundial (1939) que a produção dos Estados Unidos superou o nível observado em 1929 (CAMPAGNA, 1987).



Assimile

O New Deal foi um ousado programa de reformas e ações imediatas, implementado pelo presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, de 1933 a 1937, para superar a crise de 1929. Dentre as políticas adotadas, destacaram-se investimentos maciços em infraestrutura, obras públicas e empregos públicos; a destruição da safra agrícola acumulada; a política de planejamento, estoque e financiamento da produção agrícola; a reforma e saneamento do sistema bancário; medidas para desconcentração industrial; controle de preços e salários objetivando impedir a sua queda; e a construção de uma rede de proteção social aos trabalhadores, como salário-mínimo, décimo-terceiro e seguro desemprego (COUTINHO, 1975).

A crise de 1929 foi o contexto histórico que propiciou a ascensão intelectual de John Maynard Keynes ao centro do debate econômico desse período, trazendo uma nova corrente de pensamento econômico: o keynesianismo. Keynes foi um dos intelectuais mais brilhantes de Cambridge. Filho de professores universitários, J.M. Keynes se destacou trabalhando no tesouro britânico – mais exatamente no Ministério dos Negócios da Índia – e como investidor na Bolsa de Valores de Londres. Com sólida base intelectual e filosófica, Keynes consolidou seus estudos econômicos apoiado na batuta intelectual de Alfred Marshall – grande expoente do

pensamento neoclássico. Ao longo da década de 1920, Keynes vai, paulatinamente, se distanciando das concepções rígidas desse pensamento e consolidando uma proposição mais original sobre o modo de funcionamento da economia capitalista. Nesse momento, o autor passa a enfatizar o papel do dinheiro nos movimentos cíclicos, de expansão e retração, da economia. Mas foi somente após a intensidade e a duração da crise de 1929 – no decorrer da década de 1930 – que suas proposições se consolidaram (PEREIRA; ALMEIDA, 2010). A crise mundial parecia desaproveitar os postulados teóricos do pensamento neoclássico. Mas afinal, o que diziam os neoclássicos, além de reafirmar os postulados da economia clássica?

Imagine que você tem uma empresa e que é livre para produzir, dada a sua capacidade produtiva, o volume de bens que deseje e para contratar a quantidade de trabalhadores que necessite – no valor proporcional à sua capacidade de criar riqueza. Quantas mercadorias você produziria? Segundo a teoria neoclássica, se todos os preços puderem flutuar segundo as condições de livre mercado e os capitalistas e trabalhadores fossem pagos segundo a sua produtividade, todo produto ofertado geraria uma demanda proporcional à renda criada pelo processo produtivo. A oferta de bens geraria, como resultado de sua produção, uma remuneração aos donos do capital e aos trabalhadores de valor equivalente ao preço desses bens e que seria utilizada para a sua compra. Simplificando, tudo o que fosse ofertado (produzido) de bens e serviços seria automaticamente demandado (adquirido). Logo, segundo esse princípio, conhecido como *Lei de Say*, a quantidade a ser produzida seria a máxima possível, haja vista o estoque de máquinas existente e o total de trabalhadores que quisessem trabalhar pelo “salário de mercado”. Existiria, por conseguinte, a tendência do capitalismo, deixado ao livre jogo das forças de mercado, de alcançar o pleno emprego. Todos os meios de produção e todos os trabalhadores estariam empregados e o sistema operaria em sua capacidade máxima. Nesses termos, o dinheiro seria apenas um lubrificante, um facilitador das trocas. Seria inconcebível o desemprego involuntário. As únicas formas de desemprego existentes seriam o desemprego voluntário e o friccional (MIGLIOLI, 1985).



Assimile

Desemprego involuntário: é aquele em que o trabalhador procura qualquer tipo de emprego, independentemente do nível salarial, mas não consegue encontrá-lo.

Desemprego voluntário: é aquele em que o trabalhador não aceita o emprego ofertado, seja pelo nível salarial, seja pela maior utilidade que o tempo livre lhe confere.

Desemprego friccional: é o tipo de desemprego conjuntural,

ligado a mudanças pontuais no mercado de trabalho, como o tempo de transição de um emprego para o outro, ou à realocação do capital de um setor para o outro – venda de uma empresa e realização de investimentos na criação de outras empresas com o dinheiro adquirido.

Não parecia claro, para Keynes, no decorrer da crise de 1929, que a economia capitalista tendia, pelo livre jogo das forças de mercado, ao pleno emprego. O que se observava na época era um excesso de oferta de bens que, mesmo com deflação, não criava a demanda necessária à sua realização, gerando, por consequência, desemprego. O dinheiro simplesmente não circulava. Estava claro que era necessário desenvolver uma outra teoria que superasse as lacunas das proposições neoclássicas e explicasse de forma mais precisa o sistema capitalista.

Em 1936, Keynes publicou um dos livros mais importantes da história do pensamento econômico do século XX, chamado *A teoria geral do emprego, dos juros e da moeda*, em que o autor reverteu a proposição neoclássica. Nele, o nível de emprego e renda não seria determinado pelo volume de bens ofertados pela economia. Pelo contrário, seria o nível de demanda agregada (isto é, a realização das compras pelas famílias, empresas, governo e resto do mundo), o elemento decisivo para a geração de emprego e criação de renda em uma economia. Em outras palavras, era o volume de gasto efetuado pelas famílias, empresas, governos e outros países que realizaria as vendas dos bens ofertados, ratificando o volume de produção, emprego e renda auferida pela sociedade.

O ponto crucial dessa teoria é que, segundo Keynes, as decisões de gasto dos capitalistas são muito diferentes das do restante da sociedade. Enquanto a demanda das famílias estava ligada ao *consumo* e era relativamente estável, a demanda dos capitalistas estava associada à compra de meios de produção, ou seja, à realização de *investimentos*, com o objetivo de ampliar a capacidade produtiva e elevar os lucros. Se as decisões de gasto das famílias, de modo geral, relacionavam-se ao curto prazo, os gastos dos capitalistas relacionavam-se ao longo prazo. Como nenhum capitalista constrói uma empresa do dia para a noite e acredita que ela sobreviverá apenas por um ano, a decisão de realizar novos investimentos comprando máquinas e equipamentos e construindo novas instalações depende de prognósticos sobre as possíveis receitas futuras baseadas em *expectativas* sobre o comportamento futuro da economia. Não havendo bases probabilísticas sólidas sobre como se comportará a demanda, o perfil de consumo e as relações políticas de uma sociedade no longo prazo, o futuro da economia é governado pela *incerteza*. O nível de investimento observado em um determinado período, portanto, dependerá

do *estado de confiança* dos capitalistas e de seu otimismo espontâneo – que Keynes chamou de *animal spirit* (KEYNES, 1985).

Por conseguinte, diferentemente do que postulava a teoria neoclássica, a economia capitalista não tendia, pela livre força de mercado, ao pleno emprego. Pelo contrário, ela seria apenas uma possibilidade, caso o *estado de confiança* dos capitalistas fosse positivo. O capitalismo teria, portanto, uma natureza intrinsecamente *instável* porque o grau de incerteza dos capitalistas refletiria na volubilidade e volatilidade dos investimentos – e, portanto, no nível de demanda da economia. Interessante, não é mesmo?

E a existência do dinheiro não amenizaria, mas intensificaria essa instabilidade. Primeiro porque, sendo a taxa de juros o preço do dinheiro, ela refletiria o custo sobre o capital, seja para realizar um empréstimo, seja para calcular o valor dos rendimentos esperados. O raciocínio é mais simples do que parece. Se você tivesse muito dinheiro e pudesse escolher entre criar uma nova empresa ou aplicá-lo no mercado financeiro, o que você faria? Para os capitalistas, a criação de um novo negócio só é vantajosa se o rendimento esperado sobre o capital investido for maior do que a taxa de juros existente e esperada. A incerteza sobre a taxa de juros no futuro também aprofundaria, por conseguinte, a volatilidade dos investimentos.



Refleta

Você já pensou quanto tempo dura a construção de um novo empreendimento e o tempo em que ele, depois de construído, gera um retorno que supera os custos do investimento inicial? O tempo da realização de um investimento pode variar de um ano a mais de uma década. O retorno também pode demorar anos. Pense no tempo de construção de uma usina hidrelétrica, por exemplo. O aporte de recursos é muito grande, o tempo de construção demora de 5 a 8 anos, e o retorno necessário para cobrir os custos relacionados aos investimentos iniciais é de, pelo menos, 15 anos. Sua vida útil pode chegar a 200 anos. Qual o nível de demanda por energia esperada pela usina ao longo dos anos? Qual a perspectiva de crescimento do mercado ao longo desses 15 anos? É possível prever com razoabilidade o retorno esperado desse tipo de investimento?

Mas Keynes também percebeu que a taxa de juros não é definida apenas em termos de oferta e demanda por dinheiro. Ela seria, para o autor, a recompensa que o dono do dinheiro obtém por abrir mão da posse deste mesmo dinheiro – o prêmio por abrir mão da liquidez. O dinheiro, para Keynes, não seria apenas uma unidade de medida ou um facilitador das trocas. Ele seria uma reserva de valor. Por ser o único bem com valor intrínseco – ou

seja, que não precisa de ratificação prévia do mercado – e ter uma elevada liquidez – ou seja, rápida capacidade de se transformar em qualquer outro bem –, a posse do dinheiro refletiria o próprio grau de incerteza e o estado de confiança dos agentes sobre a situação da economia. Assim, em momentos de crise, por exemplo, quando as mercadorias não conseguem ser vendidas e o capital das empresas está desvalorizando, existiria uma tendência de retenção de dinheiro pelos seus proprietários – bancos e investidores financeiros –, relacionada à própria incerteza sobre os rumos futuros da economia. Nesse momento, o prêmio por abrir mão da liquidez, a taxa de juros, se elevaria, retraindo ainda mais os investimentos (ou seja, diminuindo o gasto em máquinas, equipamentos e instalações), intensificando a própria crise. O entesouramento (ou seja, a maior demanda por dinheiro devido à incerteza econômica) não seria uma atitude insana, mas uma ação racional dos indivíduos buscando se proteger dos efeitos deletérios da crise, aprofundando-a. Quando todos procuram o dinheiro ao invés da produção e demanda, o resultado é a não circulação da mercadoria, o acúmulo de estoques invendáveis e o desemprego. O capitalismo, portanto, não era visto como um sinônimo do livre mercado, mas como uma economia monetária da produção – ou economia empresarial monetária (KEYNES, 1985).

A característica instável do capitalismo se intensificou, segundo Keynes, com a ascensão do sistema bancário e das Bolsas de Valores, desde o final do século XIX. Primeiro porque a concentração bancária e a centralização dos depósitos impulsionaram a capacidade dos bancos de criar dinheiro e definir o volume de crédito em função dos seus interesses (e não do nível de atividade econômica). Segundo, porque propiciou a ascensão do rentismo, caracterizado como o movimento especulativo cujo objetivo é a realização de lucro financeiro mediante a antecipação e manipulação do preço dos títulos e das ações nas Bolsas de Valores. Consequentemente, a cotação da taxa de juros (preço que regula a quantidade de crédito e o nível de investimento) se tornaria mais oscilante e mais distante das necessidades dos investidores ligados à produção. O espiral especulativo encurtaria o cálculo capitalista, reduziria o horizonte de conhecimento sobre o futuro e elevaria o grau de incerteza. O rentismo e o “amor ao dinheiro” a qualquer custo seriam, portanto, os aspectos mais negativos do sistema capitalista.



Assimile

Para Keynes, o nível de emprego e renda em uma economia capitalista depende da renda agregada. Em seu modelo simplificado, a renda agregada pode ser dividida entre o consumo (aquisição de bens e serviços pelas famílias) e o investimento (aquisição de instalações, máquinas e equipamentos pelas empresas). Enquanto o consumo é

um tipo de demanda relativamente estável, o investimento é volúvel e oscilante. Pela incerteza sobre o futuro, pela característica do dinheiro e da cotação da taxa de juros e pelo caráter especulativo dos rentistas, o nível de investimento seria volátil ao longo do tempo, instabilizando o nível de emprego e renda. O pleno emprego, portanto, seria apenas uma das possíveis situações da economia capitalista.

Keynes diverge, portanto, do pensamento liberal tradicional. Em sua interpretação sobre economia, a livre ação dos indivíduos na busca pela maior satisfação de seus interesses privados não geraria, necessariamente, o bem-estar social. Pelo contrário, poderia criar um sério, profundo e duradouro mal-estar. Seu objetivo, entretanto, como intelectual e investidor, não era o de superar, mas reformar o capitalismo. Keynes não questionava o sistema de propriedade privada, mas apenas seus efeitos quando deixado à livre força de mercado. Assim, ele acreditava ser possível, por meio da razão e persuasão, construir uma sociedade de classes harmônica, apoiada na produção e no emprego, distante do rentismo, por meio da ação política e do Estado (SKIDELSKY, 1999).

O Estado seria uma instituição relativamente autônoma capaz de pairar sobre os interesses de classe e guiar, por meio de critérios técnicos e racionais, a sociedade e a economia em direção ao bem comum. Suas proposições visariam amenizar a instabilidade do capitalismo, harmonizar os conflitos de classes e criar um ambiente favorável à estabilização e ampliação dos investimentos. Ao longo das décadas, o keynesianismo – visto como corrente de pensamento assentada nas construções teóricas desenvolvidas por Keynes – construiu um arcabouço de políticas econômicas com os objetivos de impulsionar o crescimento econômico e atingir o pleno emprego.

Do ponto de vista da instabilidade capitalista derivada da existência do dinheiro, o keynesianismo sugere maior ativismo e controle da quantidade de dinheiro que circula na economia, assim como a regulamentação do sistema bancário pelo Banco Central. A ideia seria direcionar o crédito e a quantidade de dinheiro em poder do público à realização das mercadorias e à ampliação dos investimentos mediante a manipulação da taxa de juros dos títulos públicos. Conhecida como política monetária, a manipulação da taxa de juros da dívida pública tem o poder de expandir ou retraindo a quantidade de dinheiro da economia. Quando o governo quer retraindo a quantidade de dinheiro, ele vende títulos públicos no mercado financeiro. O conseqüente aumento da taxa de juros elevará a atratividade desses títulos e, conseqüentemente, a sua demanda. O governo, por meio do Banco Central, entesoura esse dinheiro, reduzindo o volume disponível ao público. Quando o governo quer expandir a quantidade de dinheiro em circulação, ele compra os títulos

públicos no mercado financeiro. Ao fazer isso, a taxa de juros cai e os agentes desse mercado terão mais dinheiro para emprestar, elevando a liquidez da economia. O objetivo da política monetária seria aliviar a demanda por dinheiro ligada às incertezas, reduzir o poder dos especuladores, estabilizar a sua cotação e mantê-la em um patamar favorável aos investimentos.

Ao longo dos anos de 1930 foi ficando claro que as políticas monetárias deveriam ser acompanhadas por reformas e políticas fiscais (ou seja, aquelas feitas quando o governo altera o nível de gastos públicos e o volume de tributos). Para os keynesianos, a política tributária e distributiva não tem apenas uma função social, mas econômica. Imagine o seguinte: se você tivesse um aumento substancial de renda no valor de R\$ 3.000,00, você usaria todo esse aumento para consumir ou conseguiria poupar uma parte dessa renda? Certamente, você conseguiria poupar muito mais depois desse aumento de renda do que antes, correto? Pois bem, Keynes percebeu que a propensão a poupar dos grupos sociais mais ricos é maior em relação às classes sociais mais pobres – assim como das nações mais ricas em relação às mais pobres. E como, para Keynes, o nível de emprego e renda depende do gasto, o autor argumentou que a concentração de renda aumentaria a instabilidade do capitalismo, já que reduziria a capacidade de demanda agregada da economia. Por conseguinte, Keynes propunha a ampliação da capacidade de gasto do Estado e a distribuição de renda visando à ampliação do consumo e a estabilização do investimento. Keynes recomendava o crescimento da carga tributária para grupos sociais economicamente mais privilegiados, o que permitiria ao Estado elevar suas despesas, aumentar os salários reais e ampliar serviços públicos em educação, saúde, moradia e infraestrutura. Em momentos de crise econômica, o gasto público deveria ser estimulado, contrapondo-se à queda do gasto privado, estabilizando, via efeito multiplicador, a demanda agregada e o nível de emprego e renda – exatamente o que foi feito pelo New Deal, durante a administração de Roosevelt nos Estados Unidos (FERRARI FILHO; TERRA, 2011). Ou seja, Keynes defendia que, em momentos de crise econômica, o aumento do gasto do governo faria com que as empresas voltassem a ampliar a sua produção (para atender essa demanda), melhorando o nível de emprego do país.



Exemplificando

O efeito multiplicador é um modelo teórico desenvolvido por Richard Kahn, em 1930, e apropriado por Keynes, em sua Teoria geral. Ele sugere que o efeito do aumento do gasto, em especial do gasto público, sobre a renda nacional é proporcionalmente maior que a própria elevação desse gasto, uma vez que amplifica o consumo agregado da economia (KEYNES, 1985). Vamos pensar no que aconteceu quando Roosevelt ampliou o

gasto público através da retomada das obras públicas durante o New Deal? A elevação do gasto público mediante a retomada de obras públicas levou à compra, pelo Estado, de máquinas e equipamentos e à demanda por empregos remunerados. A compra de máquinas e equipamentos permitiu aos empresários desse setor realizar a sua produção e pagar seus funcionários, além de garantir uma margem de lucro. Tanto parte desses lucros quanto os salários pagos aos operários do setor de fábrica de máquinas e equipamentos e da construção civil foram utilizados para o consumo de um conjunto variado de bens e serviços (móveis, automóveis, eletrodomésticos, vestuário, alimentação, etc.). A renda resultante dessas compras (parte dos lucros e salários), por sua vez, também foi utilizada para consumir, sucessivamente, outros bens e serviços. O efeito multiplicador, portanto, é o ciclo expansivo de consumo derivado de um aumento do gasto – em especial do gasto público.

O Estado também deveria assumir uma parcela da responsabilidade dos investimentos da economia. A “*socialização dos investimentos*” representava a apropriação de parcela dos recursos econômicos da sociedade pelo Estado via impostos, destinada a elevar a taxa de investimento da economia, não substituindo, mas complementando o investimento privado. O keynesianismo passa a realçar os critérios de coordenação e planejamento da atividade econômica, não para eliminar, mas para potencializar as vantagens da livre iniciativa mediante a redução do horizonte de incerteza.

O objetivo do keynesianismo, portanto, seria, mediante a ação racional e harmonizadora do Estado, potencializar a acumulação de capital, levando o capitalismo ao reino da abundância – significativa riqueza material –, visto como o único meio de eliminar as carências e necessidades básicas e reduzir os privilégios dos proprietários dos meios de produção – os capitalistas. Nessa sociedade afluente, os princípios moralistas seriam superados e o amor ao dinheiro, deixando de ser o fim, tornar-se-ia apenas um meio para satisfação das liberdades e potencialidades humanas (PEREIRA; ALMEIDA, 2010).



Pesquise mais

O pensamento keynesiano é dividido em, pelo menos, três grandes vertentes: o velho keynesianismo, que busca associar as proposições de Keynes ao modelo de equilíbrio neoclássico; o novo keynesianismo, que explicita os motivos microeconômicos para o insucesso das proposições neoclássicas; e o pós-keynesianismo, que realça o papel do dinheiro, da incerteza e das expectativas na teoria de Keynes. A seguir, foram elencados alguns materiais que podem auxiliá-lo na compreensão sobre as proposições de J.M. Keynes.

- TERRA, F.; FERRARI FILHO, F. Keynes: Ensaio sobre os 80 anos da Teoria Geral. **Carta Maior**. São Paulo, 2016.
- PEREIRA, L. R.; ALMEIDA, R. B. A utopia keynesiana: princípios políticos e econômicos de John Maynard Keynes. *In: XXXVIII Encontro Nacional da ANPEC, 2010, Salvador. Anais...* Salvador: ANPEC, 2010, p. 3-17.
- FRACALANZA, P. S. As lições de Keynes. *Crítica. Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 88, dez. 2010.

O keynesianismo, portanto, é um sistema de pensamento que enfatiza a natureza instável do capitalismo e busca amenizá-la mediante a intervenção estatal. No plano teórico, o keynesianismo realça o papel da demanda agregada e da volatilidade dos investimentos como determinantes da oscilação do nível de emprego e renda nacional. No plano político, enfatiza a importância de políticas monetárias – como redução da taxa de juros e ampliação do crédito – e fiscais – como a coordenação e socialização dos investimentos, a ampliação do gasto público e a distribuição de renda – para a expansão e estabilização da economia capitalista.

Sem medo de errar

Como vimos, Regina, de 58 anos, é agente de proteção social e trabalha atendendo a população carente, em situação de rua e com elevado grau de vulnerabilidade no Centro Referência de Assistência Social (CRAS) de São Paulo – cujas atividades relacionam-se à oferta de um conjunto de direitos e proteção a famílias e indivíduos que estão próximos ou abaixo da linha da pobreza em São Paulo. A preocupação que Regina tem compartilhado com seu esposo, Marcos, é que as medidas de austeridade fiscal (relacionadas com a redução dos gastos públicos) anunciadas pela nova equipe econômica do governo federal – um dos financiadores do CRAS – irá afetar suas condições de trabalho. De acordo com o modelo keynesiano, quais os possíveis impactos sobre o serviço prestado por Regina no CRAS?

Segundo a perspectiva keynesiana, a estabilidade da economia capitalista depende fundamentalmente da intervenção pública sobre as falhas de mercado ligadas às insuficiências de demanda agregada. O keynesianismo realça a importância do gasto público e da distribuição de renda via impostos progressivos (quem tem mais, paga mais), elevação dos salários e expansão dos serviços públicos como fatores estabilizadores e propulsores da demanda agregada e, por conseguinte, da dinâmica econômica.

Se o aumento do gasto público, quando a economia estiver abaixo do nível de pleno emprego, estimula o crescimento econômico, a sua redução, quando ela está nesse nível, tem efeito reverso. A queda do gasto público, segundo o keynesianismo, irá diminuir a demanda agregada, gerando desemprego e diminuindo a renda nacional.

Os efeitos dessa medida no trabalho da Regina serão duplos. Por um lado, a redução dos gastos públicos (supondo que seja setorialmente proporcional) poderá diminuir a verba destinada ao CRAS, reduzindo o dinheiro necessário à compra de material e contratação de funcionários. Por outro lado, a queda da renda nacional e a ampliação do desemprego elevarão o número de pobres e indigentes, aumentando a demanda pelos serviços oferecidos no CRAS.

As preocupações de Regina, portanto, são factíveis, segundo o keynesianismo. Suas condições de trabalho piorarão, uma vez que a qualidade do serviço social piorará ao mesmo tempo em que ocorrerá um aumento por sua procura.

Faça valer a pena

1. John Maynard Keynes revolucionou o pensamento econômico, revertendo a forma como a economia era interpretada, distanciando-se do pensamento neoclássico que, até então, era tido como a corrente de pensamento mais influente do período.

Para o keynesianismo:

- A quantidade de bens ofertados determinará o nível de demanda dessa economia.
- O tempo de trabalho necessário à produção dos bens é que define a renda nacional.
- A renda nacional depende da quantidade de bens produzidos no setor agrícola.
- O nível de emprego e renda depende da demanda agregada realizada pelas famílias, empresas, governo e resto do mundo.
- O pleno emprego depende da flexibilidade do mercado de trabalho.

2. Na teoria da demanda agregada desenvolvida por Keynes, a intervenção estatal mediante gastos públicos e “socialização dos investimentos” tem como objetivo estabilizar e estimular os investimentos privados, vistos como instáveis.

Quais características do capitalismo permitem ao autor chegar a essa conclusão?

- O papel irrelevante do dinheiro e do mercado de trabalho.
- A incerteza sobre futuro e natureza monetária do capitalismo.
- A posição complacente dos rentistas.

- d) A plena mobilidade dos preços e salários.
- e) A previsibilidade sobre as condições futuras de mercado.

3. Dentre as políticas econômicas sugeridas pelo keynesianismo está a política monetária. Ela tem como objetivo manipular a taxa de juros da economia com o objetivo de expandir ou retrain a quantidade de dinheiro da economia.

Como esse processo é realizado?

- a) Por decreto, forçando os bancos a baixarem ou expandirem os juros.
- b) Emitindo dinheiro e injetando-o no balanço das empresas.
- c) Comprando e vendendo títulos públicos.
- d) Impondo uma paridade cambial entre a moeda nacional e a de referência mundial.
- e) Através da diminuição da tributação.

O pensamento econômico da América Latina

Diálogo aberto

Caro estudante, você já pensou sobre a posição do Brasil no mundo e suas consequências? Problemas como a pobreza, a desigualdade e o desemprego estão vinculados apenas às relações sociais internas ou com os vínculos socioeconômicos que estabelecemos com o mundo? Pense, por exemplo, no papel das multinacionais. Elas potencializam ou limitam o nosso desenvolvimento econômico? Marcas como McDonald's, Bob's, Fiat, Volkswagen, Samsung e LG estão presentes em nosso dia a dia e fazem parte do nosso cotidiano. Mas quantas marcas brasileiras de automóveis e eletroeletrônicos você conhece? Qual o impacto disso? Para entendermos a fundo essas questões, estamos conhecendo um pouco mais a vida e os dilemas do casal Regina e Marcos, pais de Ricardo e moradores do subúrbio paulistano.

Marcos tem 55 anos, é casado com Regina, tem baixa formação escolar e trabalha como operário numa indústria nacional de tênis e calçados chamada *Brasiltênis*. A *Brasiltênis* é uma indústria brasileira de médio porte que vende tênis e sapatos com design original desde 1972. Após um período glorioso, a indústria passou a sofrer uma forte concorrência de empresas transnacionais como a Nike, a partir da década 1990. Partindo de uma estrutura de custos bem menor e com uma estratégia de marketing global, as exportações de calçados e tênis da Nike, oriundas da China, deslocaram as vendas da *Brasiltênis*, fazendo-a se adaptar a um nicho de mercado muito menor. Apesar disso, ela conseguiu enxugar seus custos e readaptar-se ao novo contexto econômico. No entanto, a possibilidade de realização, pelo novo governo, de outra rodada de abertura comercial (com a eliminação de tarifas sobre as importações de calçados) vem preocupando os proprietários da *Brasiltênis*. Incertos de que aguentarão a intensificação da concorrência internacional, os empresários já estão vislumbrando um programa de redução de custos, corte de vagas e demissão coletiva. Essa incerteza, por sua vez, vem preocupando Marcos e Regina. Com idade avançada e sem uma formação acadêmica, Marcos não sabe se conseguirá outro emprego, podendo comprometer o nível de renda de sua família. De acordo com a visão cepalina, de que forma as condições de trabalho de Marcos poderiam ser impactadas por essa abertura comercial?

“PRÓSPER

- O Um estúpido, é o que eu digo! Calibã, que tenho ao meu serviço. Melhor do que ninguém sabes como te encontrei. Teus gemidos faziam uivar os lobos e comoviam os mais ferozes ursos. Era um tormento, uma danação eterna, que Sicorax já não podia aliviar. Foi por minha arte, quando cá cheguei, que se escancarou o tronco, libertando-te. [...]

CALIBÃ

- Deixa-me jantar. Esta ilha é minha, por Sicorax, minha mãe, e tu roubaste-ma. Quando para cá vieste, acarinhaste-me e prometeste-me mundos. Deste-me água com ginja, ensinaste-me o nome da grande luz e da mais pequena, que brilham de dia e de noite. Amei-te, então, e mostrei-te todas as riquezas desta ilha, fontes, salinas, terras férteis e estéreis. Maldição! Que minha mãe te lance os piores feitiços, que sapos, baratas, morcegos te cubram! Sou o teu único servo quando já fui meu próprio rei; e aqui me encarceras neste rochedo frio, enquanto me privas do resto da ilha. (SHAKESPEARE, 1623, p. 27-8)

Caro estudante, você conseguiu entender por qual motivo foi apresentada essa citação? A magnífica obra teatral de Shakespeare – *A Tempestade* – nos revela muito da relação estabelecida entre o colonizador e o colonizado, desde a expansão marítima e comercial, iniciada no século XV. Ela realça a imposição de padrões culturais, econômicos e morais feita aos povos colonizados, com o movimento de conscientização desse processo por estes povos. Veremos que o conteúdo crítico dessa citação teatral também está na origem do pensamento econômico latino-americano.

O pensamento econômico latino-americano pode ser compreendido como o movimento intelectual permanente da sociedade latino-americana por entender e encaminhar seus problemas específicos. Sua problemática apoia-se tanto na origem e nas especificidades das formações sociais latino-americanas como na sua diversidade histórica, socioeconômica, política e cultural. Os estudiosos da América Latina elaboraram teorias econômicas direcionadas ao contexto histórico-econômico específico dessa região, sendo que o pensamento desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) foi o que mais se destacou nessa linha de pensamento da Economia Política. Vamos entender as bases de construção dessas teorias econômicas?

As sociedades latino-americanas partem do mesmo ponto. Sua origem remete à expansão marítima e comercial desencadeada pelas políticas mercantilistas dos Estados Nacionais europeus. Elas nasceram com a projeção e o prolongamento da concorrência econômica e das disputas geopolíticas estabelecidas pelos impérios ocidentais. Assim, nesses países constituíram-se padrões de ocupação e regimes de trabalho inseridos nessa lógica mais geral, respondendo às demandas organizadas a partir das necessidades dos países colonizadores (e não de suas próprias). O caráter colonial das formações sociais apoiadas no latifúndio, no trabalho escravo e na produção de riquezas primárias voltadas aos interesses das metrópoles consolidou um padrão particular de sociabilidade.

As relações socioeconômicas que surgiram neste continente, por terem essas características particulares, diferenciaram-se daquelas observadas nos países europeus, quando do surgimento do capitalismo. Se naqueles países as relações feudais e a ascensão de burguesias comerciais e industriais cimentaram um regime de concorrência tradicional, na América Latina esse regime foi atravessado pelas relações do tipo colonial, base para a ascensão e consolidação de uma sociedade heterogênea, desigual e dependente (PINTO, 2012).

Observamos, ao mesmo tempo, um mosaico complexo e diversificado de modelos culturais e socioeconômicos desenvolvidos ao longo do tempo na América Latina. A intersecção entre as diversas nações indígenas, a dominação ibérica, a escravização dos povos africanos e a chegada de imigrantes de várias nacionalidades moldou distintas identidades e denominações culturais, expressas por conflitos políticos e pelas variadas estruturas sociais de poder. Entre as formas de colonialismo, coronelismo, caciquismo, modernismos, imperialismos e revoluções, entrecruzaram-se tradições, folclores, religiões, diversidades naturais e um caleidoscópio de movimentos artísticos originais. Entre sertanejos, indigenistas, mestiços, povos ribeirinhos, afrodescendentes, pescadores, camponeses, mascates, profissionais liberais, comerciantes, proprietários rurais e industrialistas, uma variedade de relações, não necessariamente integradas, se estabeleceram, aflorando formas únicas de manifestações culturais presentes na culinária, na linguagem, na literatura, na arquitetura, no comportamento, no vestuário e na música (IANNI, 2002).

Partindo da especificidade e da originalidade deste continente, o pensamento econômico latino-americano ascendeu, denunciando um hiato entre o que a América Latina é de fato e o que se diz dela. O dilema de Calibã – exposto na citação acima – expressa bem a essência da problemática desse pensamento. Uma vez que a América Latina é original, específica e diversa, as teorias e proposições para ela devem partir dessas particularidades. Essas teorias surgem explicitando as insuficiências das estruturas teóricas

e interpretativas herdadas dos países colonizadores, uma vez que foram construídas em contextos sociais e históricos alheios à realidade latino-americana, não podendo, por conseguinte, encaminhar seus problemas. Busca, assim, conhecê-la pelas suas próprias lentes, deixando de se ver pelo reflexo do espelho dos padrões morais, estéticos e intelectuais dos países centrais.



Refleta

Está mais claro o conteúdo do diálogo estabelecido entre Próspero e Calibã na obra teatral de Shakespeare? Ela realça as divergências de concepções de vida presentes nas relações entre indivíduos com diferentes construções históricas e culturais. A colonização é, nesse aspecto, peculiar, porque representa a imposição de um padrão estético, moral e cultural distante das características do “colonizado”. Ser visto sob o reflexo do espelho do colonizador significa assumir e aceitar, no caso do colonizado, a posição inferiorizada e subserviente a ele destinada.

Assim como Shakespeare, escritores latino-americanos como Carlos Fuentes (*O espelho enterrado*) e Enrique Rodó (*Ariel*) também elucidaram a problemática das construções psicossociais do colonizado ante a herança cultural do colonizador. Se o colonizador é o padrão estético, moral, intelectual e cultural, seria possível o colonizado atingir esse ideal? Será que ele não poderia construir seus próprios padrões?

Se no plano político e social figuras como Simon Bolívar, José Martí, Emiliano Zapata, Enrique Rodó, José Carlos Mariátegui, Luis Emilio Recabarren e José Ingenieros são tidas como precursoras do pensamento latino-americano, no plano econômico a corrente de pensamento estruturada na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) foi proeminente na construção de um corpo teórico original, colocando a América Latina no epicentro das análises e formulações intelectuais.

Criada em 1949 e vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), a Cepal reuniu em seu entorno um conjunto seleto de economistas com o propósito de entender a fundo os problemas das sociedades latino-americanas e encaminhar as possíveis soluções, que fomentariam o desenvolvimento econômico das nações dessa região, elevando o nível de vida de suas populações. Intelectuais como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Juan Noyola Vázquez, Regino Botti, Jorge Ahumada, José Medina Echavarría, Aníbal Pinto e Osvaldo Sunkel consolidaram um modelo teórico a partir das relações assimétricas entre os países capitalistas economicamente avançados (chamados de países centrais, ou centro) e os países subdesenvolvidos (chamados de periféricos, ou periferia).

O sistema de pensamento desenvolvido pela Cepal se assenta no insucesso dos modelos teóricos “importados” dos países centrais para o entendimento e o encaminhamento das graves questões que assolam o povo latino-americano. Os economistas cepalinos expuseram as insuficiências do pensamento liberal (herdadas do centro) para encaminhar soluções satisfatórias a esses problemas, uma vez que ele abstrai a especificidade histórica, geográfica, política, cultural e socioeconômica latino-americana. Como contraponto, o sistema de pensamento construído pela Cepal parte dos aspectos históricos e estruturais construídos ao longo das relações econômicas estabelecidas entre o centro e a periferia do capitalismo. Vamos agora conhecer a visão cepalina.

Conhecido como método histórico-estrutural, o modelo teórico apresentado pela Cepal realçou as estruturas socioeconômicas latino-americanas consolidadas ao longo do tempo, a partir da difusão das relações mercantis e capitalistas desencadeadas pelo mercantilismo (lembra-se dele?) e pela Revolução Industrial inglesa, assim como seus impactos sobre a capacidade de inovação, acumulação e distribuição de renda e sobre a soberania econômica dos países periféricos.

Nessa concepção, a força expansiva e gravitacional dos núcleos industriais originários da Europa permitiu ao capitalismo alcançar dimensões planetárias e estabelecer relações de produção entre diversas regiões e Estados Nacionais que vinham ascendendo desde o final do século XVIII. Eles estabeleceram uma divisão internacional do trabalho que, diferentemente do que pregava as concepções liberais hegemônicas, não tendia a homogeneizar as estruturas sociais e produtivas entre os países, mas a distanciá-las. Apoiada na produção de produtos industrializados realizada pelos países do centro e na produção de bens primários realizada pelos países da periferia, e com base em estruturas sociais e de poder heterogêneas, essa divisão criava um vínculo comercial permanente entre os países e perpetuava desigualdades sociais, regionais e relações de dependência (RODRIGUES, 2006).

Descrito como estrutura centro-periferia, Raúl Prebisch constatou que os países do núcleo (centro) do sistema – os industrializados – tinham maior capacidade de gerar, distribuir e se apropriar do progresso técnico em relação aos países da periferia – os produtores de bens primários. Se por um lado o progresso técnico e as inovações oriundas das atividades industriais dos países centrais ampliavam suas capacidades produtivas, seu horizonte de acumulação e sua diversificação econômica, por outro, a escassez de mão de obra fortalecia a capacidade de mobilização de seus trabalhadores, permitindo transformar os ganhos de produtividade em aumentos salariais. Já no caso dos países periféricos, a estrutura agrária ou extrativa, apoiada na superexploração do trabalho abundante (trabalho escravo ou assalariado de

baixíssimo rendimento) e na monocultura, reduzia as potencialidades de criação de progresso técnico, impedindo diversificação da riqueza nesses países, assim como a distribuição equitativa dos rendimentos entre a sociedade. Consequentemente, a lacuna produtiva e tecnológica entre os países centrais e subdesenvolvidos crescia, eliminando qualquer tendência de aproximação socioeconômica entre eles. Adicionalmente, a diversificação do consumo mediante importações realizadas por uma pequena elite nos países periféricos escancarava, segundo Celso Furtado, a dicotomia entre a modernização dos padrões de consumo e a insuficiência técnica e produtiva nesses países, intensificando as assimetrias e heterogeneidades sociais e produtivas – aspectos característicos do subdesenvolvimento. A concentração de renda era a consequência da compulsão das elites em mimetizar (ou seja, copiar) um modo de vida desproporcional ao nível de renda per capita existente na periferia (RODRIGUEZ, 2009).



Assimile

As colônias americanas (exceto os Estados Unidos) foram exploradas na época do mercantilismo, o que deixou profundas cicatrizes que dificultaram o desenvolvimento socioeconômico dessas nações. Até a Crise de 1929, esses países caminharam apenas rumo à especialização na produção e exportação de bens agrícolas e minerais, enquanto importavam produtos manufaturados dos países centrais, o que os prejudicou na absorção e desenvolvimento de novas tecnologias produtivas. Assim, o progresso buscado na América Latina (após a Crise de 1929) não se deu de forma harmônica e gradativa (como aconteceu nos países centrais), havendo uma deformação estrutural, em que, num mesmo ambiente, existia o arcaico e o moderno, o que trouxe enormes desequilíbrios sociais.

Raúl Prebisch também argumentou que as relações de troca (relação entre os valores das exportações e importações) entre os países centrais e periféricos eram caracterizadas pela constante deterioração dos termos de troca (ou de intercâmbio) dos bens produzidos pela periferia. Mas por qual motivo isso aconteceria? Enquanto as estruturas das indústrias oligopolistas dos países centrais os permitiam manipular e estabilizar o nível de preços dos bens manufaturados comercializados internacionalmente, a concorrência entre as diversas nações periféricas que produziam produtos primários e o modelo de produção extensivo sob o controle comercial e financeiro do capital internacional tendiam a criar uma estrutura de preços primários volátil e descendente. Por conseguinte, enquanto os preços dos bens industrializados permaneciam estáveis ao longo do tempo, os preços dos bens primários tinham uma dinâmica instavelmente descendente – apesar de

surtos excepcionais de ascensão. Em outras palavras, com o desenvolvimento tecnológico e aumento da produtividade, os preços dos bens manufaturados encareciam em relação aos preços dos bens primários; e os preços dos bens primários barateavam em relação aos preços dos bens industrializados, ao longo do tempo. Essa deterioração dos termos de troca permitia aos países do centro apropriarem-se de parcela adicional da riqueza gerada na periferia, através do comércio internacional.



Refleta

Você consegue diferenciar a teoria das vantagens comparativas de Ricardo da teoria da deterioração dos termos de troca de Prebisch? A teoria das vantagens comparativas de Ricardo afirmava que o comércio internacional seria benéfico a todos os países, pois permitiria que cada país se especializasse na produção do bem que possuía menores custos de oportunidade, permitindo, com isso, que mais e melhores bens fossem produzidos mediante a divisão internacional do trabalho. Já Prebisch era um crítico do livre comércio internacional, pois argumentava que os países industrializados tinham maiores condições de criar e concentrar o progresso técnico ante os países produtores de produtos primários, intensificando as disparidades socioeconômicas entre os países. Tanto a tendência à deterioração dos termos de troca quanto a inelasticidade renda da demanda das importações (explicada a seguir) por bens primários estão na base dos argumentos contrários à divisão internacional do trabalho amparada no livre comércio.

Adicionalmente, Prebisch notou que enquanto os países da periferia expandiam suas importações por bens industrializados na mesma proporção que cresciam seus rendimentos, os países do centro ampliavam suas importações por bens primários de forma muito tímida quando seus rendimentos cresciam. Em economia, isso é descrito como inelasticidade renda da demanda por bens primários pelos países industrializados, e essa constatação respondia aos sucessivos desequilíbrios de Balança de Pagamentos observados pela América Latina ao longo dos séculos XIX e XX. A consequência dessa análise era de que o crescimento econômico dos países periféricos gerava, sucessivamente, estrangulamentos externos, ligados à insuficiência de divisas (moeda estrangeira aceita mundialmente que o país recebe quando faz uma exportação, ou quando toma um empréstimo internacional, etc.) necessárias para a importação de bens essenciais para a ampliação da produção e da demanda. A expansão da capacidade produtiva e a diversificação do consumo mediante o comércio internacional ficavam comprometidas em relação às potencialidades de crescimento dos países do centro (PREBISCH, 1949).



Assimile

Deterioração dos termos de intercâmbio: ocorre quando o preço de um bem vendido por um país cai em relação ao preço de outro bem vendido por outro país. Segundo Prebisch, o preço dos bens primários tende a cair em relação ao preço dos bens manufaturados. Consequentemente, os países agrário-exportadores teriam que vender mais bens primários para comprar a mesma quantidade de bens industrializados, reduzindo a capacidade de ampliação e diversificação do consumo nesses países.

Inelasticidade de preço da demanda por bens primários: ocorre quando o aumento da renda dos países industrializados não leva ao aumento da demanda por bens agrícolas. Pense, se você tivesse um nível médio de renda que permitisse suprir suas necessidades básicas, um aumento em sua renda lhe induziria a consumir mais bens industrializados ou mais bens agrícolas? Segundo essa interpretação, o aumento da renda leva à ampliação da demanda por bens mais sofisticados.

É, portanto, decorrente da incapacidade dos países de origem colonial – caracterizados pelo excedente estrutural de mão de obra e pela produção de bens primários destinados à exportação – em criar, distribuir e se apropriar dos frutos do progresso técnico que os economistas da Cepal passaram a advogar por políticas públicas que estimulassem a industrialização. Acorados em um projeto desenvolvimentista, a primeira geração de economistas da Cepal foi de ferrenhos defensores da industrialização mediante a intervenção consciente do Estado sobre as relações econômicas internas e internacionais. Objetivava-se (mediante mecanismos de crédito, medidas protecionistas, criação de empresas estatais, estímulo ao progresso técnico e políticas monetárias e fiscais adequadas) construir um sistema econômico relativamente autônomo à ordem econômica internacional, que era tida como responsável pela perpetuação da dupla articulação entre dependência e subdesenvolvimento dos países periféricos (HADLER, 2009).

Evidentemente, o fracasso da industrialização por substituição de importações (observada em alguns países latino-americanos) em solucionar os problemas ligados à segregação social e à dependência externa levou o estruturalismo latino-americano a repensar os próprios limites desse tipo industrialização. Autores como Celso Furtado radicalizaram a ideia de desenvolvimento, reconhecendo-o enquanto desenvolvimento nacional, visto como aquele que busca, através dos centros internos de decisão sob o domínio do Estado Nacional, vincular a ampliação das capacidades produtivas internas à redução das disparidades sociais e ao desenvolvimento das potencialidades coletivas a partir das condições materiais e dos valores próprios (FURTADO, 1980).



Exemplificando

A industrialização por substituição de importações foi o modelo estabelecido por países latino-americanos como a Argentina, o México e o Brasil. No caso brasileiro, o Plano de Metas (1956-1961) realizado durante o governo de Juscelino Kubitschek é conhecido como o auge desse padrão de industrialização. Ele fundou as bases da sociedade brasileira moderna. Enquanto o Estado se responsabilizou por obras de infraestrutura e pela construção de indústrias de base – como indústrias extrativas, siderúrgica e química –, o capital internacional foi responsável pela construção de indústrias ligadas a bens de capital e aos bens de consumo duráveis.

A indústria mais emblemática desse período foi a automotiva. A penetração das corporações multinacionais representou a internalização de setores com elevado dinamismo tecnológico, assim como a internacionalização do mercado interno brasileiro. Introduziram-se, como consequência desse processo, padrões culturais e organizacionais oriundos dos países centrais, em especial dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Marcas como Ford, Fiat, Volkswagen, GM, Coca-Cola, McDonald's, Kodak, Black&Decker, Texaco, Bosch, Bayer, IBM, Xerox, Carrefour e Walmart passaram a fazer parte do imaginário brasileiro e difundir um modo de vida distinto do que existia anteriormente.

Para Furtado, o problema do tipo de industrialização por substituição de importações (ISI) é que ele não se organiza em torno da resolução das disparidades socioeconômicas, mas em função da modernização e mimetização (cópia) dos padrões de consumo realizados pelas elites aculturadas dos países periféricos. Condiionadas pela crise da antiga divisão internacional do trabalho no entreguerras e pela internacionalização dos conglomerados industriais dos países centrais – em especial dos Estados Unidos –, a industrialização por substituição de importações internalizou os processos produtivos, mas não a capacidade de inovação tecnológica nos países subdesenvolvidos.

O controle internacional da tecnologia e a baixa integração e complementaridade industrial ampliavam a necessidade de divisas internacionais para importar os bens industrializados, os meios de produção e os bens intermediários mais sofisticados, intensificando os desequilíbrios de Balança de Pagamentos, que aumentavam a necessidade da rearticulação dos setores agrário-exportadores na economia. Subordinado às estratégias de lucratividade das empresas transnacionais, a incorporação da tecnologia estrangeira reduziu a capacidade dos Estados Nacionais de direcionar os ganhos de produtividade ao bem-estar da coletividade.

Importando uma estrutura de capital poupadora de mão de obra, a ISI não conseguiu incorporar às atividades produtivas modernas o excedente

de força de trabalho existente nos países periféricos, intensificando a concentração de renda daí derivada, a informalidade e a heterogeneidade social e produtiva. Adicionalmente, a exclusão de parcela significativa da população das formas modernas e bem remuneradas de trabalho reduziu o potencial de demanda das economias periféricas, restringindo a capacidade de crescimento do mercado interno. Assim, com uma estrutura de mercado incipiente e um padrão de demanda restringido pela baixa incorporação da mão de obra aos núcleos dinâmicos da estrutura produtiva, a ISI tendeu a estagnar-se depois que os megaprojetos de investimentos públicos e privados foram realizados. Consequentemente, na visão de Celso Furtado, esse tipo de industrialização não solucionou, mas intensificou a dependência externa e as desigualdades sociais típicas da tradicional divisão internacional do trabalho. As economias periféricas, inclusive as industrializadas (como o Brasil), mantiveram-se incapazes de criar e distribuir a riqueza derivada dos ganhos do progresso técnico.

Subordinada às estratégias de expansão das empresas transnacionais, a profunda integração comercial, produtiva e financeira estabelecida a partir da segunda metade do século XX representou, para Furtado, um sério desafio aos países periféricos (em especial, aos países latino-americanos). A organização da economia mundial mediada pela transnacionalização das empresas globais comprometeu os centros de decisão dos Estados Nacionais e as capacidades das políticas econômicas de estabilizarem os ciclos de expansão e retração da economia. Os vínculos econômicos internacionais comprometeram os sistemas econômicos nacionais, esfacelando a já precária integração socioeconômica dos países latino-americanos. Com isso, o progresso técnico subordinou-se aos parâmetros de concorrência dos conglomerados transnacionais e, projetados nos países periféricos que competiam pela atração de investimentos externos, limitou a adoção de políticas sociais e trabalhistas de cunho universal. Por fim, a mundialização do padrão cultural e civilizatório estadunidense realizada por meio de suas corporações intensificou a mimetização dos padrões morais, culturais, intelectuais e estéticos exógenos, abalando os vínculos de identidade cultural nacional e regional latino-americanos (FURTADO, 1980).

A crise dos Estados Nacionais daí decorrente representava, tanto para Furtado quanto para Prebisch, a própria crise de identidade e de civilidade da América Latina. Dessa forma, incapazes de consolidar parâmetros políticos, socioeconômicos e culturais próprios, a América Latina, caso não construísse um programa assentado na soberania socioeconômica e na igualdade social, estaria condenada ao subdesenvolvimento, e problemas como a segregação social, a violência, a dependência econômica e a falta de infraestrutura social adequada em áreas como habitação, saúde e moradia não apenas permaneceriam, como se intensificariam. Para sair dessa situação que parecia sem solução, seria necessário conceber um projeto de desenvolvimento

nacional e autônomo, mediante o estímulo às indústrias que incorporassem a população marginalizada, constituindo um padrão de oferta e demanda ligada aos setores socialmente mais carentes, distante dos surtos de modernização originários do centro do capitalismo.

Para isso, o Estado, mediante reformas estruturais, estaria no centro desse processo, redirecionando, de acordo com seus centros internos de decisão, os recursos econômicos à construção de indústrias nacionais ligadas às necessidades essenciais da população. A elevação dos gastos sociais, reformas agrárias e urbanas e a adoção do imposto progressivo (ou seja, aquele cuja incidência é mais pesada sobre os grupos de renda mais alta) seriam alguns dos mecanismos destinados a esse fim. Medidas de proteção à indústria nacional seriam necessárias e deveriam associar-se a um padrão de industrialização impulsionador de setores com elevada demanda por mão de obra, a fim de eliminar o excedente existente e, por conseguinte, as disparidades socioeconômicas. Para os autores cepalinos, portanto, a industrialização deveria incorporar a dimensão social ao crescimento econômico (HADLER, 2009).

O pensamento econômico latino-americano, e em especial o cepalino – principalmente nas figuras de Raúl Prebisch e Celso Furtado –, representa, assim, o movimento de entendimento e resolução dos problemas socioeconômicos latino-americanos. Apoiados na crítica aos modelos econômicos hegemônicos dos países centrais, e com base nas especificidades históricas e estruturais da América Latina, a construção teórica desses economistas realçou o vínculo entre autonomia e dependência, desenvolvimento e subdesenvolvimento, e nação e barbárie observados na divisão internacional do trabalho tradicional, no modelo de industrialização por substituição de importações e no processo de transnacionalização dos conglomerados multinacionais dos países centrais.

Sem medo de errar

Como vimos, Marcos, de 55 anos, possui uma família com Regina, tem pouca formação escolar e é operário da *Brasiltênis*, uma indústria brasileira de tênis e calçados originais. Após um período de ajustes à nova situação da concorrência internacional da década de 1990, os empresários da *Brasiltênis* estão preocupados com as possibilidades de mais uma rodada de abertura comercial insinuada pela equipe econômica do novo governo. As possíveis medidas, como corte de salários, redução do quadro de funcionários e programas de demissões coletivas, podem comprometer a situação econômica de sua família. Diante disso, de acordo com a visão cepalina, de que

forma as condições de trabalho de Marcos poderiam ser impactadas por essa abertura comercial?

O estruturalismo latino-americano formulado pela Cepal não apenas é crítico à divisão internacional do trabalho como também à industrialização por substituição de importações, uma vez que teriam intensificado as desigualdades socioeconômicas entre os países do centro e da periferia – dependência e subdesenvolvimento – e foram pautados pela modernização dos padrões de consumo originárias dos países centrais.

Por conseguinte, uma das propostas apresentadas pelos estruturalistas latino-americanos é a de proteção e incentivo à produção e ao consumo dos bens e produtos nacionais. Para os estruturalistas latino-americanos clássicos, a abertura comercial, ainda que aumentasse o bem-estar do consumidor no curto prazo – uma vez que há a tendência de queda dos preços dos tênis e calçados –, teria impacto negativo sobre a capacidade de produção e geração de empregos nos países latino-americanos, intensificando os desníveis sociais. Incapaz de concorrer com os produtos das empresas transnacionais dos países centrais, provavelmente a *Brasiltênis* teria que fechar suas fábricas ou reduzir drasticamente seus custos, intensificando a desigualdade e o nível de desemprego.

Dessa forma, caso a abertura da economia brasileira fosse efetivada, com base na visão cepalina, Marcos poderia ser demitido ou ter seu salário reduzido. Isso, certamente, teria impacto negativo no nível de renda da sua família, fazendo com que os custos da casa tivessem que diminuir para que a família não se endividasse. Essa situação, inclusive, poderia afetar a formação escolar de seu filho, Ricardo.

Avançando na prática

O “boom” das *commodities*

Descrição da situação-problema

Ao longo da primeira década do século XXI, os países da América Latina foram agraciados pelo forte crescimento do comércio internacional. Apoiados no crescimento econômico chinês, eles não apenas aumentaram as exportações de *commodities* (bens primários ou da indústria extrativa que têm seus preços estipulados internacionalmente) como viram seus preços crescerem entre 2002 e 2008. Enquanto para alguns economistas esse movimento desaprovava a teoria da deterioração dos termos de troca apresentada por

Raúl Prebisch, para outros, a reprimarização do comércio internacional (ou seja, o aumento do peso dos bens primários na pauta exportadora) colocava a América Latina na antiga divisão internacional de trabalho, tão denunciada pelos economistas estruturalistas. Qual o impacto da reprimarização da pauta exportadora brasileira, segundo o pensamento estruturalista da Cepal?

Resolução da situação-problema

Segundo os economistas da Cepal, como Celso Furtado e Raúl Prebisch, a reprimarização da pauta exportadora traria sérios problemas ao desenvolvimento latino-americano. Primeiramente porque, para os autores, a tendência à deterioração dos termos de troca é de longo prazo, podendo conviver com surtos conjunturais de aumento dos preços dos bens primários em relação aos países centrais. Após a crise de 2008, os preços das *commodities*, de fato, caíram, eliminando os ganhos comerciais observados entre 2002 e 2008. Em segundo lugar, a baixa capacidade de criar, apropriar e distribuir os ganhos do progresso técnico pelo setor primário aprofundaria o hiato social e tecnológico entre os países produtores de *commodities* e os países industrializados ou em processo de industrialização – como os países do sudeste asiático. A inelasticidade renda da demanda por bens primários observada nos países centrais aumentaria a possibilidade de crises de Balanço de Pagamentos nos países periféricos, levando-os à falta de divisas para financiar a produção e o consumo interno.

Faça valer a pena

1. O pensamento econômico latino-americano é visto como um movimento intelectual dessa sociedade para entender e encaminhar seus problemas específicos. Ele apoia-se tanto na especificidade de sua formação social quanto nas suas características culturais.

Quais as características socioeconômicas e culturais latino-americanas que permitiram a ascensão de um pensamento original?

- a) Passado feudal e diversidade sociocultural.
- b) Passado colonial e unicidade sociocultural.
- c) Passado metropolitano e unicidade sociocultural.
- d) Passado colonial e diversidade sociocultural.
- e) Passado colonial e cultura ibérica.

2. Em um texto clássico, ao comentar o comércio assimétrico entre os países do centro (industrializados) e da periferia (agrário-exportadores), Raúl Prebisch concluiu:

“[...] em síntese, se, apesar do maior progresso técnico na indústria do que na produção primária, a relação de preços piorou para esta última, em vez de melhorar, dir-se-ia que a renda média por trabalhador aumentou mais intensamente nos centros industrializados do que nos países produtores da periferia. (PREBISCH, 1949, p. 58)

Considerando o contexto apresentado, quais características das relações comerciais e da estrutura da mão de obra latino-americana permitem ao autor chegar a essa conclusão?

- a) Lei das vantagens comparativas e abundância de mão de obra.
- b) Deterioração dos termos de intercâmbio e abundância de mão de obra.
- c) Apreciação dos termos de intercâmbio e excedente de mão de obra.
- d) Lei das vantagens comparativas e escassez de mão de obra.
- e) Deterioração dos termos de intercâmbio e escassez de mão de obra.

3. O fracasso da crise de industrialização por substituição de importação (ISI) em solucionar os problemas socioeconômicos ligados à segregação social e dependência externa fez Celso Furtado radicalizar seu pensamento, ao longo dos anos de 1970 e 1980. O desenvolvimento passou a ser concebido como desenvolvimento nacional, associado à ampliação das bases produtivas destinadas ao bem-estar social e à realização das potencialidades humanas e civilizatórias.

Para Celso Furtado, quais seriam os problemas da industrialização por substituição de importações?

- a) Novos padrões de consumo; papel decisivo das empresas nacionais nos setores mais sofisticados; e fortalecimento do Estado Nacional.
- b) Mimetização dos padrões de consumo; papel decisivo das empresas transnacionais nos setores mais sofisticados; e fortalecimento do Estado Nacional.
- c) Novos padrões de consumo; papel decisivo das empresas nacionais nos setores mais sofisticados; e enfraquecimento do Estado Nacional.
- d) Novos padrões de consumo; papel decisivo das empresas transnacionais nos setores mais sofisticados; e fortalecimento do Estado Nacional.
- e) Mimetização dos padrões de consumo; papel decisivo das empresas transnacionais nos setores mais dinâmicos; e enfraquecimento dos Estados Nacionais.

Neoliberalismo

Diálogo aberto

Olá, caro estudante. Preparado para esta última seção de estudos?

Ao longo das unidades, você conheceu diversas teorias e autores da economia política. Agora, chegou o momento de nos aprofundarmos sobre o sistema de pensamento econômico dominante nos últimos tempos: o neoliberalismo. Você já ouviu falar sobre o neoliberalismo? O que lhe vem à mente quando ouve esse termo? Nos meios de comunicação, nos jornais e nas redes sociais é comum ler, ouvir e assistir a discursos favoráveis e contrários ao neoliberalismo e seus impactos. Questões acerca do tamanho do Estado, da importância do mercado e das políticas econômicas são recorrentes, assim como as consequências em termos de crescimento econômico e distribuição de renda. Num mundo cada vez mais integrado, as relações entre a globalização e o neoliberalismo são frequentes. Você precisa estar atento!

Para iniciarmos os estudos desta seção, perguntamos: você se lembra do nosso contexto de aprendizagem, de Regina e Marcos? Ela é funcionária pública do CRAS, tem 58 anos de idade e contribui para a previdência pública desde os trinta anos, período em que entrou no funcionalismo público. Faltando apenas dois anos para se aposentar, Regina não sabe se antecipa sua aposentadoria ou espera completar os trinta anos de contribuição. Essa indecisão está ligada à divulgação, pela grande mídia, da proposta de reforma da previdência anunciada pela equipe econômica do novo governo, que tem ideias neoliberais. Argumentando que o crescente déficit da previdência tem elevado o déficit e a dívida pública e tem causado impacto negativo sobre a inflação e sobre os investimentos, a nova equipe econômica enviou ao Congresso uma proposta de reforma que almeja aumentar o tempo e o nível da contribuição previdenciária, estipular um teto para a aposentadoria dos servidores públicos e introduzir um sistema privado e complementar de aposentadoria. O problema para Regina é que, caso ela decida se aposentar agora, o valor da aposentadoria, segundo os cálculos do INSS, pode cair significativamente. Mas se ela esperar mais dois anos e a reforma passar no Congresso, ela não terá mais direito à aposentadoria integral. Diante desse dilema, ela se faz a seguinte pergunta: de acordo com os preceitos neoliberais dessa nova equipe econômica, a diminuição dos gastos públicos (com a estipulação de um teto para as aposentadorias) ou o aumento das receitas do governo (com a ampliação do tempo de contribuição previdenciária) realmente precisaria acontecer?

A resposta para essas questões nos remete ao entendimento do pensamento neoliberal, principalmente no que tange ao papel do Estado e do mercado na economia. Nesta seção, abordaremos o contexto histórico da ascensão do pensamento neoliberal, seus principais autores, as principais proposições e as medidas de política econômica sugeridas por eles.

Você está preparado? Vamos lá!

Não pode faltar

O Neoliberalismo é um conjunto de doutrinas filosóficas, políticas e econômicas que enfatiza o papel do indivíduo e do mercado para a construção de uma sociedade livre e realça os perigos do totalitarismo e da instabilidade correspondente à intervenção do Estado nos assuntos econômicos. Entre as décadas de 1930 e 1970, as doutrinas neoliberais ficaram excluídas do pensamento econômico dominante, em função da ascensão do New Deal, do dirigismo econômico e do pensamento keynesiano. Nesse período, autores como Friedrich Hayek estiveram nas trincheiras de defesa do livre mercado e da necessidade do Estado mínimo (base do neoliberalismo). No entanto, a crise dos “Anos Dourados” sofrida pelo mundo na década de 1970 foi o estopim para a ascensão do pensamento neoliberal, sendo Milton Friedman o principal expoente de políticas econômicas austeras e das medidas de redução do papel do Estado sobre a economia.

Na primeira seção desta unidade de estudos, argumentamos que a crise de 1929 inaugurou um período de significativas transformações econômicas. A ascensão de políticas keynesianas, a formulação do New Deal nos Estados Unidos, a consolidação do socialismo real na União Soviética, o surgimento dos regimes nazifascistas, a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a construção do Estado de Bem-estar Social na Europa Ocidental no pós-guerra colocaram o Estado Nacional no epicentro dos mecanismos de desenvolvimento econômico.

Entre, aproximadamente, 1930 e 1980, observamos a intensificação do papel do Estado sobre a economia, seja como planejador, coordenador ou como indutor do sistema de mercado e do crescimento econômico. Nesse período, um conjunto de medidas centralizadoras, restritivas e regulamentadoras foi realizado pelo setor público, como a adoção de planos de crescimento econômico centralizado; a nacionalização de empresas estratégicas e ampliação dos investimentos públicos; o aumento da carga tributária; a realização de políticas protecionistas visando à salvaguarda de empresas específicas e do mercado interno; o controle e o direcionamento do crédito para determinados tipos de investimentos; a adoção de tetos para as taxas

de juros cobradas pelas instituições bancárias; a ascensão de estruturas de mercado monopolistas e oligopolistas em diversos setores da economia; a regulamentação de diversas atividades produtivas e profissionais; e a adoção de controles diretos e indiretos sobre os preços e salários – como o salário-mínimo (HOBSBAWM, 1995).

Ainda que, em um primeiro momento, essas medidas tenham potencializado o crescimento econômico, criando uma relativa sensação de bem-estar em diversos países, autores como Friedrich Hayek já denunciavam, em meados da década de 1940, questões que envolviam a liberdade individual e a tendência à estagnação econômica relacionada à centralização das atividades econômicas pelo Estado. Em uma das obras de economia política mais polêmicas do século XX, *O caminho da servidão*, Hayek argumentou que as medidas adotadas pela Inglaterra de maior intervenção sobre as atividades econômicas direcionavam a sociedade mais liberal do século XIX rumo ao totalitarismo, restringindo a liberdade de seus cidadãos de conduzir suas vidas de acordo com seus próprios interesses. Mas quais os motivos dessa percepção?

A construção de seu argumento partiu da distinção entre uma economia capitalista e uma economia socialista. A superioridade do capitalismo ante o socialismo, segundo Hayek, assentava-se na inter-relação entre diversidade, complexidade, flexibilidade e progresso material derivados do sistema de mercado e a maior possibilidade de escolha econômica, moral e existencial realizada pelos indivíduos dessa sociedade.

Visto como o regime de concorrência, o capitalismo seria um sistema econômico caracterizado pelo mecanismo de coordenação das escolhas, necessidades e preferências de cada indivíduo mediante a variação dos preços. Ele permite que os bens e serviços sejam distribuídos tanto em função de sua demanda (utilidade social e desejos individuais) quanto em função de sua oferta (nível de escassez relativa). Amparado por um sistema descentralizado de gostos e preferências e pelos incentivos relacionados às perspectivas de lucro, o regime de concorrência teria propiciado a intensificação do progresso técnico, o aprofundamento das relações mercantis no âmbito das microrregiões, a diversificação quantitativa e qualitativa da produção, a adoção de novos métodos e técnicas produtivas e a criação de novos bens e serviços segundo as novas necessidades. A (consequente) diversificação e o progresso material seriam resultado da maior interdependência e complexidade das relações sociais derivadas do regime da concorrência, base para ascensão de uma força impessoal e superior – o mercado –, cujas nuances, particularidades, mecanismos de ajustes e leis de movimento seriam insusceptíveis de se compreender e prever.



Assimile

Quer saber como Hayek interpretava a relação entre demanda e oferta? Então, assimile:

Utilidade social: conceito que busca quantificar o nível de desejo e preferência subjetiva (ou seja, a demanda) que cada indivíduo possui sobre um determinado bem ou serviço. Quanto maior a utilidade social de um bem e serviço (ou seja, o nível de demanda), maior será o preço que os indivíduos estarão dispostos a pagar por ele.

Escassez relativa: indica a quantidade de bem ou serviço existente e ofertado numa economia. Quanto maior a quantidade de bem ou serviço existente (ofertado), menor será o preço ofertado – em função da concorrência.

Nível de preço: equilibra a utilidade social (demanda) e a escassez relativa (oferta) de um bem ou serviço. Caso a utilidade social e a escassez relativa de um bem sejam altas, seu preço também será. Caso a utilidade social e a escassez relativa de um bem forem baixas, seu preço também será.

Sistema de preços de mercado: equilibra todos os preços de todos os bens e serviços a partir de suas respectivas utilidades sociais (demandas) e escassezes relativas (oferta). Como as utilidades sociais e escassezes relativas variam, o sistema de preços de mercado flutua constantemente para equilibrá-los.

Agora, por meio da teoria dos preços desenvolvida pelos neoliberais, você com certeza consegue entender melhor as diferenças de preço existentes entre produtos tão diversos como uma joia, um carro, um biscoito e uma caneta.

Essa força impessoal, superior, imprevisível e incompreensível não apenas teria permitido à sociedade como um todo elevar o seu padrão de vida mas também ampliou o raio de ação dos indivíduos, uma vez que possibilitou coordenar de forma não coercitiva seus esforços e interesses segundo seus desejos, escalas de valores e hierarquias morais. O mecanismo de coordenação amparado no e pelo mercado permitiu que uma variedade de fins e propósitos fosse atingida com base no sistema de preços. Por conseguinte, o regime de concorrência teria criado uma sociedade democrática com maior liberdade econômica e política, pois deu aos indivíduos maior autonomia frente aos poderes totalitários. Ele permitiu que os indivíduos se

apropriassem privadamente dos meios de produção necessários à realização de fins variados, possibilitou a coexistência de uma variedade de sistemas de valores e hierarquias morais e ampliou o leque de escolhas passíveis de serem realizadas (HAYEK, 2010). Resumidamente, Hayek fez uma revisão do pensamento liberal econômico clássico (lembra-se de Adam Smith?). Nessa nova leitura, ele estava atento às novas exigências do Estado mínimo na sociedade capitalista, que não poderia deixar de lado alguns anseios sociais.

O dirigismo econômico (ou seja, o protagonismo do Estado na criação e distribuição dos recursos econômicos) observado nos países capitalistas ocidentais, em especial na Inglaterra, foi duramente criticado por Hayek, uma vez que comprometia o movimento de ajustes e expansão do regime de concorrência e direcionava suas economias rumo ao socialismo (que foi um modo de produção bastante criticado por Hayek). O socialismo, caracterizado no âmbito econômico pelo planejamento central, traria resultados opostos àqueles ligados ao regime de concorrência: ineficiência e restrição das liberdades individuais.

No socialismo, o movimento de controle do complexo sistema de atividades econômicas inter-relacionadas, visando a um fim comum e último estabelecido pelo Estado, eliminaria o movimento espontâneo e imprevisível do mercado, comprometendo o sistema de preços como mecanismo coordenador dos desejos (utilidades sociais) e dos bens e recursos produtivos ofertados (escassez relativa). O resultado seria a eliminação do incentivo ao risco e à inovação ligado a perspectivas de geração de lucro. A consequência seria a constituição de um modelo econômico ineficiente, uniforme e limitado. A adoção de um objetivo econômico único pelo Estado socialista representaria a imposição de uma única escala de preferências, valores sociais e de hierarquias morais sobre os indivíduos, restringindo suas liberdades de escolha e seus objetivos econômicos específicos. O efeito seria a eliminação dos meios necessários para os indivíduos alcançarem seus próprios interesses e a ascensão do Estado como o único instrumento moral de imposição ideológica e científica sobre a sociedade.

Ainda que guiado por princípios universais de justiça e igualdade, a tentativa de realização do planejamento mediante a concentração “consciente” das decisões econômicas nas mãos de um pequeno grupo importaria: a necessidade do uso da violência aos indivíduos que, eventualmente, não se encaixassem no sistema de valores e preferências estabelecidos, a busca pela centralização da informação e do uso massivo de propagandas e a construção de narrativas míticas e ideológicas. A tirania, a coerção e a irracionalidade seriam, para Hayek, não uma falha, mas a consequência de uma sociedade que buscava alcançar, a qualquer custo, objetivos últimos e finalísticos mediante o controle econômico.

Não haveria, por conseguinte, a possibilidade de coexistência entre os mecanismos de planejamento central e o regime de concorrência. Para Hayek, a interdependência de todos os fenômenos do sistema de mercado tornaria difícil o controle de todas as atividades no ponto desejado. O planejador esbarraria no dilema entre aprofundar os mecanismos de controle ou ver seus objetivos fracassados. A ênfase no planejamento central num regime de concorrência estaria criando um sistema mais abominável, distante tanto do regime de concorrência quanto do coletivismo: o corporativismo. Esse modelo se assentaria no controle do mercado pelos monopólios industriais e sindicais, cujo poder de impor níveis de preços e salários criaria situações de privilégios a esses grupos e consequentes reduções de renda e destruição de empregos para a maioria excluída. Por conseguinte, tanto o planejamento visando ao socialismo quanto as tentativas de controle “consciente” do mercado pelos países capitalistas estavam direcionando a sociedade ocidental “ao caminho da servidão”.

Em função do vigoroso crescimento econômico, da estabilidade social e da difusão do New Deal nos países europeus no pós-guerra, os alertas de Hayek não foram incorporados ao pensamento econômico dominante da época. Conhecido como “Anos Dourados”, as políticas reformistas do capitalismo ligadas à distribuição de renda, ao aumento da renda per capita e à intervenção do Estado na economia atingiram o seu auge entre as décadas de 1950 e 1960. Mas, no início da década de 1970, elas não mais conseguiam compatibilizar crescimento, estabilidade e bem-estar. O sobreaquecimento econômico, a maior integração econômica, a crise de Bretton Woods e os dois choques do petróleo impuseram severos desafios às economias capitalistas, limitando a capacidade de ampliação do gasto público sem elevar o patamar inflacionário. A hegemonia do pensamento keynesiano, por sua vez, foi incapaz de combater o desemprego crescente, a estagnação econômica e a aceleração inflacionária – a estagflação (JUDT, 2008).

É nesse contexto histórico que o pensamento neoliberal ressurgiu. Autores como Milton Friedman tornaram-se os principais propulsores do neoliberalismo e da defesa da redução do papel do Estado nos assuntos econômicos. Para Friedman, o excesso de intervenção governamental foi o causador do desemprego e da estagflação (uma estagnação da economia simultânea com alta inflação). De acordo com Friedman, as tarifas, as restrições ao comércio internacional, as pesadas taxações, a elevada carga tributária, os impostos sobre a renda, as comissões reguladoras, a fixação de preços e salários, o número excessivo de empresas estatais e o expansionismo e arbitrariedade das políticas monetárias e fiscais reduziram, ao longo do tempo, a eficiência econômica e criaram um perfil de demanda muito acima da capacidade de oferta das empresas, gerando inflação. Tais medidas forneceram aos indivíduos um

incentivo inconveniente, distorcido e inadequado para a utilização e distribuição dos recursos econômicos, comprometendo os investimentos. A liberdade econômica e a estabilidade política estariam ameaçadas pelo intervencionismo estatal. Mas quais os motivos para Friedman pensar assim?

Essa análise partia da percepção sobre a superioridade do livre mercado em alocar e distribuir a riqueza. Segundo Friedman, o mecanismo voluntário de cooperação das atividades econômicas relacionado ao capitalismo competitivo permitia a coordenação entre a liberdade de associação e as escolhas e decisões dos indivíduos mediante o sistema de preços. A interdependência entre indivíduos possuidores de recursos necessários à produção de bens e serviços em um mercado livre criaria a tendência à especialização, divisão do trabalho, inovação e crescimento econômico. As liberdades de escolha e associação individual construiriam um mecanismo voluntário de coesão interpessoal que permitia criar uma variedade mais diversificada de bens e recursos econômicos ante os concebidos pelo paternalismo estatal. Consequentemente, o mercado seria um mecanismo de representação proporcional dos anseios individuais mais significativos em relação ao Estado. Você consegue enxergar o *laissez-faire* (estudado em seções anteriores) nessa visão? O neoliberalismo faz uma releitura dos preceitos trazidos pela Escola Clássica liberal, adaptando-a à nova configuração mundial que se apresentava.

Para os neoliberais, a ação estatal esbarraria nas próprias dificuldades de alcançar a conformidade substancial necessária à coesão social. Por um lado, só um número limitado de grupos relativamente autônomos conseguiria se fazer representado nas instâncias governamentais. Por outro, o aprofundamento do Estado em assuntos mais específicos produziria a tendência a uma fragmentação dos pontos de vistas sobre estes, intensificando o desgaste político, esgarçando os delicados fios de coesão e estabilidade social. O grau de concordância e unanimidade necessário à realização de projetos socioeconômicos seria tal que sua efetivação só ocorreria para um número muito limitado (e geral) de questões em que os indivíduos têm opiniões relativamente semelhantes. Assim, a estabilidade social e a eficiência econômica poderiam ser mais facilmente atingidas se os assuntos nos quais o Estado não consegue alcançar unanimidade com conformidade fossem resolvidos pelo mecanismo de representação proporcional do sistema de livre mercado (FRIEDMAN, 2014).



Assimile

O livre mercado como um sistema de representação proporcional

Livre mercado: conceito que explicita o movimento da oferta e da demanda e a precificação dos diversos bens e serviços existentes em

uma economia, que se reproduz de forma autônoma em relação ao Estado.

Sistema de representação proporcional: segundo Friedman, o livre mercado seria mais democrático em relação a qualquer política porque conseguiria, por meio do sistema de preços, elencar todas as preferências, desejos e necessidades individuais existentes. Nessa perspectiva, os interesses particulares e os sistemas de valores individuais estariam representados nas utilidades sociais dos bens e serviços demandados. A liberdade individual e a democracia, por conseguinte, estariam garantidas no capitalismo.

Assim como Hayek, Friedman não propunha um Estado ausente, mas um Estado propulsor do livre mercado. A ideia de Estado mínimo seria aquela que potencializasse as liberdades individuais. Elas seriam alcançadas pelo combate a quaisquer formas de coerção e pelo reforço e aprofundamento dos mecanismos de contratos voluntários. A função essencial do Estado, no plano econômico, seria criar um arcabouço institucional favorável às liberdades econômicas e políticas. Ele seria uma espécie de árbitro, cujo objetivo seria observar, interpretar e fazer cumprir as “regras do jogo” ligadas ao livre mercado mediante a criação de dispositivos garantidores do cumprimento dessas “regras”; a adoção de meios estáveis para a mudança das “regras” quando necessárias; e a regulamentação de casos específicos nos quais a interpretação e aplicação das “regras” fossem insuficientes. Assim, caberia ao Estado centrar-se em áreas de interesse comum (como segurança, educação e saúde); além de alguns casos econômicos em que o sistema de preços não captasse os reais custos e benefício sobre os indivíduos – por exemplo, poluição de rios, pedágios e parques públicos (situações conhecidas como falhas de mercado) (FRIEDMAN, 2014, p. 29-44).



Assimile

O Estado de Direito, para os neoliberais, seria o modelo político que melhor expressava a defesa das liberdades individuais, uma vez que suas ações são regidas por normas previamente estabelecidas e divulgadas, dando maior previsibilidade e exatidão quanto ao uso do poder coercitivo do Estado. Esse modelo daria mais certeza de que o governo não usaria seus esforços para frustrar as iniciativas individuais. No plano econômico, o Estado de Direito deveria criar normas buscando determinar as condições de uso dos recursos econômicos disponíveis, deixando aos indivíduos as decisões sobre os objetivos e fins a serem alcançados (HAYEK, 2010, p. 81-93).

A emergência de Margaret Thatcher ao posto de Primeira Ministra do parlamento britânico, em 1979, e de Ronald Reagan à presidência da república norte-americana, em 1981, representou a ascensão do neoliberalismo como sistema de pensamento e princípio de política econômica dominante no mundo, tanto nos países centrais quanto nas instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI. Dessa forma, diversas medidas foram adotadas visando à retirada do Estado sobre a economia nesses países. Por sua vez, as instituições multilaterais passaram a sugerir políticas neoliberais ligadas aos planos de estabilização econômica nos países periféricos ou em desenvolvimento.

Dentre as principais medidas neoliberais sugeridas e realizadas por vários países entre as décadas de 1970 e 1990 destacaram-se a abertura comercial e financeira, a liberalização da taxa de juros e dos fluxos de capitais, a eliminação de restrições aos investimentos diretos externos, a flutuação cambial, a privatização de empresas públicas, a desregulamentação de setores sob o controle estatal e do mercado de trabalho, a proteção à propriedade intelectual, a desoneração tributária e a redução dos gastos públicos (HOBSBAWM, 1995).



Refleta

Os monopólios técnicos ou naturais são tipos de monopólios econômicos ligados aos elevados custos de produção de um determinado bem ou serviço, que seriam tão altos que poucas, ou apenas uma empresa (o que configuraria o monopólio) conseguira produzir, lucrativamente, para um determinado mercado.

Não há consenso entre os neoliberais quanto à forma de intervenção pública sobre esse tipo de monopólio. Para Hayek, a melhor solução seria o controle estatal de seus preços para evitar os lucros exorbitantes. Para Friedman, a melhor solução seria deixar a empresa totalmente sob os cuidados do setor privado, uma vez que as inovações técnicas e a concorrência poderiam, depois de algum tempo, reduzir os custos ligados a esse tipo de monopólio. E para você, qual seria a melhor solução para esse tipo de monopólio: estatização, regulamentação estatal ou privatização?

No que se refere à política econômica, as ideias de austeridade monetária e fiscal foram se difundindo a partir das teorias monetaristas desenvolvidas por Milton Friedman por meio da Escola de Chicago. Para o autor, as crises e surtos de expansão econômica ao longo da história foram precedidas por respectivas retrações e expansões monetária realizadas pelos Bancos Centrais. Adicionalmente, a arbitrariedade das políticas monetárias criava expectativas inflacionárias inerciais, ou seja, aumento antecipado nos preços derivado das expectativas de aceleração inflacionária. Portanto, Friedman

propunha a adoção de normas gerais e prescrições estáveis de expansão da quantidade de dinheiro na economia – correspondentes à expansão da atividade econômica. Essas medidas tenderiam a reduzir tanto a instabilidade da economia quanto a aceleração inflacionária.

Por seu turno, o aumento descontrolado dos gastos públicos teria elevado o déficit público e a dívida pública. A política de emissão monetária destinada ao financiamento da dívida teria elevado a inflação e comprometido o investimento privado. A solução, para Friedman, estaria na reorganização das receitas do governo (através de uma reestruturação na forma de cobrança dos impostos e privatização) e na diminuição dos gastos públicos (que corroborava com a ideia de menor participação do governo na economia, pregada pelo neoliberalismo) (SNOWDON; VANE, 2005).



Exemplificando

Os neoliberais comparam as finanças públicas às finanças individuais. Como exemplo de finanças individuais, temos o orçamento de uma família. Nas finanças de uma casa, o agente, para ter saldo positivo, precisa reduzir suas despesas, dado um nível de receita existente, caso esteja endividado (ou seja, caso você tenha uma dívida e seu salário permaneça o mesmo, você precisa reduzir os seus gastos pessoais para conseguir pagar aquela dívida). Ao reduzir seu padrão de consumo e de gasto, ele pode sanar suas dívidas e, ao longo do tempo, voltar a consumir e investir.

De maneira semelhante, a forma do Estado voltar a gastar e investir seria reduzindo as despesas públicas de modo a alcançar um superávit fiscal (saldo positivo no seu orçamento). O superávit deveria ser usado para pagar a dívida pública, melhorando o ambiente fiscal e econômico necessário à retomada dos investimentos e do crescimento econômico.

Ainda que o monetarismo fosse suplantado ao longo da década de 1990 por outras interpretações e medidas de políticas econômicas, os preceitos ligados à austeridade monetária e fiscal permaneceram (CORAZZA; KREMER, 2003). Os Novos Clássicos e os Novos Keynesianos se tornaram, a partir da década de 1990, as escolas de pensamento dominante no que se refere à política macroeconômica. Inaugurada por Robert Lucas e Thomas Sargent, os Novos Clássicos argumentam que os ciclos econômicos (expansão e retração da atividade econômica) não dependem das políticas monetárias, mas sim de choques reais, ou seja, da expansão da oferta de bens e serviços e da inovação tecnológica. Sua teoria das flutuações econômicas foi denominada de Ciclos Reais de Negócios. Já os Novos

Keynesianos alegam que existem fundamentos microeconômicos para que os preços e salários não flutuem automaticamente, comprometendo o ajuste “natural” entre oferta e demanda. Assim, autores como Joseph Stiglitz, Gregory Mankiw e Paul Krugman (dentre outros) argumentam que a política econômica seria necessária para o equilíbrio entre oferta e demanda de bens e serviços em alguns mercados – como os oligopolizados. Ainda que haja divergências pontuais quanto ao grau de intervenção estatal, nenhuma das escolas supracitadas se opõe às principais proposições levantadas pelo neoliberalismo (SNOWDON; VANE, 2005).

As doutrinas neoliberais continuam sendo a base teórica das políticas econômicas adotadas pelos países ao redor do mundo no século XXI. Seus resultados ainda são objetos de disputas ideológicas e interpretativas. Para alguns, o neoliberalismo teria acentuado o desemprego e as disparidades socioeconômicas. Para outros, os países que adotaram tais medidas elevaram suas taxas de crescimento econômico e tornaram-se mais desenvolvidos. A falta de consenso reforça a atualidade da Economia Política para a compreensão das questões que afetam o nosso cotidiano.

Sem medo de errar

Como visto anteriormente na situação proposta para esta seção, Regina, de 58 anos, é funcionária pública do CRAS e está decidindo se vai se aposentar agora ou esperar mais dois anos, já que existe uma proposta de reforma da previdência sugerida pela nova equipe econômica. Diante desse dilema, ela se faz a seguinte pergunta: de acordo com os preceitos neoliberais dessa nova equipe econômica, a diminuição dos gastos públicos (com a estipulação de um teto para as aposentadorias) ou o aumento das receitas do governo (com a ampliação do tempo de contribuição previdenciária) realmente precisaria acontecer?

Do ponto de vista do neoliberalismo, o excesso de gasto público provoca déficit nas contas do governo e elevação da dívida pública, e deve ser combatido com diminuição de gasto governamental e/ou ampliação das receitas públicas. Na história apresentada, como a Previdência está gerando déficits crescentes, uma das formas do governo contornar esse problema seria fazer uma reforma previdenciária. Nessa perspectiva, a reforma reduziria a pressão fiscal sobre o setor privado, diminuiria a imprevisibilidade e instabilidade econômica ligada aos gastos públicos, reduziria a dívida pública e aumentaria os incentivos aos investimentos privados, ampliando, conseqüentemente, a taxa de crescimento da economia.

Essa medida, segundo os neoliberais, compensaria tanto o aumento do tempo de contribuição quanto o teto de aposentadoria estipulado por essa

reforma, uma vez que a retomada do crescimento econômico gerará bons rendimentos das aplicações relacionadas ao sistema de previdência privado. A ideia é simples: a redução do gasto e do déficit público melhoraria a estabilidade econômica, sobrando recursos necessários para a expansão dos investimentos. Esses recursos também se ampliariam com os recursos oriundos das aplicações dos fundos de pensão privada – cuja origem seria a poupança previdenciária dos trabalhadores. O resultado da ampliação dos investimentos seria a aceleração do crescimento econômico assim como o aumento da lucratividade das empresas investidoras. No longo prazo, parte desses lucros seria destinada aos fundos de pensão – como resultado das aplicações – para que esses paguem os rendimentos mensais aos “novos aposentados” que depositaram, ao longo de sua vida ativa, sua poupança nesses fundos.

Cabe destacar também que os neoliberais não compactuam com a ideia de financiar o déficit público (que pode ser causado por um déficit da previdência) com emissão de moeda, uma vez que isso tem um forte impacto inflacionário. Ainda que essa política aumente a arrecadação no curto prazo, o seu impacto, no longo prazo, será o crescimento da instabilidade econômica, a redução dos investimentos privados e a aceleração inflacionária.

Faça valer a pena

1. O Neoliberalismo é uma doutrina filosófica, política e econômica apoiada no liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX e nas transformações sociais, políticas e econômicas observadas no mundo durante o século XX. Entre as décadas de 1930 e 1980, o neoliberalismo esteve distante da hegemonia do pensamento econômico, mas, a partir da década de 1980, ele se tornou dominante.

As principais características dessa escola de pensamento são:

- a) Estado máximo; equidade social; e planejamento central.
- b) Estado mínimo; liberdade individual; e planejamento central.
- c) Estado mínimo; equidade social; e livre mercado.
- d) Estado máximo; equidade social; e livre mercado.
- e) Estado mínimo; liberdade individual; e livre mercado.

2. Leia o fragmento a seguir:

“A justificação paternalista para a atividade governamental é a mais incômoda para um liberal; ela envolve a aceitação de um princípio – o de que alguns podem decidir por outros – que considera questionável em inúmeros casos e que lhe parece, muito

justamente, o ponto característico de seus principais inimigos intelectuais – os prepotentes do coletivismo em qualquer uma de suas formas quer se trate de comunismo, de socialismo ou do estado de bem-estar social. (FRIEDMAN, 2014, p. 41-42)

No trecho apresentado, Milton Friedman (2014) realça os perigos da ação paternalista e intervencionista do Estado. Para o autor, o Estado deveria concentrar-se:

- a) Exclusivamente nas atividades econômicas.
- b) Fora do mercado, em questões ligadas às morais e bons costumes.
- c) Na segurança, em serviços públicos e nas falhas de mercado.
- d) Nos direitos humanos e na redução da desigualdade.
- e) Nas falhas de mercado e nas empresas estatais.

3. Leia o excerto a seguir:

“O bem-estar de um povo, assim como a felicidade de um homem, dependem de inúmeras coisas que lhe podem ser proporcionadas numa infinita variedade de combinações. Não é possível exprimi-las de modo adequado como um objetivo único, mas apenas como uma hierarquia de objetivos, uma ampla escala em que cada necessidade de cada pessoa tem o seu lugar. A direção de todas as nossas atividades de acordo com um plano único pressupõe que para cada uma de nossas necessidades se atribua uma posição numa ordem de valores que deve ser bastante completa para tornar possível a escolha entre as diferentes alternativas que o planejador tem diante de si. Pressupõe, em suma, a existência de um código ético completo, em que todos os diferentes valores humanos estejam colocados em seu devido lugar. (HAYEK, 2010, p. 75-76)

Segundo o trecho apresentado, por qual motivo, para Hayek, o planejamento central tolhia as liberdades individuais?

- a) Porque era baseado no marxismo-leninismo.
- b) Porque impunha uma ordem de necessidades, valores e hierarquias morais aos indivíduos.
- c) Porque construía um sistema igualitarista isento de relações de poder.
- d) Porque permitia diversificar as escolhas individuais segundo as necessidades próprias.
- e) Porque o planejamento central desconsiderava quaisquer ordens de valores e necessidades individuais.

Referências

- BATISTA JR., P. N. Lula entre Hoover e Roosevelt. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 dez. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0412200303.htm>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- CAMPAGNA, A. S. **US national economic policy (1917-1985)**. New York, Westport, Connecticut and London: Praeger Publishers, 1987.
- CORAZZA, E.; KREMER, R. L. Friedman e o monetarismo: a velha teoria quantitativa da moeda e a nova escola monetarista. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 21, nº 40, 2003.
- COUTINHO, L. G. **The internationalization of oligopoly capital**. 1975. Tese (Doutorado) - Cornell University, Ithaca, 1975.
- DE SOTO, J. H. **A Escola Austríaca**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- FERRARI FILHO, F.; TERRA, F. As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 271-295, maio-ago., 2011.
- FNAS – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Guia rápido de orientações**. Brasília: FNAS, 2014. Disponível em: http://www.assistenciasocial.al.gov.br/acervo/protecaoe-social-especial-media-complexidade/creas-paefi/GUIA-RAPIDO-DE-ORIENTACOES_CORRIGIDO.pdf. Acesso em: 30 jan. 2019.
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- HADLER, J. P. C. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- HADLER, J. P. C. **Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2009.
- HAYEK, F. **O caminho da servidão**. São Paulo: Mises Brasil, 2010.
- HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1989)**. Tradução de Marcos Santarrita; revisão técnica de Marica Cecília Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, O. **Enigmas do pensamento latino-americano**. São Paulo: Instituto de Estudos

Avançados da USP, 2002.

JUDT, T. **Pós-Guerra**: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **John Maynard Keynes**. São Paulo: Editora Ática, 1984.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MIGLIOLI, J. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1985.

MISES, L. V. **As seis lições**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

PEREIRA, L. R.; ALMEIDA, R. B. A utopia keynesiana: princípios políticos e econômicos de John Maynard Keynes. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 38., 2010, Salvador: [s.n.], 2010.

PINTO, S. R. O pensamento social e político latino-americano: etapas de seu desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, maio/ago. 2012.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. Chile: Estudio Económico de la América Latina, CEPAL, 1949.

RODRIGUES, F. H. L. **Investimento direto estrangeiro e empresas transnacionais no Brasil**: reflexões de pensadores da Cepal – perspectiva histórica do pós-guerra ao início do século XXI. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2006.

RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SHAKESPEARE, W. **A tempestade**. [S.l.]: Ed. Ridendo Castigat Mores. 1623. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/coriolano.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SKIDELSKY, R. **Keynes**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1999.

SNOWDON, B.; VANE, H. R. **Modern macroeconomics**: its origins, development and current state. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2005.

ISBN 978-85-522-1378-9



9 788552 213789 >